



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
Autoridade Tributária de Moçambique

**RELATÓRIO DAS ACTIVIDADES
DESENVOLVIDAS EM 2010
E PERSPECTIVAS DE ACÇÕES PARA 2011**



Março/2011

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO	11
1. INTRODUÇÃO	13
2. ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA COBRANÇA DA RECEITA	14
2.1. ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DA RECEITA	14
2.1.1. <i>Receita Global.....</i>	14
2.1.2. <i>Receitas Fiscais.....</i>	15
2.2. ANÁLISE POR GRUPO DE IMPOSTOS	16
2.2.1. <i>Impostos Sobre o Rendimento</i>	16
2.2.2. <i>Impostos Sobre Bens e Serviços</i>	18
2.2.2.1. <i>Imposto sobre o Valor Acrescentado</i>	19
2.2.2.2. <i>Imposto sobre Consumos Específicos</i>	20
2.2.2.3. <i>Impostos sobre o comércio externo.....</i>	21
2.2.3. <i>Outros Impostos</i>	23
2.2.4. <i>Receitas Não Fiscais</i>	26
2.2.5. <i>Receitas Consignadas</i>	27
2.2.6. <i>Receitas de Capital</i>	29
2.2.7. <i>Contribuição Fiscal dos Mega Projectos e das Instituições Financeiras</i>	30
2.3. ACÇÕES DESENVOLVIDAS TENDENTES À RECUPERAÇÃO DA RECEITA	32
2.3.1. <i>Trabalhos de Auditoria e Fiscalização Tributária.....</i>	33
2.3.1.1. <i>Trabalhos externos realizados pelas DAF's/UGC's</i>	34
2.3.1.2. <i>Análise de Processos de Contas.....</i>	36
2.3.1.3. <i>Implementação do Projecto das NIRF's</i>	37
2.3.2. <i>Trabalhos de Auditoria e Fiscalização Aduaneira</i>	37
2.4. CONTENCIOSOS TRIBUTÁRIO E ADUANEIRO E EXECUÇÕES FISCAIS	40
2.4.1. <i>Contencioso Tributário</i>	40
2.4.2. <i>Execuções Fiscais</i>	42
2.5. REEMBOLSOS.....	44
2.5.1. <i>Reembolsos do IVA – Regimes Normal e para Diplomatas</i>	44
2.5.2. <i>SITUAÇÃO GERAL DOS REEMBOLSOS DOS IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO</i>	45
2.5.2.1. <i>REEMBOLSOS DE IRPS</i>	46
2.5.2.2. <i>REEMBOLSOS DE IRPC.....</i>	48
2.6. BENEFÍCIOS FISCAIS – ISENÇÕES ADUANEIRAS	49
2.6.1. <i>Benefícios Fiscais.....</i>	49
2.6.2. <i>Isenções Aduaneiras.....</i>	50
3. ACÇÕES NO ÂMBITO DO ALARGAMENTO DA BASE TRIBUTÁRIA.....	52
3.1. EDUCAÇÃO FISCAL E ADUANEIRA E ASSISTÊNCIA AO CONTRIBUINTE	52
3.2. REGISTO DE CONTRIBUINTES.....	53
4. GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS	55
4.1. ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS.....	55
4.1.1. <i>Total de funcionários por carreira (tributária e aduaneira)</i>	55
4.1.2. <i>Total de funcionários por faixa etária (tributária e aduaneira)</i>	57
4.1.3. <i>Situação de funcionários por níveis académicos</i>	59
4.1.4. <i>Evolução anual de funcionários.....</i>	60
4.1.5. <i>Distribuição de funcionários por Regiões.....</i>	61
4.1.6. <i>Óbitos de funcionários em 2010.....</i>	62

Relatório de Actividades Desenvolvidas em 2010 e Perspectivas de Acções para 2011

4.1.7. Assistência Social aos funcionários	62
4.1.8. Aposentação de funcionários	63
4.1.9. Formação	63
5. GESTÃO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PDTI.....	65
5.1. FUNCIONAMENTO E DISPONIBILIDADE DOS SISTEMAS INFORMÁTICOS	65
5.1.1 Sistemas de Comunicações.....	65
5.1.2. Sistema TIMS	66
5.1.3. Sistema SICR.....	66
5.1.4. Sistema NUIT	67
5.1.5. Sistema PHC	67
5.1.6. Outros Sistemas.....	67
5.2. DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS NO ÂMBITO DO PDTI	68
5.2.1. E-Tributação	68
5.2.2. Janela Única Electrónica.....	68
5.2.3. Página WEB.....	68
6. GESTÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA	68
6.1. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	69
6.1.1. Salários e Remunerações	70
6.1.2. Bens e Serviços.....	71
6.1.3. Despesas de Investimento.....	71
6.1.4. Execução do Orçamento da Fronteira de paragem única	71
6.1.5. Acções realizadas com recurso ao Fundo Comum da AT.....	72
7. INFRA-ESTRUTURAS.....	74
8. PLANEAMENTO E ESTUDOS	75
8.1. PLANEAMENTO	75
8.2. ESTUDOS.....	75
9. REFORMA DA LEGISLAÇÃO FISCAL E ADUANEIRA	75
10. INTEGRAÇÃO REGIONAL E COOPERAÇÃO BILATERAL E MULTILATERAL	77
10.1. INTEGRAÇÃO REGIONAL.....	77
10.2. COOPERAÇÃO BILATERAL E MULTILATERAL	78
10.3. MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS	79
11. ACÇÕES NO ÂMBITO DO CONTROLO INTERNO	81
12. ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS ÓRGÃOS COLEGIAIS DA AT.....	82
12.1. CONSELHO SUPERIOR TRIBUTÁRIO.....	82
12.2. CONSELHO DIRECTIVO	83
12.3. CONSELHO DE FISCALIDADE	83
12.4. SEMINÁRIO NACIONAL	83
12.5. OUTROS EVENTOS.....	83
13. PERSPECTIVAS DE ACÇÕES PARA 2011.....	85
13.1. NO ÂMBITO DA COBRANÇA DE RECEITAS	85
13.2. NO ÂMBITO DA MODERNIZAÇÃO E FORTALECIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	85
13.3. NO ÂMBITO DE DESENVOLVIMENTO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO	86

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Programa da Receita do Estado – 2010	14
Tabela 2 – Balanço Global da Receita do Estado – 2010	14
Tabela 3 – Receitas Fiscais – 2010	16
Tabela 4 – Impostos sobre o Rendimento – 2010	17
Tabela 5 – Impostos sobre Bens e Serviços	19
Tabela 6 – Uso da Preferência no Âmbito do Protocolo Comercial da SADC – 2010	21
Tabela 7 – Importações 2008 a 2010	22
Tabela 8 – Outros Impostos	23
Tabela 9 – Evolução da Taxa sobre os Combustíveis	25
Tabela 10 – Receitas não Fiscais	26
Tabela 11 – Receitas Consignadas	28
Tabela 12 – Receitas de Capital	29
Tabela 13 – Contribuição dos Mega-projectos em 2010	31
Tabela 14 – Contribuição Fiscal das Intituições Financeiras	32
Tabela 15 – Resultados globais (Matéria colectável e Imposto Apurado)	33
Tabela 16 – Impostos Adicionais apurados	34
Tabela 17 – Impostos globais apurados	34
Tabela 18 – Auditorias e Fiscalizações – Valores cobrados	35
Tabela 19 – Análise de Processos de Contas das Empresas	36
Tabela 20 – Auditorias Pós-Desembaraço	38
Tabela 21 – Recuperação da Receita	38
Tabela 22 – Evolução dos Processos Fiscais 2008 – 2010	39
Tabela 23 – Evolução dos Perfis de Risco	39
Tabela 24 – Processos do Contencioso Tributário	40
Tabela 25 – Processos do Contencioso Fiscal Recorridos ao TA	41
Tabela 26 – Processos Executivos que estão no Tribunal Administrativo	41
Tabela 27 – Processos de Execuções Fiscais	42
Tabela 28 – Processos de Execuções Fiscais, por antiguidade	43
Tabela 29 – Resumo dos pedidos de reembolso pagos em 2010	44
Tabela 30 – Processos recebidos e pagos do Regime Normal	45
Tabela 31 – Pedidos de Reembolso de IR – global	46
Tabela 32 – Reembolsos do IRPS	47
Tabela 33 – Reembolsos do IRPC (% - qtde e valores)	48
Tabela 34 – Processos de Benefícios Fiscais Recebidos	49
Tabela 35 – Despesas Fiscais (Benefícios Fiscais) – Exercício de 2009	49
Tabela 36 – Evolução do volume de isenções – 2009/2010	50
Tabela 37 – Isenções concedidas – 2010	51
Tabela 38 – Registo Fiscal	54
Tabela 39 – Carreiras da AT	55
Tabela 40 – Carreira Aduaneira	56
Tabela 41 – Carreira Tributária	57
Tabela 42 – Faixa etária dos funcionários da AT	57
Tabela 43 – Níveis académicos dos funcionários da AT	59

Relatório de Actividades Desenvolvidas em 2010 e Perspectivas de Acções para 2011

Tabela 44 – Distribuição de funcionários por região e por género.....	61
Tabela 45 – Distribuição de funcionários por grau académico, género e por região.....	61
Tabela 46 - Formações planificadas e realizadas.....	63
Tabela 47 – Pedido de continuação de estudos.....	64
Tabela 48 – Formações realizadas no exterior.....	64
Tabela 49 – Balancete de execução do orçamento da despesa – 2010	69
Tabela 50 – Evolução da despesa em relação a receita	72
Tabela 51 – Desembolsos do Fundo Comum da AT	72
Tabela 52 – Grau de Execução do Fundo Comum da AT	73
Tabela 53 - Importações Provenientes da SADC com Certificados de Origem referentes ao ano de 2010.....	77
Tabela 54 – Certificados de Origem	77
Tabela 55: Fundos provenientes da cooperação bilateral	79
Tabela 56: Execução do Financiamento da UNIDO.....	80

ÍNDICE DE FIGURAS

Gráfico 1 – Balanço Global da Receita do Estado – 2010.....	15
Gráfico 2 – Estrutura das Receitas Totais cobradas – 2010.....	15
Gráfico 3 – Peso das Receitas Fiscais – Comparação com o Período Homólogo	16
Gráfico 4 – Evolução da cobrança dos Impostos sobre o Rendimento – 2010.....	17
Gráfico 5 – Estrutura dos Impostos sobre o Rendimento	18
Gráfico 6 – Evolução da Cobrança dos Impostos sobre Bens e Serviços – 2010.....	20
Gráfico 7 – Estrutura dos Impostos sobre Bens e Serviços	20
Gráfico 8 – Evolução das importações no período 2008 – 2010	22
Gráfico 9 – Outros Impostos.....	24
Gráfico 10 – Estrutura dos Outros Impostos.....	24
Gráfico 11 – Evolução da Taxa sobre os Combustíveis	25
Gráfico 12 – Estrutura da Taxa sobre os Combustíveis.....	25
Gráfico 13 – Receitas Não Fiscais	27
Gráfico 14 – Estrutura das Receitas Não Fiscais	27
Gráfico 15 – Receitas Consignadas	28
Gráfico 16 – Estrutura das Receitas Consignadas	29
Gráfico 17 – Receitas de Capital	30
Gráfico 18 – Estrutura das Receitas de Capital	30
Gráfico 19 – Evolução da contribuição das Instituições Financeiras – por imposto	32
Gráfico 20 – Resultados das Auditorias/Fiscalizações	33
Gráfico 21 – Resultados das Auditorias/Fiscalizações – Imposto Apurado	34
Gráfico 22 – Estrutura dos impostos cobrados resultantes de Auditorias/Fiscalizações	35
Gráfico 23 – Análise de processos de contas das empresas e impostos adicionais apurados.....	36
Gráfico 24 – Auditorias Pós-Desembaraço – valores e quantidades	38
Gráfico 25 – Processos do Contencioso Tributário – quantidades	40
Gráfico 26 – Processos do Contencioso Tributário – Valores.....	41
Gráfico 27 - Processos de Execuções Fiscais – Quantidades	42
Gráfico 28 - Processos de Execuções Fiscais – Valores.....	43
Gráfico 29 - Processos de Execuções Fiscais, por antiguidade (qtde e valor).....	43
Gráfico 30 – Reembolsos dos Impostos sobre os Rendimentos (% - quantidades e valores)	46
Gráfico 31 – Reembolsos do IRPS (% - qtde e valores)	47
Gráfico 32 – Reembolsos do IRPC (% - qtde e valores).....	49
Gráfico 33 – Isenções por Base Legal	51
Gráfico 34 – Estrutura das Isenções por Imposto	52
Gráfico 35 – Registo de Contribuintes.....	54
Gráfico 36 – Registo de Contribuintes – Grau de realização (em percentagem).....	54
Gráfico 37 – Carreiras da AT – Número	55
Gráfico 38 – Carreiras da AT em Percentagem	56
Gráfico 39 – Carreira Aduaneira.....	56
Gráfico 40 – Carreira Tributária	57
Gráfico 41 – Faixas etárias dos funcionários da AT.....	58
Gráfico 42 – Faixas etárias dos funcionários da AT (em percentagem).....	58
Gráfico 43 – Níveis académicos dos funcionários da AT, por género	59

Relatório de Actividades Desenvolvidas em 2010 e Perspectivas de Acções para 2011

Gráfico 44 – Níveis académicos dos funcionários da AT (em percentagem).....	60
Gráfico 45 – Projecção da evolução de funcionários período 2008/2014	60
Gráfico 46 – Distribuição de funcionários por região e por género	61
Gráfico 47 – Distribuição de funcionários por região (em percentagem)	62
Gráfico 48 – Formações planificadas e realizadas.....	64
Gráfico 49 – Execução Orçamental Total.....	70
Gráfico 50 – Execução do Orçamento: recursos internos e externos	70

ABREVIATURAS

AECID – Agência Espanhola de Cooperação Internacional
AR – Assembleia da República
AT – Autoridade Tributária de Moçambique
BI – Bilhete de Identidade
BIM – Banco Internacional de Moçambique
BRT – Brigada de Reacção Táctica
CD – Conselho Directivo
CEDET – Centro de Educação à Distância para o Desenvolvimento Económico e Tecnológico
CEDOTI – Centro de Documentação e Tratamento de Informação
CEDSIF – Centro de Desenvolvimento de Sistemas de Informação
CFM – Caminhos de Ferro de Moçambique
CIF – Cost Insurance & Freight
CIRPC – Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas
CIVA – Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado
CM – Conselho de Ministros
CNCS – Conselho nacional de Combate ao HIV/SIDA
CPI – Centro de Promoção de Investimentos
CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa
CST – Conselho Superior Tributário
CTA – Confederação das Associações Económicas de Moçambique
DAF – Direcção de Área Fiscal
DAFT – Direcção de Auditoria e Fiscalização Tributária
DAII – Direcção de Auditoria, Investigação e Inteligência
DAPDA – Divisão de Auditoria e Pós Desembarço Aduaneiro
DCCRBF – Direcção de Controlo de Cobrança, Reembolsos e Benefícios Fiscais
DCI – Divisão de Cooperação Internacional
DCT – Direcção de Contencioso Tributário
DFID – Department For International Development
DG – Director Geral
DGA – Direcção Geral das Alfândegas
DGI – Direcção Geral de Impostos
DGSC – Direcção Geral dos Serviços Comuns
DIR – Divisão de Integração Regional
DPA – Divisão de Previsão e Análise da Receita
DRC – Direcção Regional Centro
DRIR – Divisão de Reembolsos de Impostos sobre o Rendimento
DRIVA – Divisão de Reembolsos do Imposto sobre o Valor Acrescentado
DTIC – Direcção de Tecnologia de Informação e Comunicação
DT^{os} - Direitos
DU – Documento Único
DUA – Documento Único Abreviado
E-CAF – Cadastro de Funcionários e Agentes do Estado (Aplicativo Informático)
EGFAE – Estatuto Geral dos Funcionários e Agentes do Estado
ETM – *Enterprise Taxation Management*
EUA – Estados Unidos da América
FMI – Fundo Monetário Internacional
GCCC – Gabinete de Controlo e Combate à Corrupção

Relatório de Actividades Desenvolvidas em 2010 e Perspectivas de Acções para 2011

GCI – Gabinete de Controlo Interno
GM – Gabinete do Ministro
GPECI – Gabinete de Planeamento, Estudos e Cooperação Internacional
HD – Hard Disk
HIV – *Human Immunodeficiency Virus*
IASB – *International Accounting Standard Board*
ICE – Imposto sobre Consumos Específicos
ICF – *Investment Climate Facility for Africa*
IFRS – International Financial Reporting Standard
IPEME – Instituto de Pequenas e Médias Empresas
IRPC – Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas
IRPS – Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
ISPC – Imposto Simplificado para Pequenos Contribuintes
ISV – Imposto sobre Veículos
ITS – *Intertek Testing Service*
IVA – Imposto Sobre o Valor Acrescentado
JPEF – Juízo Privativo das Execuções Fiscais
JUE – Janela Única Electrónica
MDE – Memorando de Entendimento
MEO – Módulo de Execução Orçamental
MCEL – Moçambique Celular, SA
MFP – Ministério da Função Pública
NIIRF's – Normas Internacionais de Relato Financeiro
NUIT – Número Único de Identificação Tributária
OMA – Organização Mundial das Alfândegas
OMM – Organização da Mulher Moçambicana
OTA – Departamento do Tesouro Americano
P-AT – Presidente da Autoridade Tributária de Moçambique
PC – *Personal Computer*
PDTI – Plano de Desenvolvimento de Tecnologias de Informação e Comunicações
PDU – Pacote Informático do Documento Único
PGR – Procuradoria-geral da República
PHC – África Sistemas e Tecnologias de Informação, Lda. (Produtora de software)
PIB – Produto Interno Bruto
PRM – Polícia da República de Moçambique
QTY – Quantidade
RBF – Repartição de Benefícios Fiscais
RENA – Rede Nacional da Autoridade Tributária
RSA – *Republic of South Africa*
SADC - *Southern Africa Development Community*
SGS – Sociedade Geral de Superintendência
SICR – Sistema Interino de Cobrança de Receitas
SIDA – Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
SIGEX – Sistema de Gestão de Expediente
SISTAFE – Sistema de Administração Financeira do Estado
SPA – Serviços Provinciais das Alfândegas
STV – Soico Televisão
TA – Tribunal Aduaneiro
TDM – Telecomunicações de Moçambique

Relatório de Actividades Desenvolvidas em 2010 e Perspectivas de Acções para 2011

TIMS – Trading Information Management System
TIRO – Terminal Internacional Rodoviário
TSA – Taxas de Serviços Alfandegários
TSC – Taxa sobre Combustíveis
TVM – Televisão de Moçambique
UCM – Universidade Católica de Moçambique
UGC – Unidade de Grandes Contribuintes
UNIDO – United Nations Industrial Development Organization
UTRESP – Unidade Técnica de Reforma do Sector Público
ZCL – Zona de Comércio Livre

SUMÁRIO EXECUTIVO

De uma meta de 57.431,81 milhões de MT, estabelecida para o ano de 2010, a Autoridade Tributária de Moçambique (AT), arrecadou o montante de 63.488,75 milhões de MT, para as receitas do Estado, que correspondem a 110,5% de realização, ficando além da meta prevista em 10,5%. Este resultado permitiu alcançar um crescimento nominal de 33,4%, comparativamente ao período homólogo de 2009.

Da totalidade das receitas cobradas neste período, 62.091,03 milhões de MT são receitas correntes e 1.397,72 milhões de MT receitas de capital, numa contribuição respectivamente repartida em 97,8% e 2,2% para as Receitas Totais do Estado.

Da totalidade das receitas arrecadadas, 40.328,92 milhões de MT foram cobrados pela área operativa dos impostos internos e 23.159,83 milhões de MT pela área operativa das Alfândegas, representando uma contribuição de 63,5% e 36,5%, respectivamente.

Nos esforços tendentes ao alargamento da base tributária, neste período foram atribuídos 262.561 novos NUITs, sendo 257.462 a pessoas singulares e 5.099 a pessoas colectivas. A totalidade dos NUITs atribuídos corresponde a uma realização de 131,3%, do programa anual fixado em 200.000 NUITs. Em termos acumulados, o número total de NUITs atribuídos, desde o estabelecimento do sistema de registo de contribuintes em 1999, alcançou 1.221.883 em 31 de Dezembro, sendo 1.186.881 registos singulares e 35.002 de registos colectivos, contra apenas 391.000 em 31 de Dezembro de 2006, ano da entrada em funcionamento da Autoridade Tributária.

No âmbito da promoção da educação fiscal e aduaneira, foi lançada formalmente, a campanha de Educação Fiscal e Aduaneira e Popularização do Imposto, sob o lema "*Todos Juntos Fazemos Moçambique*", visando o alargamento da base tributária e garantir que todo o cidadão adquira conhecimentos sobre matérias de impostos, com enfoque para as obrigações e direitos dos contribuintes, bem como inculcar o hábito de pagar o imposto.

No seguimento da assistência social ao funcionário, foi elaborada a proposta do regulamento que deverá reger a assistência social ao funcionário em várias vertentes, com particular realce para a assistência médica e medicamentosa, estando em processo de harmonização, após apreciação pelo CST.

No mesmo período, foi assinado um Protocolo do Crédito à Habitação e Leasing entre a AT e o Grupo Millenium-Bim, visando a obtenção de taxas de juros bonificadas para os funcionários, tendo, um número considerável de funcionários já beneficiado dos serviços deste grupo, nomeadamente para as linhas de créditos para construção, aquisição e reabilitação de imóveis, assim como, para o leasing de viaturas novas e em 2ª mão. Foram ainda concedidas facilidades de acesso a alguns serviços de utilidade pública, tais como a emissão de novos BI's Biométricos e de novas Cartas de Condução, igualmente Biométricas, no âmbito da assistência social aos funcionários.

Relatório de Actividades Desenvolvidas em 2010 e Perspectivas de Acções para 2011

Relativamente à reestruturação organizativa efectuada com a aprovação do novo Estatuto Orgânico da AT, no período em análise, foram aprovadas as Carreiras Tributária e Aduaneira da AT, bem como o Estatuto Remuneratório das Carreiras e Funções de Direcção, Chefia e Confiança da AT e o respectivo quadro de pessoal.

Quanto à implementação do Plano de Desenvolvimento das Tecnologias de Informação (PDTI), foi aprovado o Plano Estratégico do e-tributação e iniciado o processo de elaboração do respectivo modelo de negócio, incidindo na componente NUIT. Iguamente foi iniciado o processo de implementação do projecto da Janela Única Electrónica – JUE, com a adjudicação do concurso à SGS/Escopil, empresa que, de parceria com o Estado e o Sector Privado, por via da CTA, constituiu a MCNet, após o visto do Tribunal Administrativo.

No que concerne à execução do orçamento de despesa, do montante de 2.581,50 milhões de MT fixado para AT para o ano de 2010, de fundos internos, foi executado o montante de 2.358,04 milhões de MT, equivalente a 91,4% da dotação disponível. Este montante inclui 233,62 milhões de MT do Projecto de Fronteira de Paragem Única, executado em 99,6%.

Quanto aos fundos externos, provenientes do Fundo Comum da AT, no mesmo período, foi executado o montante de 104,49 milhões de MT, equivalente a 36,8% da dotação disponível, facto derivado dos atrasos verificados no início do projecto de e-tributação, associado ainda a situação de grande parte dos desembolsos terem ocorrido nos meses de Novembro e Dezembro, não permitindo por isso o início atempado do processo de *Procurement*.

No âmbito das infra-estruturas, deu-se continuidade ao desenvolvimento e apetrechamento de residenciais e escritórios da AT, com destaque para a construção do canal pedestre de Ressano Garcia, ligado ao projecto de Paragem Única, o Balcão de atendimento aos mineiros, em Ressano Garcia, o Complexo Residencial de Tete, o Posto misto de Mocumbura e o Posto Fiscal de Matchedje, na Província do Niassa.

Em relação às actividades de promoção da integridade e combate a corrupção, destaca-se a continuação da divulgação do Código de Conduta pelos funcionários, a realização de balanços de transição nas Estâncias Aduaneiras e nas Direcções de Áreas Fiscais, para garantir transparência na gestão, a continuação dos trabalhos de apoio aos esforços das Auditorias da DGA e DGI com vista ao incremento da receita.

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório retrata as principais actividades realizadas pela Autoridade Tributária de Moçambique no ano de 2010, com realce para a cobrança das receitas do Estado no valor de 63.488,75 milhões de MT, equivalentes a 19,6% do PIB a preços correntes, contra os 18,8% previstos, representando um crescimento adicional do PIB em 0,8% e, um crescimento nominal de cerca de 33,4%. Destaca-se ainda, a realização do IV Seminário Nacional de Execução da Política Fiscal e Aduaneira, sob o lema “*Por uma Administração Fiscal cada Vez Mais Interventiva na Redução do Défice Orçamental*”, onde se fez o balanço das actividades desenvolvidas pela AT em 2009 e perspectivadas as acções para 2010.

A aprovação no período em análise, dos Estatutos Orgânico e Remuneratório da AT, das Carreiras e do respectivo Quadro de Pessoal, representam um progresso assinalável no processo de reestruturação organizativa, o que cria condições para o início do processo de enquadramento dos funcionários nas novas carreiras, tão logo que sejam aprovados os critérios de enquadramento, já em fase final de harmonização.

Constituíram também actividades de destaque, a continuação da implementação de medidas para o alargamento da base tributária, através do registo de mais contribuintes com a atribuição de mais NUIT's a novos sujeitos passivos, a continuação da implementação do PDTI, com especial enfoque para a aprovação do Plano Estratégico do projecto e-tributação e o início da implementação do projecto da Janela Única Electrónica, com a formalização da MCNET, uma entidade de capitais públicos e privados, criada para o efeito. Estes sistemas visam aumentar a eficiência e eficácia da administração tributária e melhoria da comodidade do contribuinte no pagamento dos impostos e do ambiente de negócios.

Em termos de infra-estruturas, durante o ano de 2010, destaca-se a construção do canal pedestre, da estrada alternativa e de escritórios pré-fabricados, no Km 4 do Projecto da Fronteira de Paragem Única de Ressano Garcia, a construção do posto fronteiriço de Mocumbura, a construção dos postos fiscais e de cobrança de Bilene, Inhassoro, Morrumbala, Zumbo e Chiúre, a reabilitação dos escritórios para o projecto e-tributação, a reabilitação do Complexo Residencial de Ressano Garcia, do Posto de cobrança de Magude e de algumas instalações cedidas pelo APIE.

O presente relatório está dividido em treze partes principais, que incluem: a descrição e análise das receitas cobradas pelas áreas operacionais dos impostos internos e das Alfândegas; as acções desenvolvidas no âmbito do alargamento da base tributária; as actividades realizadas no âmbito da gestão de recursos humanos, materiais e financeiros, desenvolvimento de infra-estruturas físicas e tecnológicas; a reforma da legislação fiscal e aduaneira; as acções desenvolvidas no âmbito do planeamento e cooperação internacional; a promoção de integridade e combate à corrupção; e à promoção e desenvolvimento da imagem institucional.

2. ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA COBRANÇA DA RECEITA

2.1. ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DA RECEITA

2.1.1. Receita Global

Pela Lei n.º 2/2010, de 27 de Abril, que aprova o Orçamento do Estado para 2010, foi fixado o Orçamento de Receitas em 57.431,80 milhões de MT, sendo 56.159,80 milhões de MT de Receitas Correntes e 1.272,00 milhões de MT de Receitas de Capital, representando uma expectativa de crescimento nominal de 20,7%, relativamente à cobrança de 2009 e 18,8% do PIB previsto para 2010, conforme a tabela 1.

Tabela 1 – Programa da Receita do Estado – 2010

Unidade: 10⁶ MT

Descrição	Cobrança 2009	Programa 2010	Expectativa Cresc.	% PIB	Cobrança 2010	% de realização	% PIB	Cresc. Nominal	Estrutura cobrança 2010
Receita Total	47.599,70	57.431,81	20,7%	18,8%	63.488,75	110,5%	19,6%	33,4%	100,0%
Receitas Correntes	46.071,68	56.159,77	21,9%	18,4%	62.091,03	110,6%	19,2%	34,8%	97,8%
Receitas de Capital	1.528,02	1.272,04	-16,8%	0,4%	1.397,72	109,9%	0,4%	-8,5%	2,2%
PIB a preços correntes	269.000,00	305.735,00			323.229,00				

Fonte: DPAR

Durante o ano de 2010 foram cobrados 63.488,75 milhões MT, correspondentes a um grau de realização de 110,5% do montante de 57.431,81 milhões de MT fixado para o período e cerca de 19,6% do PIB a preços correntes, previsto para 2010. Comparativamente a 2009, as receitas cobradas cresceram nominalmente em cerca de 33,4%, fortemente influenciadas pelas receitas fiscais, cujo grau de realização se situou nos 113,4%, como se mostra na tabela 2.

Tabela 2 – Balanço Global da Receita do Estado – 2010

Unidade: 10⁶ MT

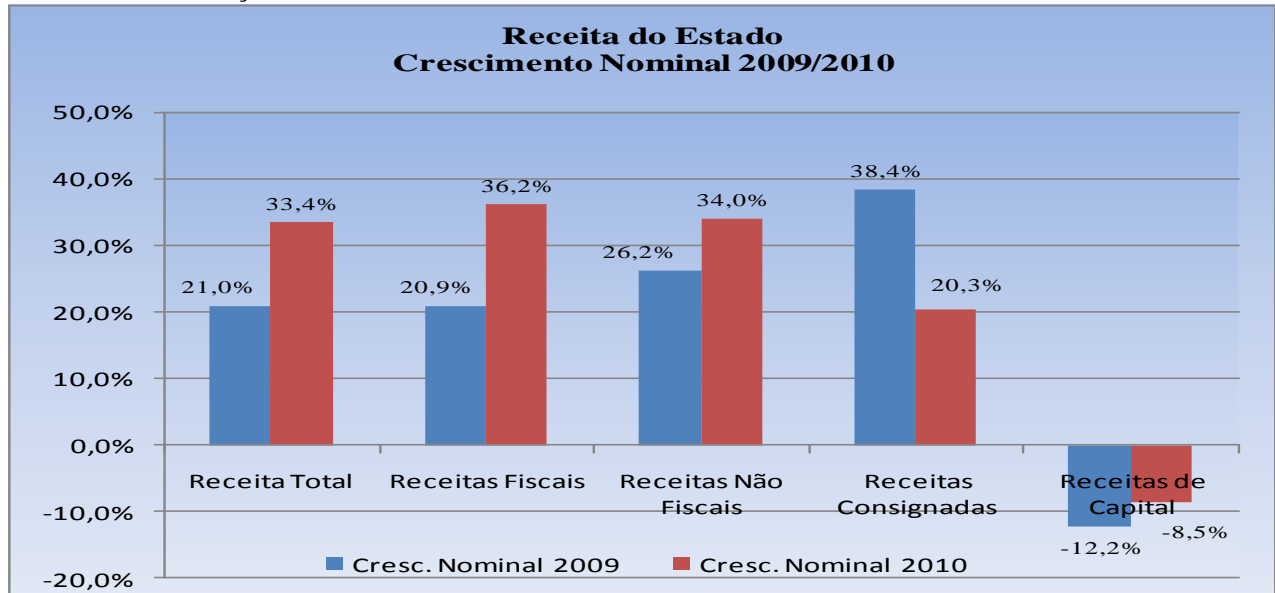
Descrição	Cobrança 2009	Programa 2010	Cobrança	% de realização	Cresc. Nominal	% PIB	Estrutura Cobrança 2010
Receita Total	47.599,70	57.431,81	53.488,75	110,5%	33,4%	19,6%	100,0%
Receitas Correntes	46.071,68	56.159,77	62.091,03	110,6%	34,8%	19,2%	97,8%
Receitas Fiscais	39.392,64	47.310,84	53.642,34	113,4%	36,2%	16,6%	84,5%
Receitas Não Fiscais	3.033,98	4.590,30	4.064,83	88,6%	34,0%	1,3%	6,4%
Receitas Consignadas	3.645,07	4.258,63	4.383,86	102,9%	20,3%	1,4%	6,9%
Receitas de Capital	1.528,02	1.272,04	1.397,72	109,9%	-8,5%	0,4%	2,2%

Fonte: DPAR

PIB a preços correntes de 323.22900,00 milhões de MT

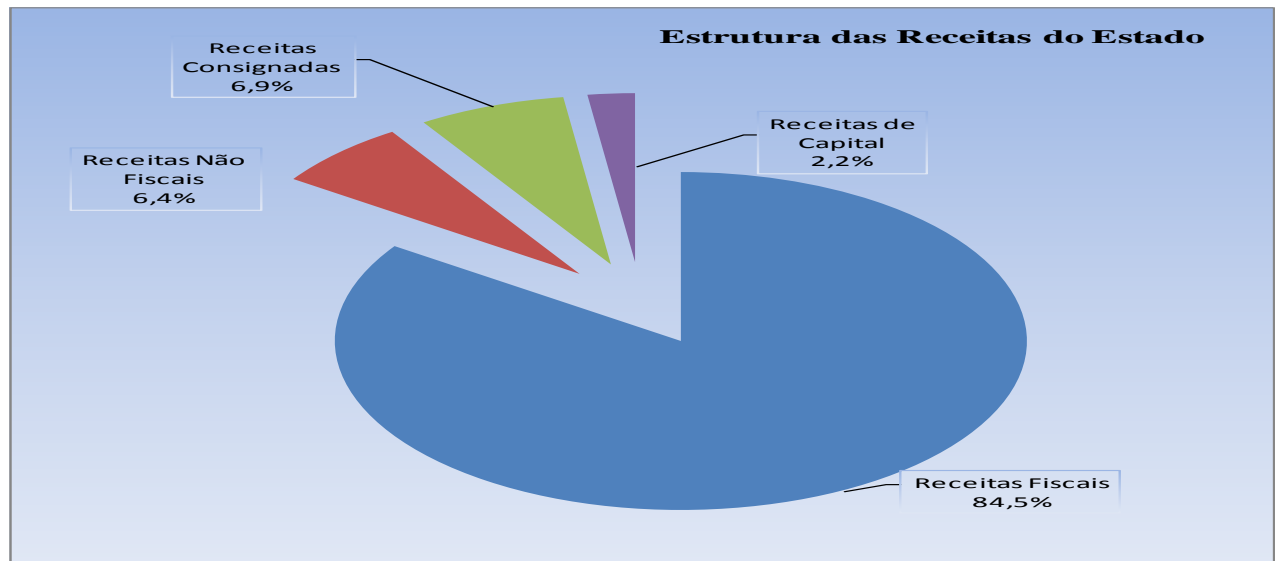
O gráfico 1, que reporta o crescimento da receita cobrada no ano de 2010, comparativamente à receita cobrada no período homólogo de 2009, ilustra claramente o crescimento da cobrança de um período para o outro em 33,4%, não obstante o fraco desempenho verificado na cobrança das receitas não fiscais, que se situou em cerca de 88,6%.

Gráfico 1 – Balanço Global da Receita do Estado – 2010



O gráfico 2, ilustra a composição da receita total em termos da sua estrutura, em que se pode perceber o considerável peso das receitas fiscais (cerca de 84,5% do total), seguido das receitas consignadas e das não fiscais, com um peso de cerca de 6,9% e de 6,4%, respectivamente, remetendo-se as receitas de capital ao peso minimal de 2,2%.

Gráfico 2 – Estrutura das Receitas Totais cobradas – 2010



2.1.2. Receitas Fiscais

No período em análise, em termos da estrutura das receitas fiscais, comparativamente ao período homólogo de 2009, verificou-se um decréscimo do peso dos Impostos sobre o Rendimento em cerca de 0,4%, elevando-se o peso dos Impostos sobre Bens e Serviços em 0,5% e o peso dos Outros Impostos também decresceu em 0,2%, sendo que a cobrança destes impostos cresceu em termos de volume de receitas, em 4.768,89 milhões de MT, 8.924,02 milhões de MT e 554,18 milhões de MT, respectivamente, conforme ilustram a tabela 3 e gráfico 3. Entretanto, importa frisar que o nível de receitas alcançado no período em análise resulta, principalmente, do desempenho na cobrança do Imposto sobre Bens e Serviços, que se cifrou em 32.804,20 milhões de MT, que, quando comparado com a cobrança de 2009, apresenta uma taxa de crescimento nominal de 37,4%, como ilustra a tabela 5.

Tabela 3 – Receitas Fiscais – 2010

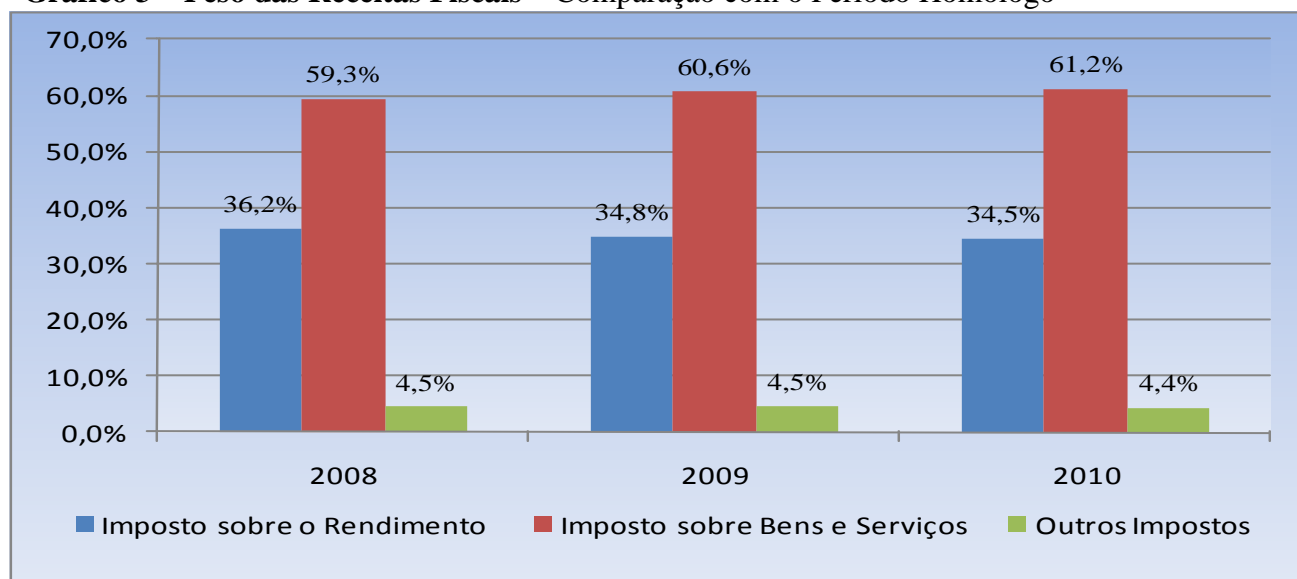
Unidade: 10⁶ MT

Descrição	2009		2010		Variação cobrança	Variação peso
	Cobrança	Peso %	Cobrança	Peso %		
Receitas Fiscais	39.392,64	100,0%	53.642,34	100,0%	14.249,70	0,0%
Imposto sobre o Rendimento	13.726,83	34,8%	18.498,24	34,5%	4.771,41	-0,4%
Imposto sobre Bens e Serviços	23.880,18	60,6%	32.804,03	61,2%	8.923,85	0,5%
Outros Impostos	1.785,63	4,5%	2.340,06	4,4%	554,44	-0,2%

Fonte: DPAR

PIB a preços correntes de 323.229,00 milhões de MT

Gráfico 3 – Peso das Receitas Fiscais – Comparação com o Período Homólogo



2.2. ANÁLISE POR GRUPO DE IMPOSTOS

2.2.1. Impostos Sobre o Rendimento

Durante o ano de 2010 a cobrança dos Impostos sobre o Rendimento ascendeu aos 18.495,72 milhões de MT contra um programa de 16.770,07 milhões de MT, o que representa um grau de

Relatório de Actividades Desenvolvidas em 2010 e Perspectivas de Acções para 2011

realização de 110,3%, um crescimento nominal de 34,7% e 5,7% do PIB, conforme ilustram a tabela 4 e o gráfico 4.

Tabela 4 – Impostos sobre o Rendimento – 2010

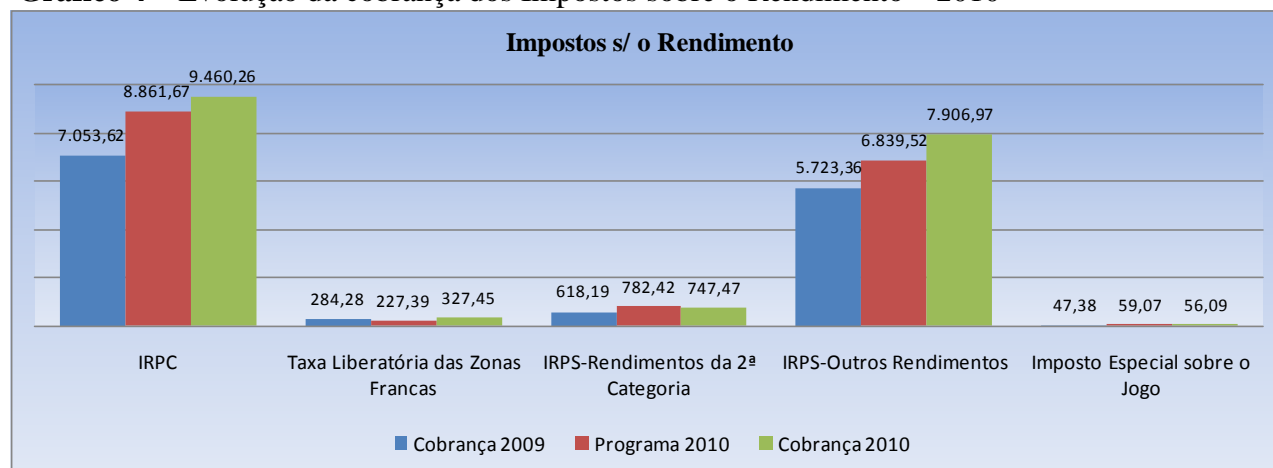
Unidade: 10⁶ MT

Descrição	Cobrança 2009	Programa 2010	Cobrança 2010	% de realização	Cresc. Nominal	% PIB	Estrutura cobrança 2010
Impostos sobre o Rendimento	13.726,83	16.770,07	18.498,24	110,3%	34,8%	5,7%	100,0%
Imp. s/Rend.Pessoas Colectivas+Taxa Lib.	7.337,90	9.089,06	9.787,71	107,7%	33,4%	3,0%	52,9%
IRPC	7.053,62	8.861,67	9.460,26	106,8%	34,1%	2,9%	51,1%
Taxa Liberatória das Zonas Francas	284,28	227,39	327,45	144,0%	15,2%	0,1%	1,8%
Imposto s/Rend.Pessoas Singulares	6.341,55	7.621,94	8.654,44	113,5%	36,5%	2,7%	46,8%
Rendimentos da 2ª Categoria	618,19	782,42	747,47	95,5%	20,9%	0,2%	4,0%
Outros Rendimentos	5.723,36	6.839,52	7.906,97	115,6%	38,2%	2,4%	42,7%
Imposto Especial sobre o Jogo	47,38	59,07	56,09	95,0%	18,4%	0,0%	0,3%

Fonte: DPAR

PIB a preços correntes de 324.000,00 milhões de MT

Gráfico 4 – Evolução da cobrança dos Impostos sobre o Rendimento – 2010



- i. Para o IRPC, de um programa de 8.861,67 milhões de meticais, foram cobrados 9.459,89 milhões de meticais, o que representa um grau de realização de 106,8%, correspondente a um crescimento nominal de cerca de 34,1% comparativamente ao período homólogo de 2009. O sobrecumprimento verificado deveu-se, fundamentalmente: (i) à verificação e correcção pontual das Declarações Anuais de Rendimento e de Informação Contabilística e Fiscal (ii) à melhoria no controlo dos pagamentos a não residentes e tributação de juros provenientes de operações financeiras e da autoliquidação; (iii) ao controlo dos faltosos; (iv) ao desenvolvimento de acções de educação fiscal, formação, sensibilização e divulgação da legislação fiscal; (v) ao aumento do número de novos contribuintes¹. Por último, no que respeita à taxa liberatória das zonas francas, o aumento da receita proveniente da indústria

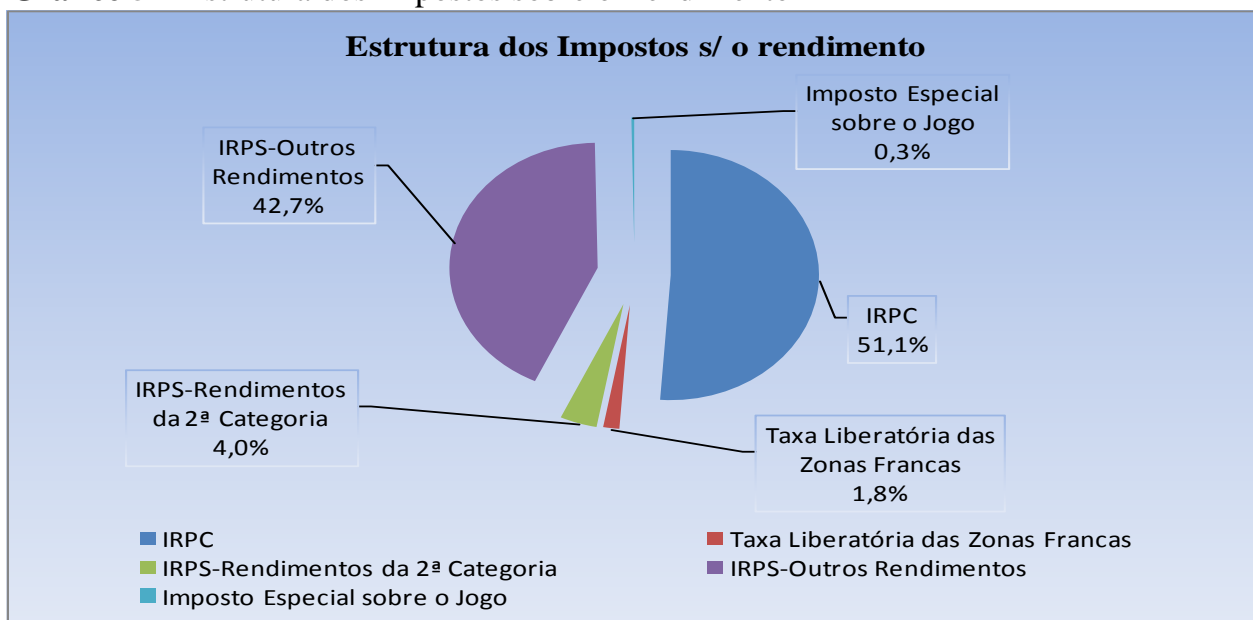
¹ 262.561 novos NUIT's registados de Janeiro a Dezembro de 2010.

de fundição de alumínio devido à apreciação do Dólar Americano, principal moeda de transacções deste sector;

- ii. Para o IRPS, de um programa de 7.621,94 milhões de MT, foram cobrados 8.652,29 milhões de MT, o que representa uma realização de 113,5%, e uma taxa de crescimento nominal de 36,4%, influenciada pela: (i) cobrança de valores dos anos anteriores; (ii) controlo dos faltosos; (iii) melhoria da autoliquidação devido às acções de sensibilização, educação fiscal e divulgação da legislação fiscal; e (iv) fiscalização dos contratos de arrendamento.

Quanto ao Imposto Especial sobre o Jogo, de um programa de 59,07 milhões de MT, foram cobrados 56,09 milhões de MT, o que representa um nível de realização de 95,0%, correspondente a um crescimento em termos nominais de 18,4%, comparativamente a igual período do ano anterior. Contribuiu para o incumprimento da meta, a redução do número de frequentadores e consequente redução da quantidade de jogos.

Gráfico 5 – Estrutura dos Impostos sobre o Rendimento



Do gráfico acima constata-se que o IRPC constitui a maior componente nos impostos sobre o rendimento, superando em 4,37% o IRPS, tendência que se vem manifestando desde 2009, contrariamente aos anos anteriores, em que o IRPS superava o IRPC.

2.2.2. Impostos Sobre Bens e Serviços

A cobrança dos Impostos sobre Bens e Serviços atingiu 32.804,20 milhões de MT, equivalentes a um grau de realização de 116,0% e a 10,1% do PIB, tendo crescido em termos nominais 37,4%, relativamente a igual período do ano transacto, como ilustra a tabela 5.

Tabela 5 – Impostos sobre Bens e Serviços

Unidade: 10⁶ MT

Descrição	Cobrança 2009	Programa 2010	Cobrança 2010	% de realização	Cresc. Nominal	% PIB	Estrutura cobrança 2010
Impostos sobre Bens e Serviços	23.880,18	28.290,80	32.804,03	116,0%	37,4%	10,1%	100,0%
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	16.974,93	20.138,33	24.121,47	119,8%	42,1%	7,5%	73,5%
IVA nas Operações Internas	7.056,84	8.536,94	9.805,11	114,9%	38,9%	3,0%	29,9%
IVA na Importação	9.918,09	11.601,39	14.316,36	123,4%	44,3%	4,4%	43,6%
ICE-Produção Nacional	1.794,28	2.307,93	2.208,81	95,7%	23,1%	0,7%	6,7%
Cerveja	1.386,13	1.714,12	1.802,04	105,1%	30,0%	0,6%	5,5%
Tabaco	316,53	473,83	271,44	57,3%	-14,2%	0,1%	0,8%
Outras Bebidas Alcoólicas	91,62	119,99	135,33	112,8%	47,7%	0,0%	0,4%
ICE-Produtos Importados	973,45	1.480,08	1.237,81	83,6%	27,2%	0,4%	3,8%
Impostos sobre o Comércio Externo	4.137,52	4.364,46	5.235,94	120,0%	26,5%	1,6%	16,0%
Direitos Aduaneiros	4.133,10	4.340,58	5.226,03	120,4%	26,4%	1,6%	15,9%
Sobretaxa	4,42	23,88	9,91	41,5%	124,2%	0,0%	0%

Fonte: DPAR

PIB a preços correntes de 323.229,00 milhões de MT

O IVA apresenta um crescimento nominal de 42,1%, sendo a maior contribuição o IVA cobrado nas importações, com um crescimento de 44,3%. Os impostos sobre o comércio externo, apresentam um crescimento de 26,5%, uma tendência, que seria menos de esperar, com a implementação do desarmamento tarifário da SADC.

2.2.2.1. Imposto sobre o Valor Acrescentado

O grau de realização e o crescimento nominal do grupo dos impostos sobre bens e serviços, foi grandemente influenciado pelo IVA, cuja realização ascende a 119,8%, com um crescimento nominal de 42,1%, que representa 7,4% do PIB. A taxa de crescimento nominal do IVA nas Operações Internas foi de 38,9% contra 44,3% nas importações.

Este desempenho deveu-se: (i) ao aumento do volume de importações, o que, consequentemente, se repercutiu sobre o volume das transações no mercado interno; (ii) à melhoria da autoliquidação influenciada pelas acções de sensibilização, educação fiscal e divulgação da legislação fiscal; (iii) a recuperação do IVA apurado no procedimento de acções de auditoria e fiscalização tributárias, incluindo a fiscalização de mercadorias em circulação; (iv) ao controlo do IVA devido no arrendamento de imóveis localizados nas zonas urbanas, destinados à prestação de serviços e comércio; (v) à melhoria contínua do controlo de sujeitos passivos faltosos e correcção dos créditos sistemáticos em sede do IVA; e (vi) às liquidações officiosas bem como ao controlo do IVA suportado.

À cobrança do IVA na importação correspondeu uma realização de 123,4%, representando 4,4% do PIB, e um crescimento nominal de 44,3% relativamente a igual período do ano anterior. O

cumprimento da meta do IVA, no período em análise, está implicitamente relacionado com o aumento do volume das importações, associado à subida da taxa de câmbio, elevando consequentemente, o volume das transacções sujeitas ao pagamento deste imposto.

Gráfico 6 – Evolução da Cobrança dos Impostos sobre Bens e Serviços – 2010

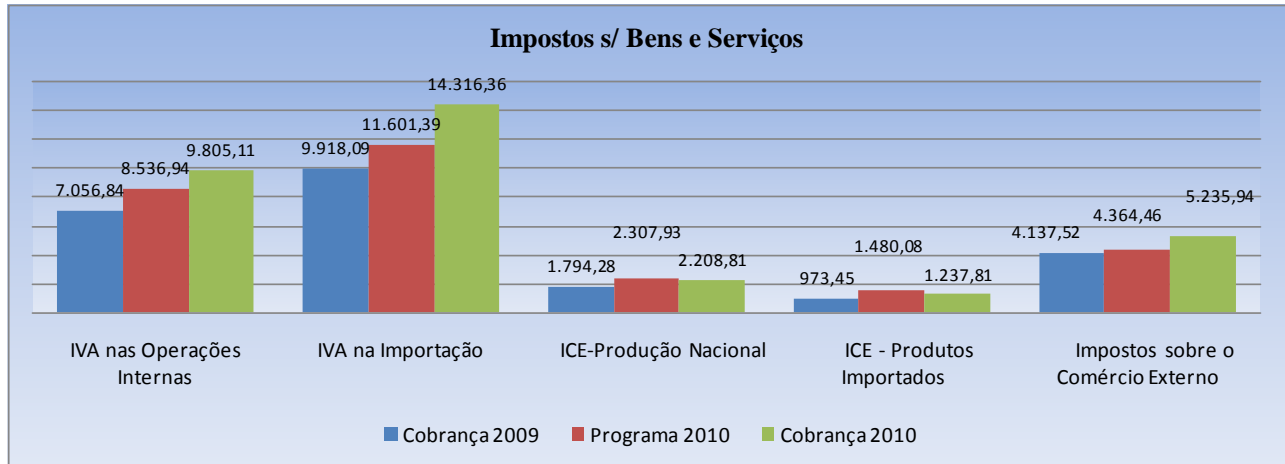
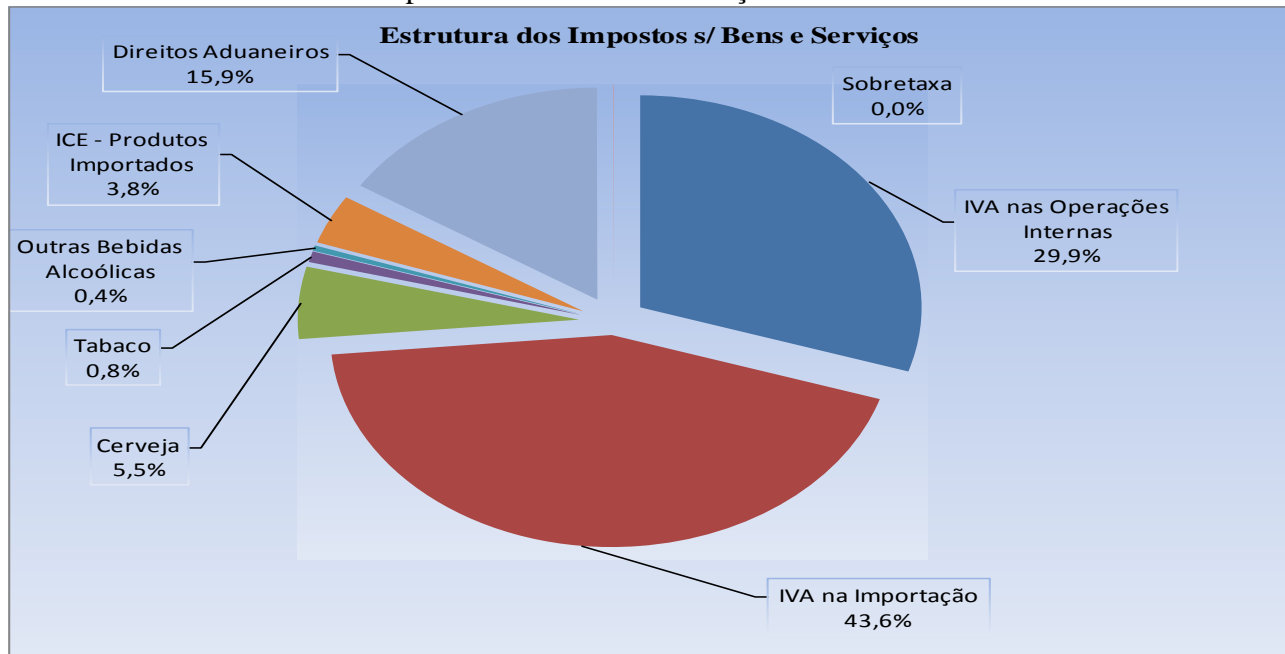


Gráfico 7 – Estrutura dos Impostos sobre Bens e Serviços



2.2.2.2. Imposto sobre Consumos Específicos

Este imposto contribuiu em 10,5% na estrutura dos impostos sobre bens e serviços, sendo o ICE cobrado na produção nacional com maior peso, representando 6,7%. No ICE sobre a produção

nacional, a maior contribuição é das cervejas, que representa 5,5% na estrutura dos impostos sobre bens e serviços. Não obstante o crescimento nominal em 24,5% do ICE, a realização situou-se nos 91%, considerando o total cobrado no ICE. Por outro lado, o total do ICE contribuiu com apenas 1,1% no PIB, mantendo-se a mesma cifra do ano anterior, apesar da implementação do novo Código.

Este desempenho deveu-se essencialmente à redução da produção de bebidas alcoólicas, por efeitos da crise financeira internacional e ao facto de a lei não ter introduzido nenhuma alteração nas taxas a aplicar aos produtos localmente produzidos, que são obtidos pela simples mistura de álcool, água filtrada, essências, aromas, etc., ou seja, com a prevalência da taxa de 65% para as bebidas espirituosas, a probabilidade de aumento da arrecadação reduz-se.

2.2.2.3. Impostos sobre o comércio externo

A cobrança dos impostos sobre o comércio externo, cresceu nominalmente em 26,5%, relativamente ao ano anterior, correspondente a 1,6% do PIB, contribuindo com 16% na estrutura dos impostos sobre bens e serviços e 8% nas receitas totais do Estado. Este crescimento contraria a tendência que seria de esperar, decorrente da implementação da ZCL da SADC.

O valor total de Direitos Aduaneiros e do IVA sobre o comércio externo que o país deixou de colectar em 2010, como resultado da aplicação do regime preferencial, no âmbito da implementação da Zona do Comércio Livre da SADC, foi de 1.419,14 milhões de meticais, sendo 1.203,43 milhões de meticais em Direitos Aduaneiros e 215,70 milhões de meticais em IVA, em virtude da redução da matéria colectável em sede do IVA, como consequência da não cobrança dos Direitos Aduaneiros.

Assim, o Impacto Fiscal Total/Despesa Fiscal resultante das importações feitas ao abrigo do regime preferencial na SADC, corresponde a cerca de 24,5%, do valor total dos Direitos Aduaneiros e IVA na importação, colectados no período em análise, conforme a Tabela 6, o que representa um crescimento de despesa fiscal na ordem de 0,1% em relação a igual período de 2009.

Tabela 6 – Uso da Preferência no Âmbito do Protocolo Comercial da SADC – 2010

Unidade: 10⁶ MT

Relatório de Actividades Desenvolvidas em 2010 e Perspectivas de Acções para 2011

Mês	(a) Direitos colectados	(b) Direitos preferenciais	(c) IVA colectado	(d) IVA preferencial	Impacto Fiscal (e)= b+d	(f)= b/a	(g)= d/c	(h)=f+g
Janeiro	382,16	67,06	818,06	12,00	79,06	17,5%	1,5%	19,0%
Fevereiro	321,84	59,31	936,78	10,35	69,66	18,4%	1,1%	19,5%
Março	380,14	104,24	1.078,81	18,48	122,72	27,4%	1,7%	29,1%
Abril	413,55	92,89	1.054,86	17,12	110,02	22,5%	1,6%	24,1%
Maio	365,93	98,67	1.076,95	17,92	116,58	27,0%	1,7%	28,6%
Junho	410,76	111,20	1.156,84	19,71	130,91	27,1%	1,7%	28,8%
Julho	379,84	119,53	1.145,00	21,59	141,12	31,5%	1,9%	33,4%
Agosto	449,86	124,09	1.338,06	22,09	146,19	27,6%	1,7%	29,2%
Setembro	457,13	129,70	1.229,18	23,28	152,98	28,4%	1,9%	30,3%
Outubro	470,78	121,42	1.479,58	21,93	143,35	25,8%	1,5%	27,3%
Novembro	495,94	132,76	1.407,74	23,59	156,36	26,8%	1,7%	28,4%
Dezembro	697,81	42,55	1.522,52	7,64	50,19	6,1%	0,5%	6,6%
Total	5.225,73	1.203,43	14.244,37	215,70	1.419,14	23,0%	1,5%	24,5%

Fonte: DIR/TIMS. Nota: (b) e (d) – direitos aduaneiros e IVA não cobrados como resultado da aplicação do Protocolo Comercial

A tabela 7 e o gráfico 8 mostram, comparativamente, a evolução do volume das importações de Moçambique por região de origem, de 2008 a 2010.

Tabela 7 – Importações 2008 a 2010

Unidade: 10⁶ MT

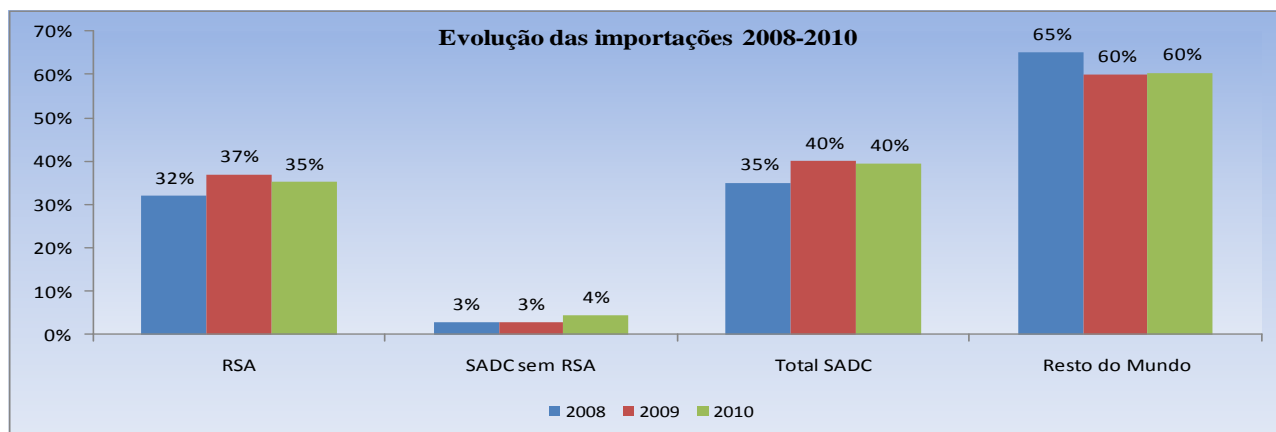
Período	RSA			Outros Membros SADC			Total SADC				Resto do Mundo		Total
	CIF	% Região	% Total	CIF	% Região	% Total	CIF	% Total	CIF Pref.	% CIF Pref SADC	CIF	% Total	CIF
2008	22.048,75	92%	32%	1.946,83	8%	3%	23.995,58	35%	5.423,94	23%	45.516,24	65%	69.511,81
2009	27.104,23	93%	37%	2.134,96	7%	3%	29.239,19	40%	9.277,94	32%	44.415,75	60%	73.654,94
2010	36.443,27	89%	35%	4.582,44	11%	4%	41.025,71	40%	12.654,50	31%	62.740,59	60%	103.766,30

Fonte: DIR/TIMS

No ano de 2010, Moçambique importou mercadorias no valor de 103.766,30 milhões de Meticais, dos quais 40% são provenientes da SADC. Das mercadorias provenientes da SADC, 31% beneficiaram de tratamento preferencial, cuja despesa fiscal situou-se em 1.419,14 milhões de Meticais.

Gráfico 8 – Evolução das importações no período 2008 – 2010

Relatório de Actividades Desenvolvidas em 2010 e Perspectivas de Acções para 2011



2.2.3. Outros Impostos

Para este grupo de impostos, foi fixado um objectivo de 2.246,96 milhões de MT, tendo sido cobrado o montante de 2.316,04 milhões de MT, que representa um grau de realização de 103,1% e cerca de 0,7 do PIB, e a um crescimento nominal de 29,9%, comparativamente a igual período de 2009, como ilustram a tabela 8 e gráficos 9 e 10.

Tabela 8 – Outros Impostos

Unidade: 10⁶ MT

Descrição	Cobrança 2009	Programa 2010	Cobrança 2010	% de realização	Cresc. Nominal	% PIB	Estrutura cobrança 2010
Outros Impostos	1.783,48	2.246,96	2.340,06	104,1%	31,2%	0,7%	100,0%
Imposto do Selo	439,77	659,57	598,36	90,7%	36,1%	0,2%	25,6%
Imposto sobre Veículos	54,58	62,44	62,43	100,0%	14,4%	0,0%	2,7%
Imposto de Reconstrução Nacional	6,43	10,51	8,22	78,2%	27,8%	0,0%	0,4%
Licenças de Pesca	55,95	98,00	44,54	45,4%	-20,4%	0,0%	1,9%
Taxa sobre os Combustíveis	905,81	1.045,43	1.131,60	108,2%	24,9%	0,4%	48,4%
Imposto sobre a Produção	101,55	123,80	210,57	170,1%	107,4%	0,1%	9,0%
Imposto sobre a Produção de Petróleos	83,96	101,08	177,32	175,4%	111%	0,1%	7,6%
Imposto sobre a Produção Mineira	17,59	22,73	33,25	146,3%	89,0%	0,0%	1,4%
Royalties e Imposto de Superfície	42,66	57,87	59,54	102,9%	39,6%	0,0%	2,5%
Royalties	7,86	16,97	9,22	54,3%	17,3%	0,0%	0,4%
Imposto de Superfície	34,81	40,90	50,32	123,0%	44,6%	0,0%	2,2%
Outros	176,72	189,34	200,87	106,1%	13,7%	0,1%	8,6%
ISPC	2,14	3,02	23,94	793,2%	1017,7%	0,0%	1,0%

Fonte: DPAR

PIB a preços correntes de 323.229,00 milhões de MT

O desempenho neste grupo de impostos foi fortemente influenciado pela excelente prestação da rubrica de Taxa sobre os Combustíveis (108,2%), que representa 48,9% na estrutura deste grupo

Relatório de Actividades Desenvolvidas em 2010 e Perspectivas de Acções para 2011

imposto e do Imposto de Selo com 90,7%, que, apesar de não ter atingido a meta, a sua contribuição no grupo representa 25,8% do total. A par do Imposto do Selo, não atingiram a meta programada, as seguintes rubricas: (i) o Imposto de Reconstrução Nacional (78,2%); (ii) Licenças de Pesca (45,4%); e Royalties (54,3%), que, na estrutura deste grupo, representam 0,4%; 1,9% e 0,4%, respectivamente.

Este grupo comporta ainda o ISPC, cujo desempenho foi muito além do previsto em 687,3%, atingindo um crescimento nominal de 1.009,3%, em relação ao período homólogo. Este alto grau de crescimento deve-se ao facto de em 2010 terem sido registados 42.170 novos contribuintes deste imposto, não obstante ter iniciado a sua implementação em Junho de 2009.

Gráfico 9 – Outros Impostos

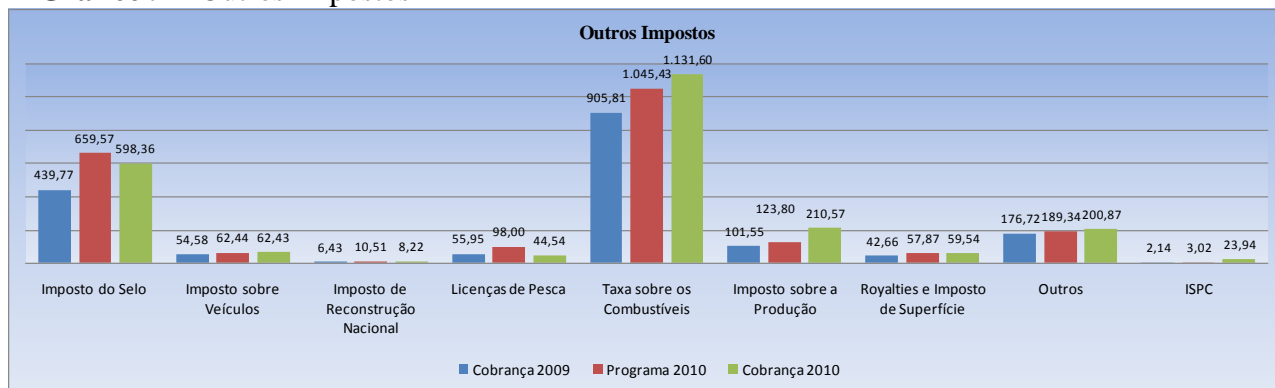
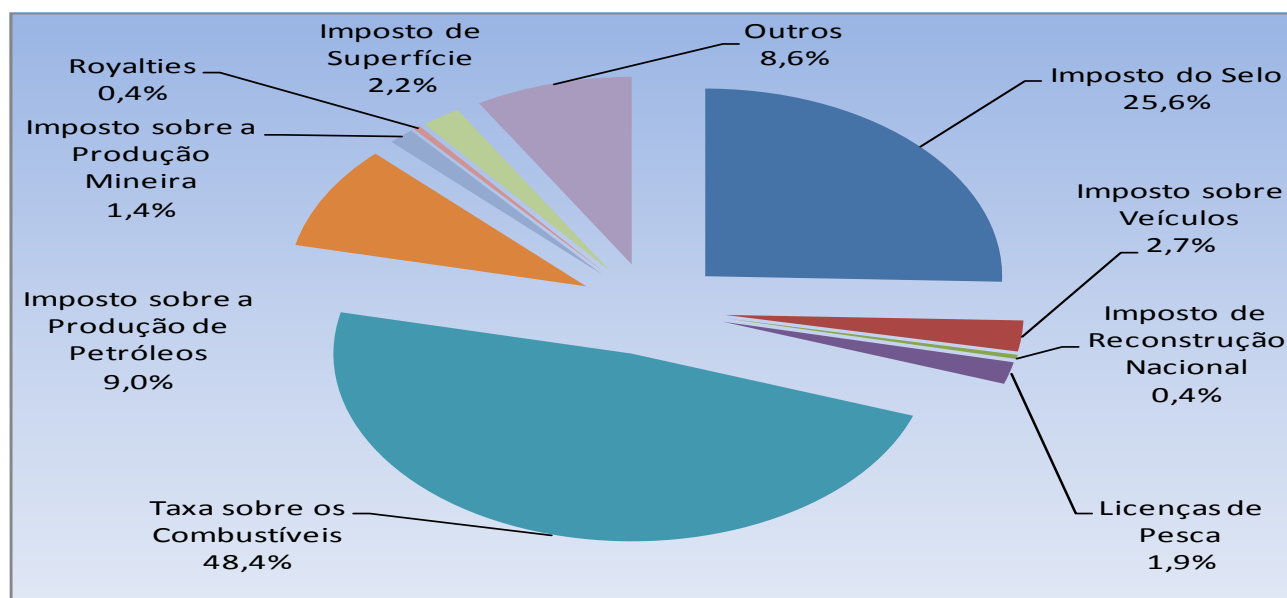


Gráfico 10 – Estrutura dos Outros Impostos

Relatório de Actividades Desenvolvidas em 2010 e Perspectivas de Acções para 2011



Considerando a parte consignada da Taxa sobre os Combustíveis, e adicionando-a à sua parte fiscal, obtemos um total de arrecadação para a TSC, no valor de 4.066,33 milhões de MT, superando a meta em 5,7%, e atingindo um crescimento nominal de 24,2%, equivalentes a 1,3% do PIB, como ilustram a tabela 9 e os gráficos 11 e 12.

Tabela 9 – Evolução da Taxa sobre os Combustíveis

Unidade: 10⁶ MT

Descrição	Cobrança 2009	Programa 2010	Cobrança 2010	% de realização	Cresc. Nominal	% PIB	Estrutura
Taxa sobre os Combustíveis	3.273,08	3.845,92	4.066,33	105,7%	24,2%	1,3%	100,0%
Taxa sobre os Combustíveis (parte fiscal)	905,81	1.045,43	1.131,60	108,2%	24,9%	0,4%	27,8%
Taxa sobre os Combustíveis (consignada)	2.367,27	2.800,49	2.934,73	104,8%	24,0%	0,9%	72,2%

Fonte: DPAR

PIB a preços correntes de 323.229,00 milhões de MT

Gráfico 11 – Evolução da Taxa sobre os Combustíveis

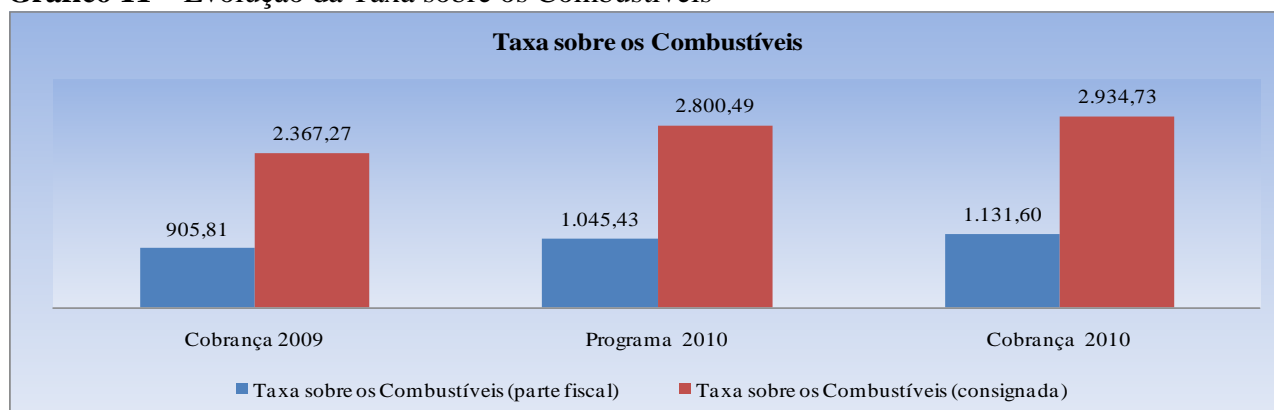
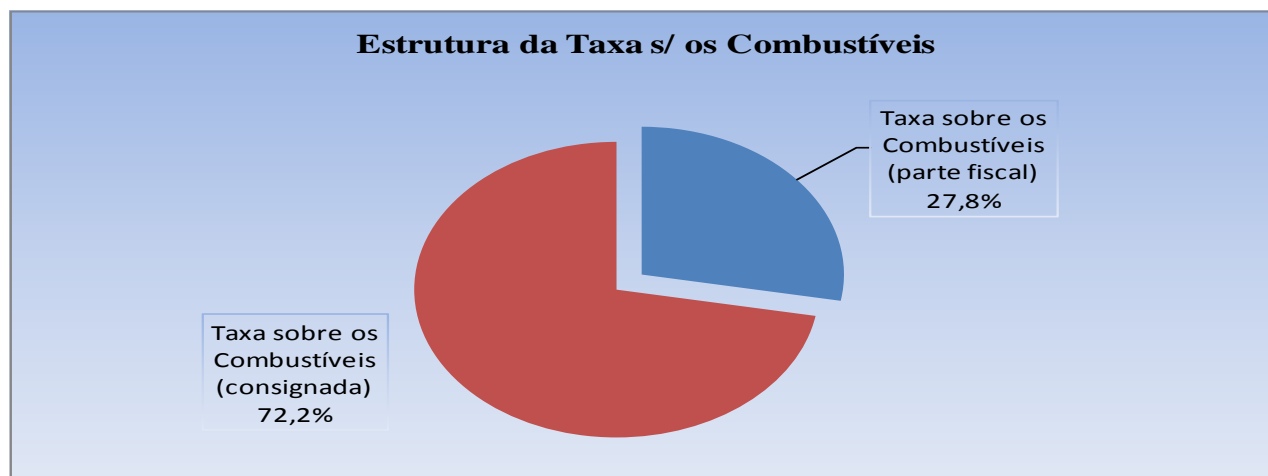


Gráfico 12 – Estrutura da Taxa sobre os Combustíveis



2.2.4. Receitas Não Fiscais

No que concerne às Receitas Não Fiscais, foi fixada uma meta de 4.590,30 milhões de MT, tendo sido cobrados 4.055,76 milhões de MT, o que corresponde a uma realização de 88,4%, equivalentes a cerca de 1,3% do PIB, arrecadação que, comparada a do período homólogo de 2009, representa um crescimento nominal de 33,7%, como ilustram a tabela 10 e os Gráficos 13 e 14.

Tabela 10 – Receitas não Fiscais

Unidade: 10⁶ MT

Descrição	Cobrança 2009	Programa 2010	Cobrança 2010	% de Realização	Cresc. Nominal	% PIB	Estrutura cobrança 2010
Receitas Não Fiscais	3.033,98	4.590,30	4.064,83	88,6%	34,0%	1,3%	100,0%
Taxas Diversas de Serviços	429,36	808,67	433,88	53,7%	1,1%	0,1%	10,7%
Taxas Diversas de Serviços	429,36	808,67	433,88	53,7%	1,1%	0,1%	10,7%
Outras Receitas Não Fiscais	1.096,51	1.545,28	1.419,76	91,9%	29,5%	0,4%	34,9%
Compen. Aposent. e Pensão de Sobrev.	891,74	1.201,70	1.160,10	96,5%	30,1%	0,4%	28,5%
Rendas de Casa	65,16	68,51	106,04	154,8%	62,7%	0,0%	2,6%
Outras	139,60	275,07	153,62	55,8%	10,0%	0,0%	3,8%
Receitas Próprias	1.508,11	2.236,35	2.211,19	98,9%	46,6%	0,7%	54,4%
de Administração Central	1.336,84	1.945,40	1.842,95	94,7%	37,9%	0,6%	45,3%
de Administração Provincial	114,24	236,58	307,03	129,8%	168,7%	0,1%	7,6%
de Administração Distrital	57,02	54,37	61,21	112,6%	7,3%	0,0%	1,5%

Fonte: DPAR

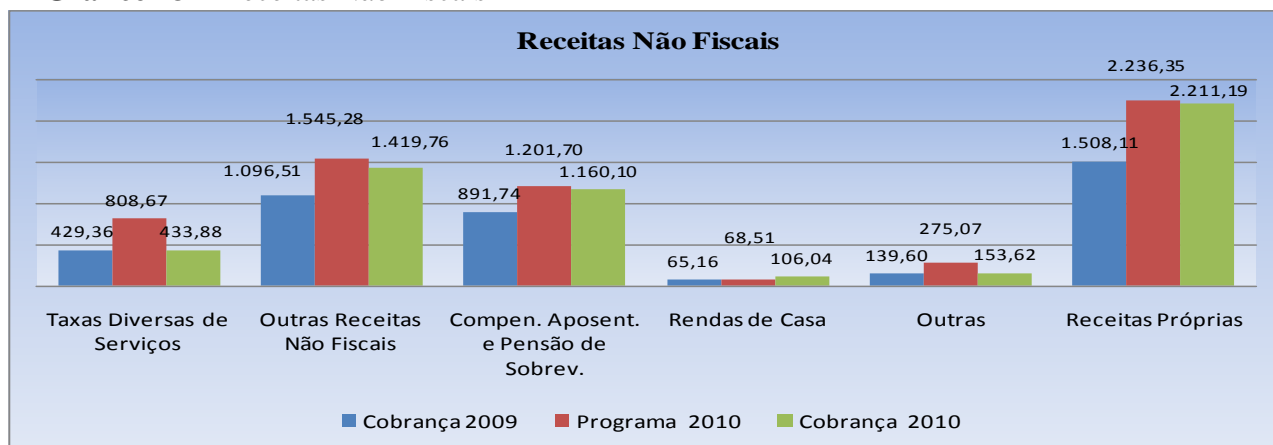
PIB a preços correntes de 323.229,00 milhões de MT

O desempenho neste grupo de impostos é fortemente influenciado pelas Taxas Diversas de Serviços cobradas pelos serviços prestados pelas instituições do Estado, que registou um grau de realização muito aquém da meta estabelecida, 53,7%. Comparando com a arrecadação do período homólogo anterior, verifica-se um crescimento na ordem de 33,7%. Apesar do trabalho de sensibilização efectuado pela AT, nos últimos anos, junto das Instituições do Estado, no sentido de canalizarem as receitas cobradas para as Direcções de Áreas Fiscais respectivas, os baixos níveis de repassagem da receita continuam a ser o maior constrangimento.

Relatório de Actividades Desenvolvidas em 2010 e Perspectivas de Acções para 2011

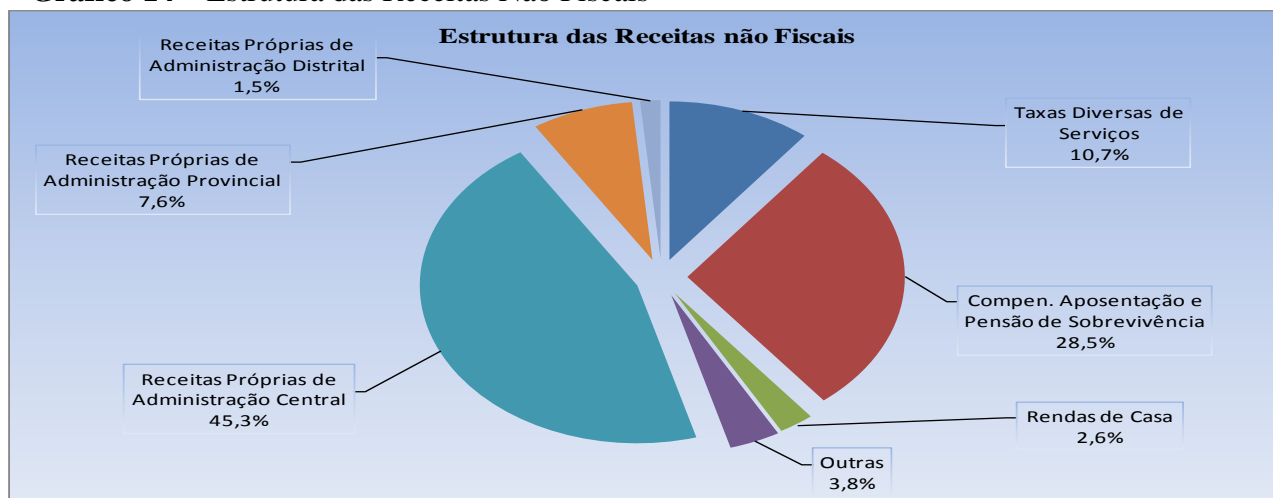
A cobrança das Receitas Próprias, atingiu 2.207,40 milhões de MT, equivalentes a 98,7% do programado para o período em análise, um crescimento nominal de 46,4% e a 0,7% do PIB. As receitas das administrações, provincial e distrital, lograram ultrapassar as metas estabelecidas, realizando 129,7% e 112,7%, respectivamente, ao contrário das receitas da administração central que se limitaram a realizar 94,5%, influenciando negativamente na realização das receitas próprias, em termos relativos.

Gráfico 13 – Receitas Não Fiscais



As Outras Receitas Não Fiscais cresceram 28,9%, arrecadando-se 1.413,74 milhões de MT, que representa 91,5% da meta estabelecida.

Gráfico 14 – Estrutura das Receitas Não Fiscais



2.2.5. Receitas Consignadas

Nas receitas consignadas, foram cobrados 4.382,90 milhões de MT, de um programa de 4.258,63 milhões de MT, o que representa um grau de realização de 102,9%, um crescimento nominal de

Relatório de Actividades Desenvolvidas em 2010 e Perspectivas de Acções para 2011

20,2%, quando comparado com o período homólogo de 2009 e 1,4% do PIB, como ilustram a tabela 11 e gráficos 15 e 16.

Tabela 11 – Receitas Consignadas

Unidade: 10⁶ MT

Descrição	Cobrança 2009	Programa 2010	Cobrança 2010	% de Realização	Cresc. Nominal	% PIB	Estrutura cobrança 2010
Receitas Consignadas	3.645,07	4.258,63	4.383,86	102,9%	20,3%	1,4%	100,0%
Taxas Diversas Consignadas	2.407,26	2.916,08	3.004,00	103,0%	24,8%	0,9%	68,5%
Taxa sobre os Combustíveis (consignada)	2.367,27	2.800,49	2.934,73	104,8%	24,0%	0,9%	66,9%
Taxa de Serviços Alfandegários	14,94	16,21	22,34	137,8%	49,5%	0,0%	0,5%
Taxa de Sobrev. da Castanha de Caju	25,05	99,38	46,93	47,2%	87,4%	0,0%	1,1%
Outras Receitas Consignadas	1.237,80	1.342,55	1.379,86	102,8%	11,5%	0,4%	31,5%

Fonte: DPAR

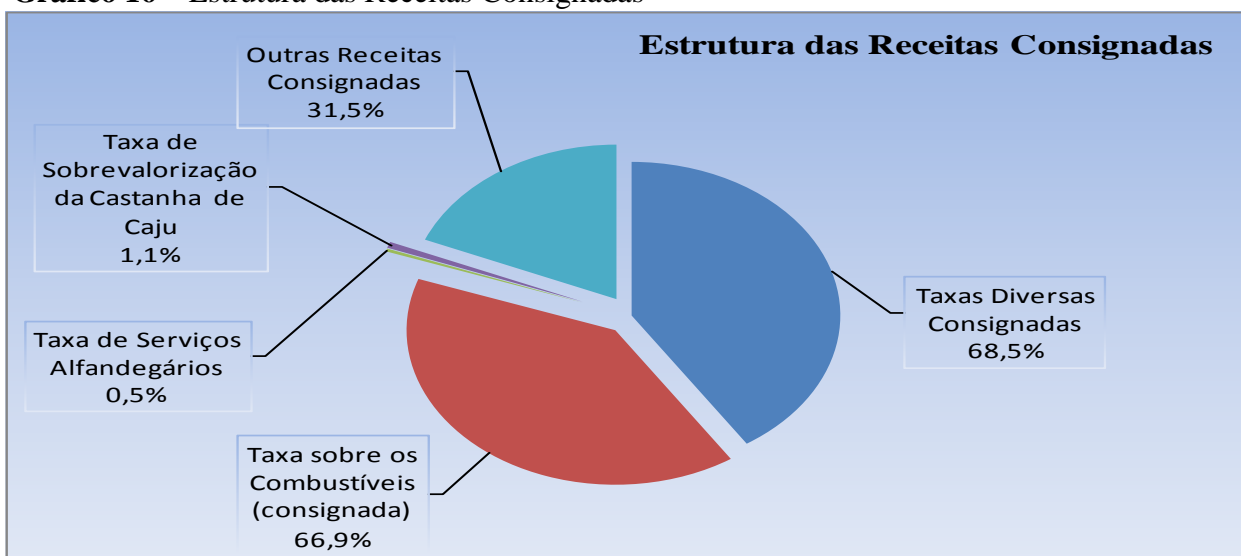
PIB a preços correntes de 323.229,00 milhões de MT

Nesta componente, a Taxa de Sobrevalorização da Castanha de Caju apresenta um grau de realização de 47,2%, embora tenha crescido nominalmente em 87,4%, devido a elevadíssima expectativa de crescimento, cuja fasquia está em 296,7%. Nas Outras Receitas Consignadas a realização foi de 102,7%, tendo registado uma taxa de crescimento nominal de 11,4%. A TSC e TSA, ultrapassaram as suas metas em 4,8% e 37,8%, respectivamente.

Gráfico 15 – Receitas Consignadas



Gráfico 16 – Estrutura das Receitas Consignadas



2.2.6. Receitas de Capital

Nesta rubrica, para uma meta estabelecida em 1.272,04 milhões de MT, foram cobrados 1.397,72 milhões de MT, que correspondem a uma realização de 109,9% e cerca de 0,4% do PIB e, comparativamente ao ano de 2009, cobraram-se menos 130,30 milhões de MT, o que representa um decréscimo nominal de 8,5%, como ilustram a tabela 12 e os gráficos 17 e 18.

Este nível de realização, em que os rendimentos do património do Estado atingiram apenas 60,0% do objectivo estabelecido, deveu-se essencialmente as razões que estão associadas à irregularidade na entrega de receita de alienação de património.

Tabela 12 – Receitas de Capital

Unidade: 10⁶ MT

Descrição	Cobrança 2009	Programa 2010	Cobrança 2010	% de Realização	Cresc. Nominal	% PIB	Estrutura cobrança 2010
Total Receitas de Capital	1.528,02	1.272,04	1.397,72	109,9%	-8,5%	0,4%	100,0%
Rendimentos do Património do Estado	669,77	332,98	199,74	60,0%	-70,2%	0,1%	14,3%
Rend. Patrim.de Administração Central	642,09	303,18	181,74	59,9%	-71,7%	0,1%	13,0%
Rend. Patrim. de Administração Provincial	27,68	29,80	18,00	60,4%	-35,0%	0,0%	1,3%
Outras Receitas de Capital	858,25	939,06	1.197,97	127,6%	39,6%	0,4%	85,7%

Fonte: DPAR

PIB a preços correntes de 323.229,00 milhões de MT

Gráfico 17 – Receitas de Capital

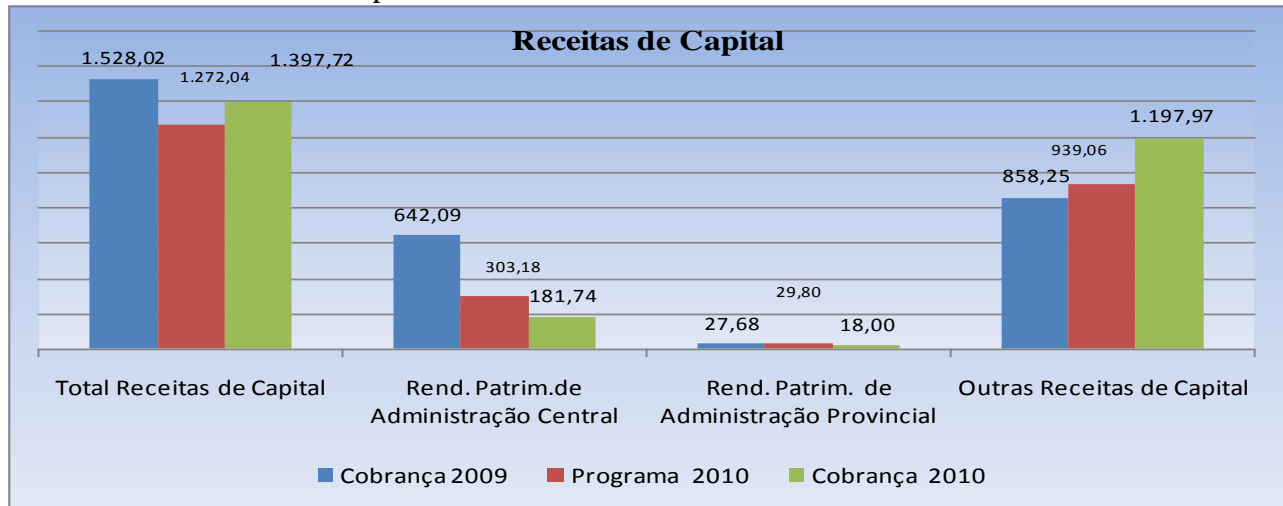
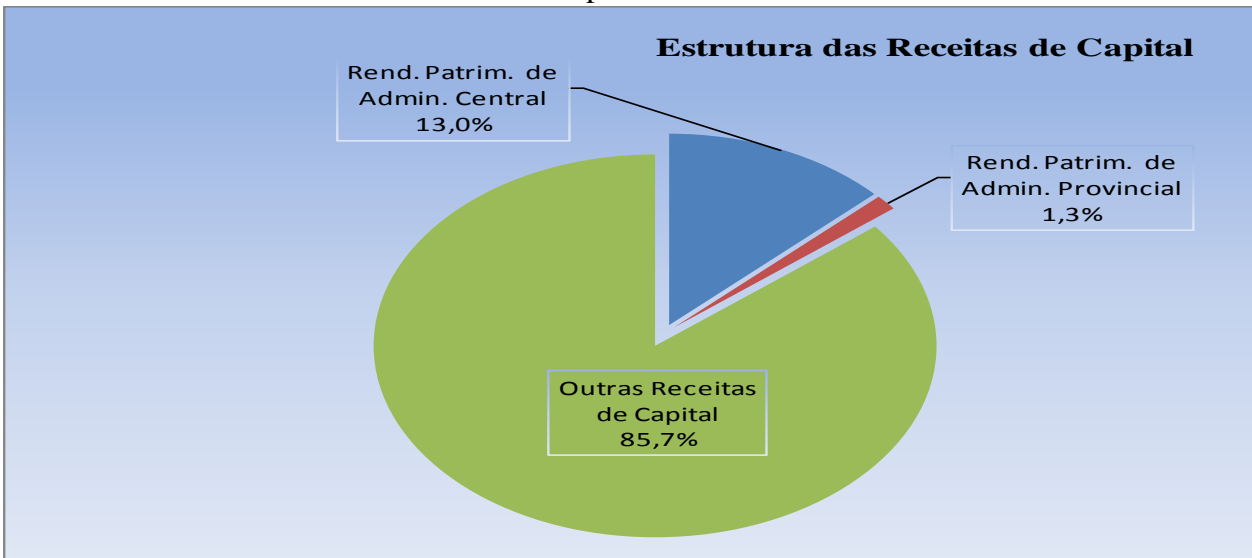


Gráfico 18 – Estrutura das Receitas de Capital



2.2.7. Contribuição Fiscal dos Mega Projectos e das Instituições Financeiras

a) Mega Projectos

Durante o período em análise, a contribuição dos referidos mega-projectos para os cofres do Estado foi de 3.026,13 milhões de meticais contra 1.557,89 milhões de meticais cobrados em igual período do ano de 2009, o que representa um crescimento em termos nominais de 94,2%. Tiveram maior contributo para este crescimento os sectores de petróleo, seguido do sector de produção de energia, cujos crescimentos foram de 523,9% e 74,9%, respectivamente, como ilustra a tabela 13.

Tabela 13 – Contribuição dos Mega-projectos em 2010

Unidade: 10⁶ MT

Imposto	Ano	Produção de Energia	Exploração de Petróleo	Exploração de Recursos minerais	Outros megaprojectos	Total
IRPC	2009	64,82	64,62	84,31	278,06	491,81
	2010	34,34	666,48	90,38	319,21	1.110,42
	<i>Cresc. Nom.</i>	<i>-47,0%</i>	<i>931,3%</i>	<i>7,2%</i>	<i>14,8%</i>	<i>125,8%</i>
IRPS	2009	117,48	38,96	128,06	126,48	410,99
	2010	136,33	50,49	216,55	157,17	560,54
	<i>Cresc. Nom.</i>	<i>16,0%</i>	<i>29,6%</i>	<i>69,1%</i>	<i>24,3%</i>	<i>36,4%</i>
Imposto s/Produção	2009		30,06	21,33		51,39
	2010		116,82	34,49		151,31
	<i>Cresc. Nom.</i>		<i>288,6%</i>	<i>61,7%</i>		<i>194,4%</i>
Taxa de Concessão	2009	603,70				603,70
	2010	1.203,85				1.203,85
	<i>Cresc. Nom.</i>	<i>99,4%</i>				<i>99,4%</i>
Total	2009	786,01	133,64	233,70	404,54	1.557,89
	2010	1.374,52	833,80	341,43	476,38	3.026,13
	<i>Cresc. Nom.</i>	<i>74,9%</i>	<i>523,9%</i>	<i>46,1%</i>	<i>17,8%</i>	<i>94,2%</i>

Fonte: SAGPIF

Nota: nos outros megaprojectos, o IRPC refere-se à Taxa Liberatória

As rubricas que mais contribuíram, em termos absolutos, foram a taxa de concessão e o IRPC, em 1.203,85 milhões de Meticais e 1,110,42 milhões de Meticais, respectivamente, representando 77,4% do total da contribuição dos Mega projectos.

O crescimento do imposto de produção no período em alusão foi influenciado pelo: i) crescimento da produção das areias pesadas de Moma, ii) Pagamento, pela Sasol Petroleum Temane, do Imposto sobre a produção (Royalty) proveniente do gás natural, que havia sido deduzido para o pagamento da taxa de processamento e iv) Incorporação das Receitas da Anadarko Moçambique, Lda como megaprojecto.

O sector que menos contribuiu na receita total cobrada nos megaprojectos é do sector de Outros megaprojectos cuja participação é de 17,8%.

b) Instituições Financeiras

Das Instituições Financeiras analisadas destacam-se as Instituições de Crédito, Seguradoras e Sociedades de Locação Financeira.

A contribuição fiscal das Instituições no ano de 2010, situou-se em 3.092,92 milhões de meticais contra os 2.103,60 milhões de meticais cobrados em igual período do ano de 2009, representando um crescimento, em termos nominais, na ordem dos 47,0%. A rubrica que mais contribuiu para este crescimento nominal foi a das Sociedades de Locação Financeira e as Instituições de Crédito, com 108,4% e 52,8%, respectivamente.

Durante o ano de 2010, as instituições que operam no sector financeiro contribuíram com 2.827,69 milhões de MT, sendo: (i) 1.607,78 milhões de MT de IRPC; (ii) 742,58 milhões de MT de IRPS;

(iii) 476,04 milhões de MT de Imposto de Selo; e (iv) 1,29 milhões de MT de *Royalties*, como ilustram a tabela 14 e o gráfico 19. O grau de comparticipação do sector financeiro na receita total cobrada pela área dos impostos internos durante o período em análise é de 7,01% e na receita total da AT é de cerca de 4,45%.

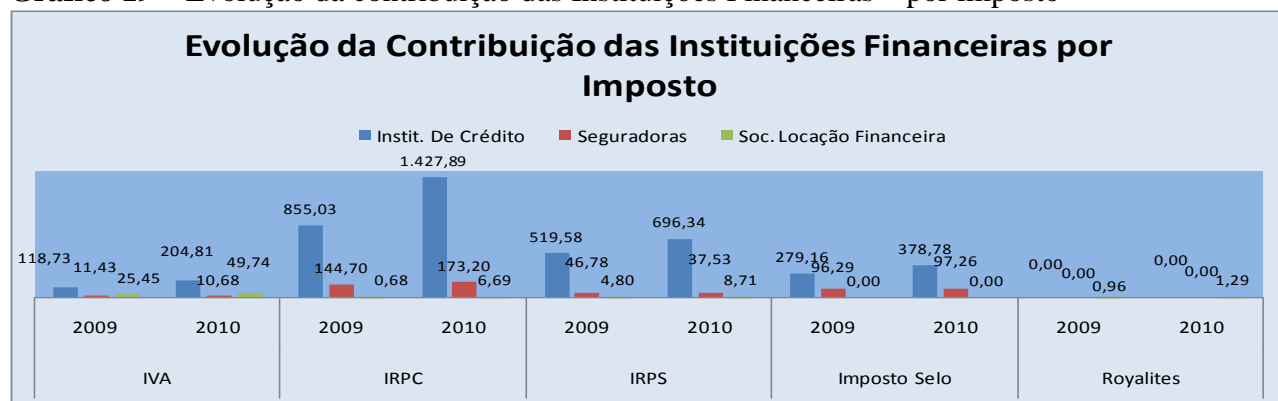
Tabela 14 – Contribuição Fiscal das Intituições Financeiras

Unidade: 10⁶ MT

Designação	IVA			IRPC			IRPS			Imposto de Selo			Royalties			Total		
	2009	2010	Cresc. Nomin.	2009	2010	Cresc. Nomin.	2009	2010	Cresc. Nomin.	2009	2010	Cresc. No min.	2009	2010	Cresc. Nomin.	2009	2010	Cresc. Nomin.
Instit. De Crédito	118,73	204,81	72,8%	855,03	1.427,89	67,0%	519,58	696,34	34,0%	279,16	378,78	35,8%	0,00	0,00		1.772,51	2.707,02	53,8%
Seguradoras	11,43	10,68	-7,0%	144,70	173,20	20,0%	46,78	37,53	-20,0%	97,26	97,26	1,0%	0,00	0,00		292,21	318,67	7,0%
Soc. Locação Financeira	25,45	49,74	95,8%	0,68	6,69	895,0%	4,80	8,71	81,0%	0,00	0,00		0,00	1,29	34,0%	31,00	66,3	108,4%
Total	155,61	265,23	70,8%	1.000,41	1.607,78	61,0%	570,16	742,58	30,0%	375,46	476,04	27,0%	0,00	1,29	34,0%	2.093,69	3.092,99	47,8%

Fonte: SAGPIF

Gráfico 19 – Evolução da contribuição das Instituições Financeiras – por imposto



Fonte: SAGPIF

2.3. ACÇÕES DESENVOLVIDAS TENDENTES À RECUPERAÇÃO DA RECEITA

No período em análise, em matéria de auditoria e fiscalização tributária, foram desenvolvidas diversas acções com vista à recuperação de receitas, sendo de destacar: (i) Aumento do nível de qualidade das auditorias; (ii) Investigação das irregularidades fiscais; (iii) Verificação e submissão à confirmação dos rendimentos empresariais declarados pelos sujeitos passivos, singulares e colectivos; (iv) Instrução e tramitação das autorizações para a inscrição dos Técnicos de Contas para efeitos fiscais, tendo sido, durante o período, licenciados 199 Técnicos de Contas, perfazendo um total de 2.931 técnicos licenciados a nível nacional; (v) Capacitação dos técnicos, “on Job training” em matérias de legislação fiscal, através da introdução de estudos semanais da legislação; (vi) Controlo das cobranças dos processos de contencioso relativos aos trabalhos de auditoria e fiscalização tributária efectuados pela DAFT; e (vii) Tratamento de pedidos de autorização para impressão de facturas ou documentos equivalentes.

2.3.1. Trabalhos de Auditoria e Fiscalização Tributária

De um programa anual de 1.225 auditorias das quais, 250 para a DAFT e 975 para as DAFs e UGCs, foram realizadas 1.245 auditorias e apurado de imposto adicional o montante de 1.167,52 Milhões de MT, representando um nível de realização de 101,6%, sendo:

- i. Do programa da DAFT, fiscalizadas 414 empresas (206 a nível local e 208 nas províncias), correspondente a um nível de realização de 165,5% de uma meta fixada em 250, tendo sido apurado impostos adicionais no valor de 939,07 milhões de MT, assim distribuídos, como ilustram a tabela 15 e os gráficos 19 e 20.
 - a) 543,46 Milhões de MT, resultantes de trabalhos de auditoria realizados na Cidade de Maputo; e
 - b) 395,61 Milhões de MT, nas restantes Províncias.

Tabela 15 – Resultados globais (Matéria colectável e Imposto Apurado)

Unidade: 10⁶ MT

Descrição	Matéria colectável			Imposto Apurado		
	2009	2010	Cresc. Nominal	2009	2010	Cresc. Nominal
IVA - Transacções sujeitas	861,77	800,67	-7,1%	164,71	142,79	-13,3%
IVA - Deducao indevida	0,00	0,00		157,36	79,83	-49,3%
IRPS - Trabalho Dependente	45,56	22,97	-49,6%	1,07	8,55	699,1%
IRPC - Tributação Autónoma	85,51	32,59	-61,9%	29,93	11,41	-61,9%
IRPC - Pagamentos a não Residentes	261,53	266,91	2,1%	23,96	51,28	114,0%
IRPC - Matéria colectável Adicional	1.567,18	1.049,26	-33,0%	348,29	240,29	-31,0%
Mercadorias sem Factura	0,80	10,37	1196,3%	0,14	1,76	1157,1%
Imposto do Selo	0,00	125,88		0,00	0,25	
IRPS - Rendimentos Prediais	4,11	33,88	724,3%	0,82	7,30	790,2%
Total	2.826,46	2.342,53	-17,1%	726,28	543,46	-25,2%

Fonte: DGI-DAFI

Gráfico 20 – Resultados das Auditorias/Fiscalizações

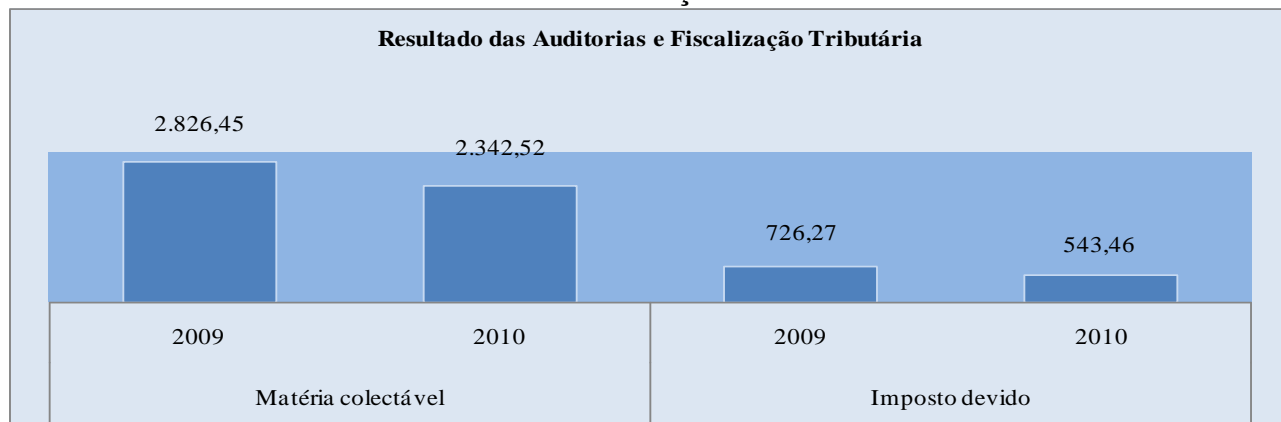
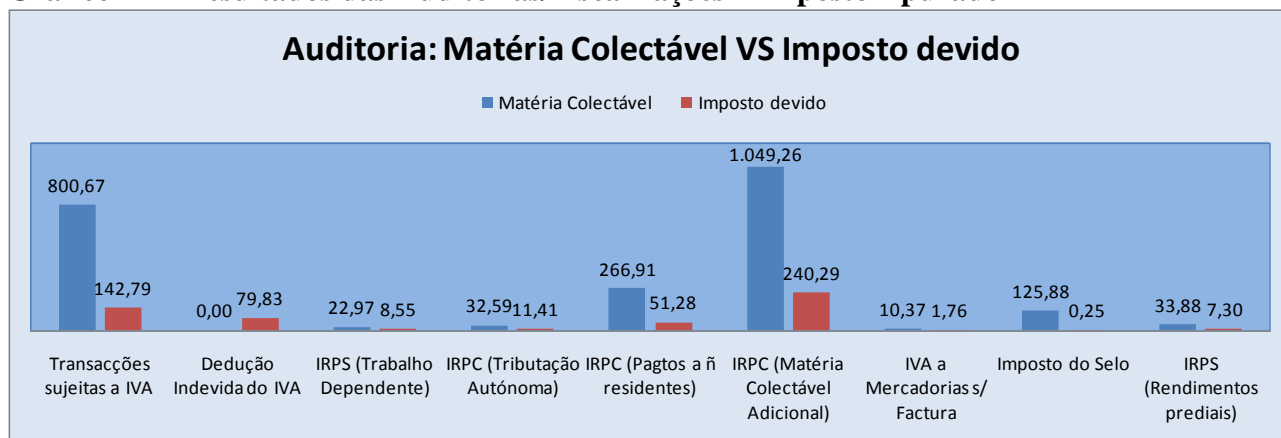


Gráfico 21 – Resultados das Auditorias/Fiscalizações – Imposto Apurado



2.3.1.1. Trabalhos externos realizados pelas DAF's/UGC's

Por seu turno, as DAF's e UGCs efectuaram 831 fiscalizações, contra 1.288 realizadas em igual período do ano anterior, representando uma realização de 85,2% em relação à meta estabelecida de 975 e um decréscimo em 14,8% quando comparado com o ano de 2009, onde foram fiscalizadas 1288. Destas fiscalizações resultaram impostos adicionais de 228,46 milhões de MT, como ilustra a tabela 16.

Tabela 16 – Impostos Adicionais apurados

Unidade: 10⁶ MT

Descrição	Imposto apurado 2009	Imposto apurado 2010	Cres. Nominal %
IVA	97,75	94,28	-3,5%
IRPS	13,87	22,13	59,6%
IRPC	73,03	109,96	50,6%
Outros Impostos	0	2,09	#DIV/0!
Total	184,65	228,46	23,7%

Fonte: DGI-DAFT

Em termos globais, os impostos apurados como resultado das auditorias a nível de todo o país, foram de 1.167,52 milhões de meticais, o que representa um incremento de 11,0% em relação ao ano de 2009 (1.055,36 milhões de meticais), conforme a tabela 17.

Tabela 17 – Impostos globais apurados

Unidade: 10⁶ MT

Descrição	Nº empresas visitadas	Impostos apurados
DAFT - Nível central	206	543,46
DAFT - Nível provincial	208	395,61
DAFs e UGCs	831	228,46
Soma	1.245	1.167,53

Fonte: DAFT

Contribuiu para este nível de desempenho o trabalho realizado junto das grandes empresas, nomeadamente, a Mcel, Cimentos de Moçambique, Soares da Costa, Mota Engil Moçambique, Nestlé Moçambique e instituições bancárias.

Do montante apurado de impostos adicionais de 1.167,53 milhões de Meticaís, resultante das auditorias e fiscalizações, foi cobrado o valor global de 339,68 milhões de Meticaís, que representa 29,1%, faltando por cobrar o montante de 827,84 milhões de Meticaís, conforme ilustram a tabela 18 e gráfico 22.

Tabela 18 – Auditorias e Fiscalizações – Valores cobrados

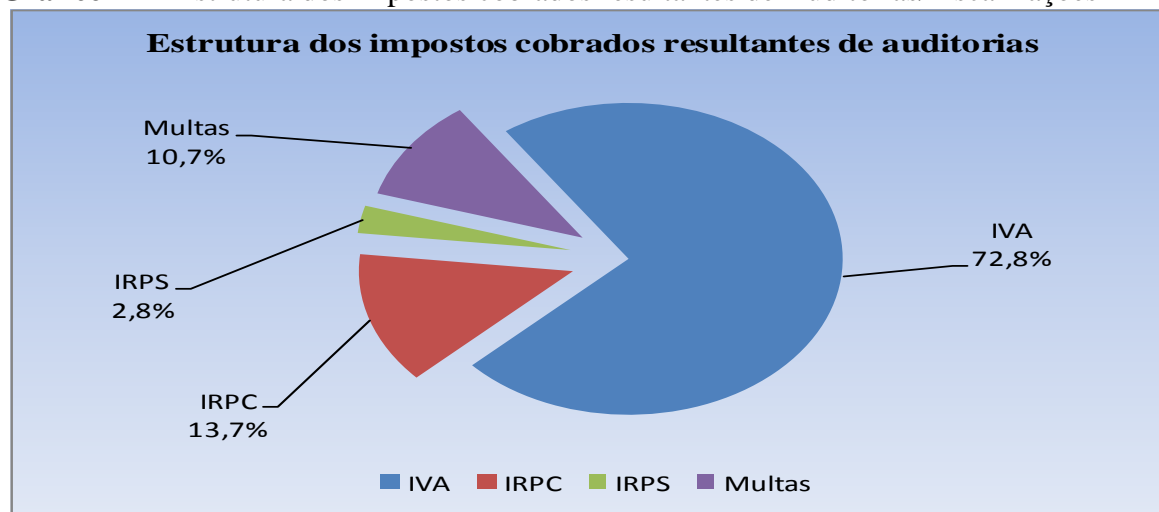
Unidade: 10⁶ MT

Descrição	IVA	IRPC	IRPS	Sub Total	Multas	Total
Região Sul	64,60	41,51	7,41	113,52	8,36	121,88
Região Centro	2,41	3,60	0,84	6,85	14,95	21,80
Região Norte	180,17	1,43	1,42	183,02	12,99	196,01
Total cobrado em 2010	247,18	46,54	9,67	303,39	36,30	339,69
Total cobrado em 2009	27,34	35,14	3,71	66,19	10,12	76,31
Variação Nominal	804,1%	32,4%	160,6%	358,4%	258,7%	345,1%

Fonte: DGI-DAFT

Conforme a tabela 18, em 2010, foram cobrados 339,69 milhões de Meticaís, como resultado das acções de auditorias e fiscalizações, contra os 76 milhões de Meticaís cobrados no período homólogo anterior, com um crescimento nominal de 345,1%. O IVA foi o imposto no qual se verificou maior colecta, contribuindo em 72,8% sobre o total recuperado.

Gráfico 22 – Estrutura dos impostos cobrados resultantes de Auditorias/Fiscalizações



O valor total cobrado, incluindo multas, representa 0,84% da receita total arrecadada pela área dos impostos internos. A mesma cifra representa um crescimento em relação ao exercício de 2009, em que a receita total cobrada em sede das auditorias representou 0,25% da receita total cobrada pela área dos impostos internos.

2.3.1.2. Análise de Processos de Contas

Da meta fixada para analisar 2.000 declarações de rendimentos de empresas, foram verificados, no período em análise, 2.213 processos de contas, o que representa uma realização de 110,7%, contra 2.113 analisados em igual período de 2009, tendo sido apurado de matéria colectável adicional o valor de 1.488,26 milhões de MT e imposto no montante de 325,17 milhões de MT, sendo que, em termos nominiais, a matéria colectável adicional apurada representa um decréscimo em 4,46% relativamente ao ano anterior, como ilustra a tabela 19 a seguir e o gráfico 23.

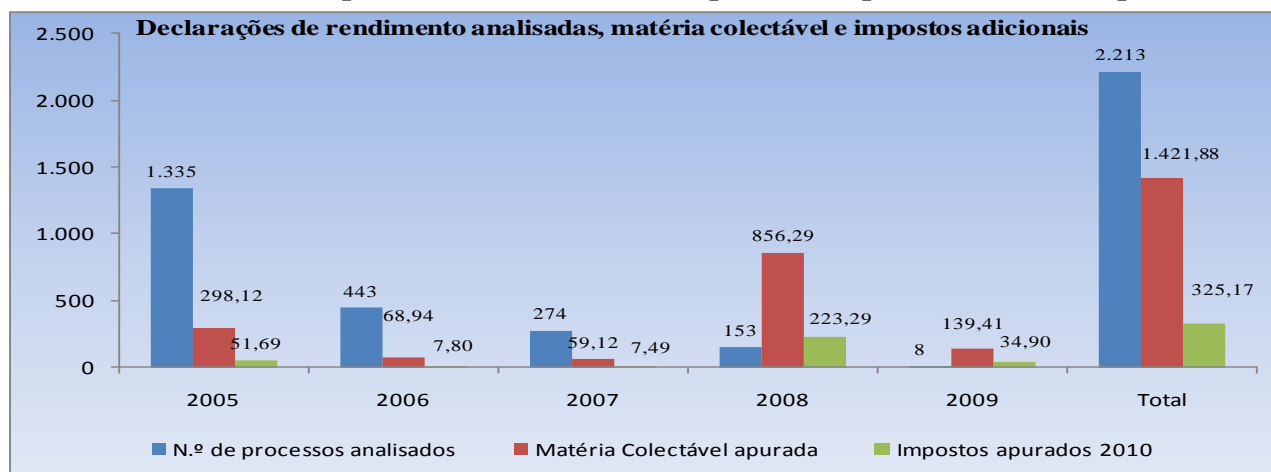
Tabela 19 – Análise de Processos de Contas das Empresas

Unidade: 10⁶ MT

Exercícios Fiscais Analisados	N.º de processos analisados			Matéria Colectável apurada			Impostos apurados 2010
	2009	2010	Diferença 09-08	2009	2010	Diferença a 2010-2009	
2004	681	0	-681	150,40	0,00	-150,40	-
2005	701	1.335	634	231,53	298,12	66,59	51,69
2006	377	443	66	415,40	68,94	-346,46	7,80
2007	329	274	-55	689,85	59,12	-630,73	7,49
2008	25	153	128	1,08	856,29	855,21	223,29
2009	0	8	8		139,41	139,41	34,90
Total	2.113	2.213	100	1.488,26	1.421,88	-66,38	325,17

Fonte: DGI-DAFT

Gráfico 23 – Análise de processos de contas das empresas e impostos adicionais apurados



Fonte: DGI-DAFT

2.3.1.3. Implementação do Projecto das NIRF's

A aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), tal como concebidas e divulgadas pelo organismo internacional que tem essa missão e responsabilidade (IASB), requer por parte dos países que a elas aderem, esforços redobrados e investimentos significativos nos vários sectores da economia e da sociedade.

Neste âmbito, a Autoridade Tributária tem estado a envidar esforços no sentido de adequar e simplificar os vários formulários e modelos actualmente em uso com vista a imprimir maior dinâmica e comodidade dos sujeitos passivos no cumprimento das suas obrigações fiscais. Assim, no ano de 2010 foram desenvolvidas acções de formação, sendo de destacar:

a) Formação no Sector Empresarial

- Foi concluída a formação em NIRF para as Zonas Sul, Centro e Norte do País, dirigida aos técnicos da DGI num total de 150 formandos, levada a cabo pela empresa de consultoria contratada, a Ernst & Young;
- Foram realizadas acções de formação dirigidas aos técnicos das DAFs do 1º e 2º Bairros de Maputo, da Matola, UGC de Maputo e DAFT, em regime de “*on job training*” sob os auspícios do consultor residente;
- Realizado em Agosto um seminário dirigido aos quadros de direcção da AT, com a duração de duas horas, com o objectivo de habilitar aqueles gestores séniores em matérias ligadas às NIRF;
- Foi realizada em Setembro, a formação dirigida as chefias intermédias da AT, também com o objectivo de habilitar aqueles dirigentes intermédios em matérias ligadas às NIRF;
- Tiveram lugar no mês de Agosto, sessões de formação dirigidas aos profissionais de contabilidade e contribuintes, com vista a sua capacitação e disseminação das (NIRF) no sector empresarial em Moçambique;

b) Formação no Sector Bancário

- Foram realizadas acções de formação em NIRF aplicáveis ao Sector Bancário, levadas a cabo pela PriceWaterHouseCoopers (PWC), que decorreram no Instituto de Finanças Públicas e Formação Tributária (IFPFT) na Matola, dirigidas aos técnicos da área dos impostos internos, num total de 35, em regime completo, no período das 08:00 às 16:00 horas), com a duração de 8 semanas alternadas, e, para os quadros de chefias num total de 25 com a duração de 2 semanas;
- Foi concluído o estudo do impacto fiscal da implementação das NIRF's no Sector Bancário, com vista a incorporação nos M/20 e M/22 e no processo de documentação fiscal, as alterações dos modelos para o sector bancário.

2.3.2. Trabalhos de Auditoria e Fiscalização Aduaneira

Durante o ano de 2010, das 166 Auditorias Pós – Desembarço programadas, foram realizadas 175 auditorias às empresas, correspondentes a 105,4%, e, conseqüentemente, recuperada a receita no

Relatório de Actividades Desenvolvidas em 2010 e Perspectivas de Acções para 2011

valor de 26,61 milhões de Meticais, o que representa um crescimento de 31,0% em comparação com 2009, que foi de 20,36 milhões de Meticais, conforme ilustram a tabela 20 e gráfico 24.

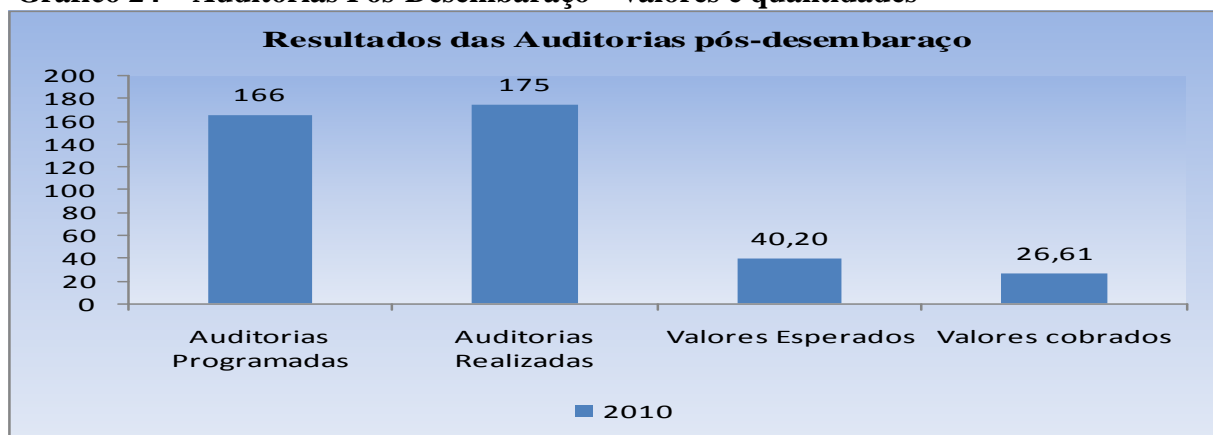
Tabela 20 – Auditorias Pós-Desembaraço

Unidade: 10⁶ MT

Ano	Auditorias Programadas	Auditorias Realizadas	% de Realiz.	Valores Esperados	Valores cobrados	Tx Cresc. Nom.
2008	66	63	95,5%	89,37	11,99	-
2009	135	127	94,1%	130,06	20,36	70%
2010	166	175	105,4%	40,20	26,61	31%

Fonte: DGA –DAII

Gráfico 24 – Auditorias Pós-Desembaraço – valores e quantidades



Como resultado das actividades desenvolvidas pelo DAII, durante o ano de 2010, foi cobrada a receita no valor de 94,07 milhões de Meticais, resultante das actividades de Fiscalização (apreensões de mercadorias), Auditorias Pós-Desembaraço Aduaneiro, Perfis de Risco, Selecção de Contentores, o que representa um grau de crescimento na ordem de 2,9% comparando com igual período de 2009, de onde se espera ainda cobrar um valor total de 48,10 milhões de Meticais de direitos dos processos fiscais e auditorias que correm os seus trâmites a nível do Tribunal Aduaneiro, conforme ilustra a tabela 21.

Tabela 21 – Recuperação da Receita

Unidade: 10⁶ MT

Ano	Investigação	BRT	DAPDA	Informações	Total	Direitos Esperados
2008	28,91	4,32	11,99	21,72	66,93	107,40
2009	33,70	8,96	20,36	28,42	91,44	196,86
2010	21,45	12,03	26,61	33,97	94,07	48,10

Fonte: DGA - DAII

Durante o período em análise, em resultado dos trabalhos realizados pelas Brigadas de Reacção Táctica, foram iniciados 247 casos, sendo 113 de apreensão e 134 de retenções de mercadoria

Relatório de Actividades Desenvolvidas em 2010 e Perspectivas de Acções para 2011

diversa e viaturas. Destes casos, 148 foram finalizados e correspondem a uma cobrança de 12,03 milhões de Meticais de direitos.

No âmbito da investigação, foram iniciados 270 casos, dos quais foram abertos 77 Processos Fiscais, contra 88 Processos do ano de 2009, o que representa um decréscimo em 12,5%. Em termos de valores de direitos e multas, foram cobrados 21,45 milhões de Meticais, que representam um decréscimo de 36,3% em relação ao cobrado no ano passado, ao contrário do que aconteceu no valor das multas cobradas que se situou em 359,1% ao atingir 7,56 milhões de Meticais, conforme a tabela 22.

Tabela 22 – Evolução dos Processos Fiscais 2008 – 2010

Unidade: 10⁶ MT

Ano	Nº Misc e Casos abertos	Direitos Esperados	Direitos cobrados	Multas cobradas	Receita Total	Tx. Cresc.
2008	440	18,02	23,41	5,50	28,91	-
2009	114	62,38	32,05	1,65	33,70	17%
2010	270	30,17	13,89	7,56	21,45	-36%

Fonte: DGA – DAII

No período em análise, foram instalados a nível nacional 2.072 perfis de risco, dos quais 1.344 são locais e 728 centrais, conforme ilustra a tabela 23, enquanto que no ano 2009, haviam sido programados 942 perfis, sendo 110 centrais e 832 locais.

O valor da receita recuperada com recurso a selecção de contentores e actuação de Perfis de Risco é de 33,97 milhões de Meticais, que representa um crescimento de 5%, comparativamente ao ano passado, conforme ilustra a tabela 23.

Tabela 23 – Evolução dos Perfis de Risco

Unidade: 10⁶ MT

Ano	Perfis de risco				Seleccção de contentores	Casos referenciados	Seleccção de processos	Total cobrado	Taxa Cresc. de %
	Locais		Centrais						
2008	511	0	39	0	0	0,08	0,22	21,99	
2009	832	12,74	110	4,46	11,17	3,76	0,13	32,18	46%
2010	1344	20,66	728	2,78	0,78	9,72	0,03	33,97	5%

Fonte: DGA –DAII

2.4.CONTENCIOSOS TRIBUTÁRIO E ADUANEIRO E EXECUÇÕES FISCAIS

2.4.1. Contencioso Tributário

No que se refere aos processos de contencioso, durante o período em análise, em termos de número, registou-se uma redução do stock de 7.606 para 5.553, e em relação aos valores, nota-se uma subida de 916,24 milhões de Meticais para 1.012,49 milhões de Meticais.

Em relação aos processos cobrados em 2010, houve uma redução comparativamente ao período homólogo de 2009, de 5.468 processos correspondentes a 106,46 milhões de Meticais, para 4.786 correspondentes a 147,85 milhões de Meticais, sinal cada vez melhor da qualidade de preparação dos processos de contencioso, que resulta em menos processos contestados e anulados, sendo que os processos de natureza contenciosa apresentaram o comportamento ilustrado na tabela 24 e os gráficos 25 e 26.

Tabela 24 – Processos do Contencioso Tributário

Unidade: 10⁶ MT

Descrição	2009		2010		Variação	
	Número	Valor	Número	Valor	Número	Valor
Saldo inicial em Janeiro	7.606	916,24	5.553	1.012,49	-27,0%	10,5%
Instaurados	5.958	598,89	5.200	262,79	-12,7%	-56,1%
Cobrados	5.468	106,47	4.786	147,85	-12,5%	38,9%
Anulados	35	5,56	164	4,62	368,6%	-16,9%
Virtualizados	2.508	390,62	2.035	171,09	-18,9%	-56,2%
Contestados	162	76,68	276	516,47	70,4%	573,6%
Recorridos ao TA	41	57,17	33	35,66	-19,5%	-37,6%
Saldo final em 31-12-10	5.553	1.012,49	3.768	951,71	-32,1%	-6,0%

Fonte: DGI – DCT

Gráfico 25 – Processos do Contencioso Tributário – quantidades

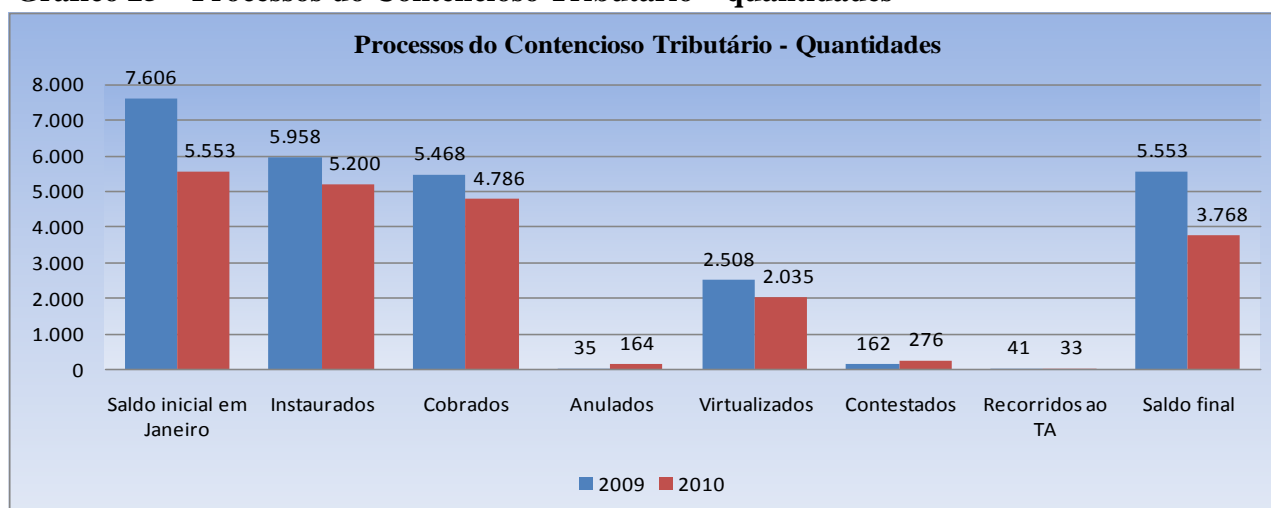
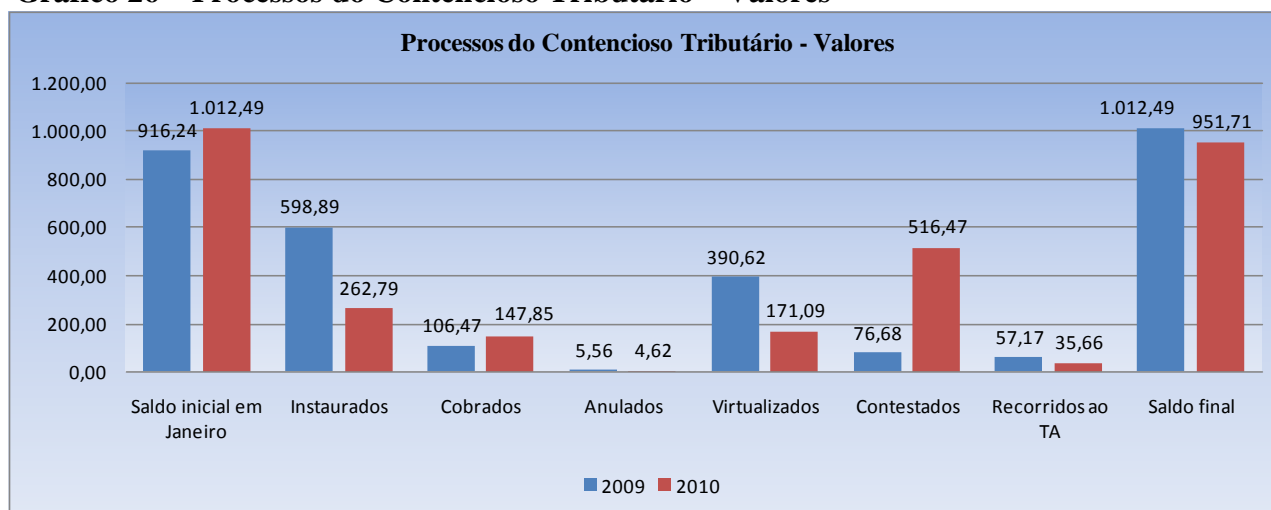


Gráfico 26 – Processos do Contencioso Tributário – Valores



2.4.1.1. Processos de Contencioso Fiscal recorridos ao TA

Em relação aos processos de Contencioso Fiscal que se encontram no TA, as DAF's de Nampula, UGC de Nampula, Quelimane, 1º e 2º Bairro da Beira, UGC da Beira, Chimoio, Inhambane, Quissico, Vilankulos, Chókwè, Xai-Xai, 1º e 2º Bairro de Maputo, UGC Maputo e DAF da Matola possuem 263 processos recorridos, no valor de 338,80 milhões Meticais, conforme ilustra a tabela 25, sendo que, os JPEFs de Maputo e da Beira, possuem no TA um total de 72 processos no valor de 184.675,07 milhões de Meticais, conforme ilustram as tabelas 25 e 26 seguintes.

Tabela 25 – Processos do Contencioso Fiscal Recorridos ao TA

Unidade: mil MT

Descrição	2010		Variação	
	Nº	Valor	Nº	Valor
Saldo inicial em 01 de Janeiro de 2010	230	321,53	100%	100%
Recurso a 2ª Instância	33	17,27	3,40%	6,70%
Cobrados	0	0	0,00%	0,00%
Anulados	0	0	0,00%	0,00%
Virtualizados	0	0	0,00%	0,00%
Recursos ao plenário	4	7,94	0,60%	3,30%
saldo em 31 de Dezembro de 2010	263	338,8		

Fonte: DGI – DCT

Tabela 26 – Processos Executivos que estão no Tribunal Administrativo

Unidade: 10⁶ MT

Nº de Juízos	Imposto		Total
	Qty	Valor	
JPEF-Beira	15	5 505,55	5 505,55
JPEF-Maputo	57	179 169,52	179 169,52
Total	72	184 675,52	184 675,52

Fonte: DGI – DCT

Relatório de Actividades Desenvolvidas em 2010 e Perspectivas de Acções para 2011

No que se refere aos processos de contencioso que se encontram nas DPPFs, durante o período em análise, em termos numéricos, registou-se um aumento do *stock* de 35 para 51, e em relação aos valores, nota-se uma redução de 8,79 milhões de Meticais para 7,98 milhões de Meticais, que aguardam decisão. O aumento de processos representa 45,7% e o valor reduziu em 9,3%, respectivamente.

2.4.2. Execuções Fiscais

Relativamente à matéria de execuções fiscais, a tabela 27 e gráficos 27 e 28, mostram que o índice de cobrança, em termos de quantidade e valor, em relação ao *stock* de 31 de Dezembro de 2009, é de 1,60% e 4,09%, respectivamente, dando indicações de que a Administração Tributária, tem ainda por cobrar 167.376 processos no valor de 2.214,08 milhões de MT.

Tabela 27 – Processos de Execuções Fiscais

Unidade: 10⁶ MT

Descrição	2009		2010		Variação	
	Número	Valor	Número	Valor	Número	Valor
Saldo inicial em Janeiro	189.605	1.748,67	172.053	2.221,75	-9,3%	27,1%
Instaurados	7.241	629,88	2.973	131,35	-58,9%	-79,1%
Total	196.846	2.378,56	175.026	2.353,10	-11,1%	-1,1%
Cobrados	5.243	111,04	2.744	90,89	-47,7%	-18,1%
Anulados/julg. em falhas	19.550	45,77	4.906	48,13	-74,9%	5,2%
Total	24.793	156,81	7.650	139,02	-69,1%	-11,3%
Saldo final	172.053	2.221,75	167.376	2.214,08	-2,7%	-0,3%

Fonte: DGI – DCT

Transitaram para este período, 172.053 processos no valor de 2.221,75 milhões de Meticais, tendo sido instaurados 2.973 processos no valor de 131,35 milhões de Meticais, cobrados 2.744 processos no valor de 90,89 milhões de Meticais, anulados e/ou julgamento em falhas, 4.906 processos no valor de 48,13 milhões de Meticais, transitando para o período seguinte, 167.376 processos no valor de 2.214,08 milhões de Meticais, conforme ilustram a tabela 27 e os gráficos 27 e 28.

Gráfico 27 - Processos de Execuções Fiscais – Quantidades

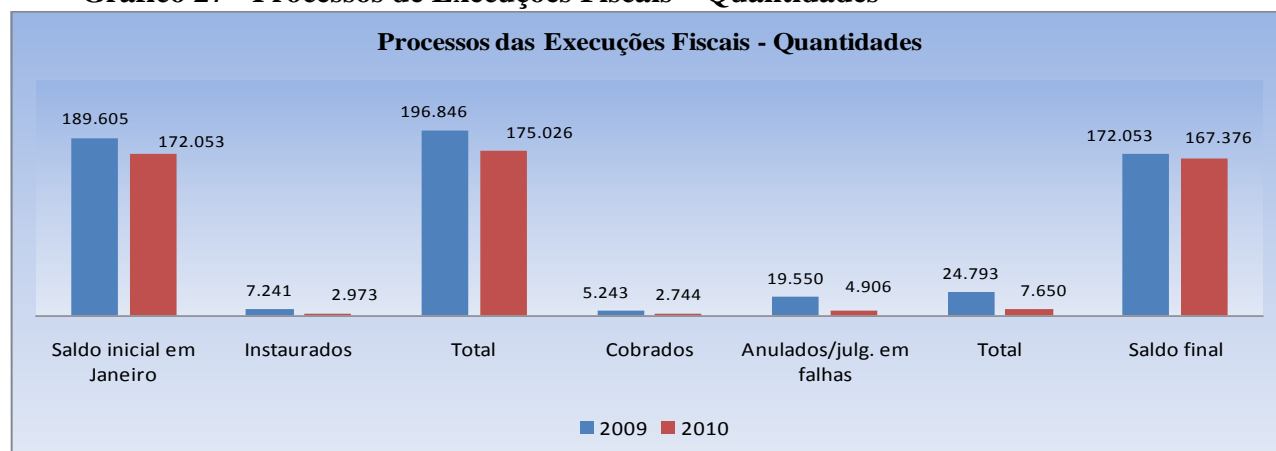
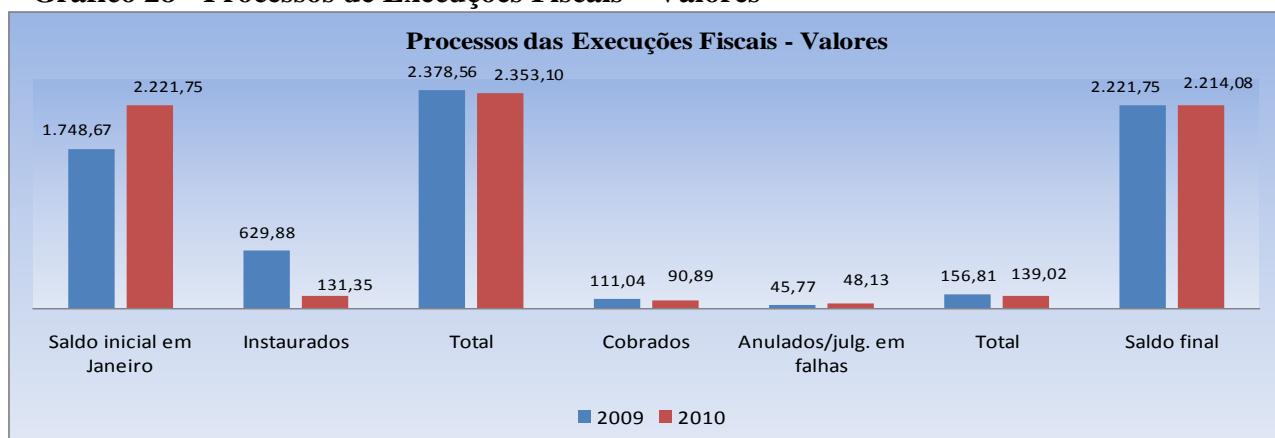


Gráfico 28 - Processos de Execuções Fiscais – Valores



Por antiguidade, os processos de execução fiscal existentes nos JPEF com (i) mais de 3 anos representam 77,7% em termos de quantidade e 44,3% em termos de valor; (ii) entre 1 a 3 anos, representam 17,4% e 39,4% em termos de quantidade e valor; e (iii) menos de 1 ano 4,8% e 16,4%, respectivamente, como ilustra a tabela 28 e o gráfico 29.

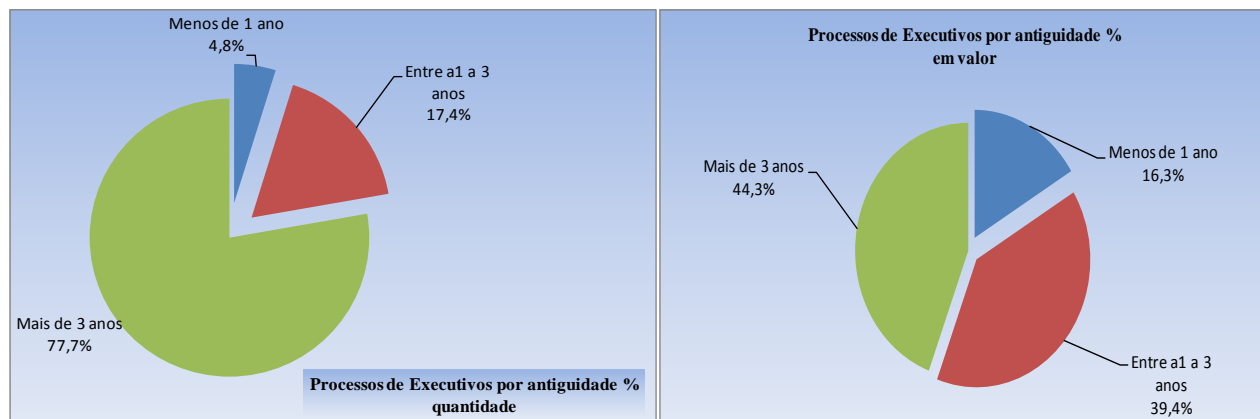
Tabela 28 – Processos de Execuções Fiscais, por antiguidade

Unidade: 10⁶ MT

PERÍODO	Nº DE PROCESSOS E VALOR		PESO %	
	QTY	VALOR	QTY	VALOR
Menos de 1 ano	8.072	360,26	4,8%	16,3%
Entre a1 a 3 anos	29.181	872,24	17,4%	39,4%
Mais de 3 anos	130.123	981,59	77,7%	44,3%
TOTAL	167.376	2.214,08	100,0%	100,0%

Fonte: DGI – DCT

Gráfico 29 - Processos de Execuções Fiscais, por antiguidade (qtde e valor)



De salientar que, dos 167.376 processos das Execuções Fiscais, cerca de 130.123 processos correspondentes a 77,7% constituem processos de risco, por serem de mais de três anos, sendo que, na sua maioria, os executados são de difícil localização. Para a redução de risco de cobrança foi preparado um diploma que permite aos devedores serem perdoados os juros de mora e multas, durante o ano de 2011.

2.5. REEMBOLSOS

2.5.1. Reembolsos do IVA – Regimes Normal e para Diplomatas

No ano de 2010, foram recebidos 853 processos no valor de 3.525,70 milhões de Meticais, tendo sido pagos 1003 processos no valor de 1,73 milhões de Meticais, dos quais 474 processos são do regime normal no valor de 3.459,94 milhões de Meticais e 379 processos são referentes a Diplomatas no valor de 65,76 milhões de Meticais, como ilustra a tabela 30.

Tabela 29 – Resumo dos pedidos de reembolso pagos em 2010

Unidade: 10⁶ MT

2010				
Descrição	Recebidos		Pagos de Janeiro a Dezembro de 2010	
	número	valor	número	valor
Recebidos em 2010				
1.1 Regime Normal	474	3.459,94	235	634,37
1.2 Diplomatas	379	65,76	315	37,94
Sub - Total 1	853	3.525,70	550	672,31
Transitados de anos anteriores				
1.1 Regime Normal			291	1.042,68
1.2 Diplomatas			162	19,60
Sub - Total 2			453	1.062,28
Despesas Bancárias				0,00
Total	853	3.525,70	1.003	1.734,60

Fonte: Dir Reembolso-DGI

Na tabela 30, o reembolso do IVA (regime normal) mostra, em termos de quantidade, uma prestação de 57,6% por cento dos processos tratados, em relação ao solicitado em 2010. Dos pedidos que deram entrada no período em referência, foram pagos 235, no montante de 634,37 milhões de Meticais, correspondente a 18,33%. Foram ainda, autorizados e em processo de pagamento 160, no valor de 1.810,48 milhões de Meticais, correspondente a 33,75% e 52,33%, respectivamente, ficaram em análise 41, o que representa 8,65%.

Tabela 30 – Processos recebidos e pagos do Regime Normal

Unidade: 10⁶ MT

	Período	Qty	Valores		%	
			Mt	Usd	Qty	Valores
Solicitado	01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2010	474	3.459,94	96,11	100	100
Total Tratado		273	1.104,45	30,68	57,6	31,92
Indeferidos		11	19,18	0,53	2,32	0,55
Irregularidades		0	260,58	7,24	0	7,53
Suspensos		26	187,01	5,19	5,41	5,41
Anulados		1	3,3	0,019	0,21	0,10
Pagos		235	634,37	17,62	49,58	18,33
Em análise		41	545,01	15,14	8,65	15,75
Autorizados por pagar		160	1.810,48	50,3	33,75	52,33

Fonte: Dir Reembolso-DGI

2.5.2. SITUAÇÃO GERAL DOS REEMBOLSOS DOS IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Durante o exercício de 2010, em sede do IR, foram recebidos um total de 13.987 pedidos de reembolso no montante de 218,59 milhões de Meticais, tendo sido tratados 8.718 pedidos dos quais: i) Pagos 8.185 no montante de 90,95 milhões de Meticais; ii) Indeferidos 403 pedidos no montante de 3,57 milhões de Meticais; e iii) Anulados 130 pedidos no montante de 8,68 milhões de Meticais, conforme a tabela 31.

Neste período, o nível de prestação dos reembolsos do IR em relação ao solicitado, em termos de quantidade, é de: i) 62,3% pedidos tratados; ii) 58,5% pedidos pagos; iii) 2,8% pedidos indeferidos; vi) 0,9% pedidos anulados; e v) 25,0% pedidos em análise.

Em termos acumulados, de 2005 a 31 de Dezembro de 2010, em sede de IR, foram recebidos, um total de 37.624 pedidos de reembolso no montante de 758,31 milhões de Meticais, tendo sido tratados 28.611 pedidos no montante de 496,37 milhões de Meticais, dos quais: i) pagos 26.452 pedidos no montante de 426,05 milhões de Meticais; ii) indeferidos 1.846 pedidos no montante de 32,03 milhões de Meticais; e iii) anulados 315 pedidos no montante de 38,72 milhões de Meticais. O nível de prestação dos pedidos tratados em relação ao solicitado, em termos de quantidade foi de 76,0%.

O número de pedidos em análise é de 7.395, correspondentes a 233,75 milhões de Meticais, e a dívida potencial no período em análise é de 5.269 correspondente a 115,38 milhões de Meticais e, em termos acumulados, ascende a 9.826 pedidos, o correspondente a 256,94 milhões de Meticais, valor que equivale a 7.833,53 mil USD², conforme ilustram a tabela 31 e o gráfico 29.

² Câmbio médio de 32,80 MT/USD

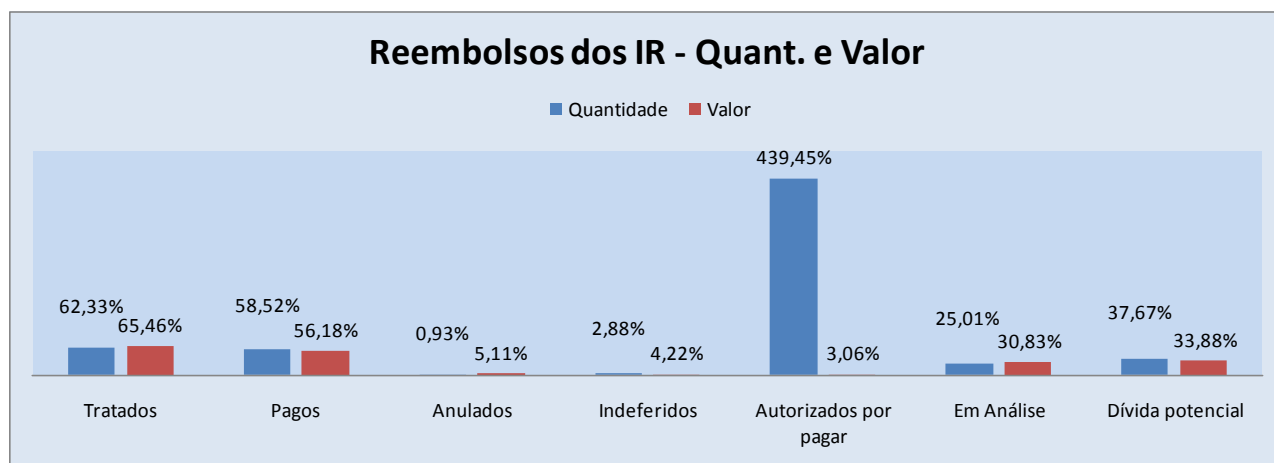
Tabela 31 – Pedidos de Reembolso de IR – global

Unidade: 10⁶ MT

Descrição	Ano								Totais			
	2010		Jan. à Dez.		%		Acumulado (2005 à 2009)		%		Acumulado e 2010	
	Nº	Valor	Qty	Valor	Nº	Valor	Qty	Valor	Nº	Valor	Qty	
Solicitado	13.987	218,59	100,00%	100	23.637	539,73	100	100	37.624	758,31	100,00%	
Tratados	8.718	103,21	62,33%	47,22	19.893	393,16	84,16	72,84	28.611	496,37	65,46%	
Pagos	8.185	90,95	58,52%	41,61	18.267	335,10	77,28	62,09	26.452	426,05	56,18%	
Anulados	130	8,68	0,93%	3,97	185	30,04	0,78	5,57	315	38,72	5,11%	
Indeferidos	403	3,57	2,88%	1,63	1.443	28,46	6,1	5,27	1.846	32,03	4,22%	
Autorizados por pagar	1.771	17,40	439,45%	7,96	660	5,79	2,79	1,07	2.431	23,19	3,06%	
Em Análise	3.498	97,98	25,01%	44,83	3.897	135,77	16,49	25,16	7.395	233,75	30,83%	
Dívida potencial	5.269	115,38	37,67%	52,78	4.557	141,56	19,28	26,23	9.826	256,94	33,88%	

Fonte: DGI-DCCRB

Gráfico 30 – Reembolsos dos Impostos sobre os Rendimentos (% - quantidades e valores)



2.5.2.1. REEMBOLSOS DE IRPS

Durante o exercício de 2010, foram recebidos um total de 13.939 pedidos de reembolso no montante de 147,09 milhões de Meticais, tendo sido tratados 8.696 pedidos dos quais: i) Pagos 8.174 pedidos no montante de 78,62 milhões de Meticais; ii) Indeferidos 402 pedidos no montante de 3,20 milhões de Meticais; iii) Anulados 120 pedidos no montante de 1,33 milhões de Meticais; e iv) em análise 3.472 pedidos no montante de 46,54 milhões de Meticais, como ilustra a tabela 32 e o gráfico 31.

Neste período, o nível de prestação dos reembolsos do IRPS em relação ao solicitado (em termos de quantidade) foi de i) 76,11% pedidos tratados, ii) 70,44% pedidos pagos, iii) 4,91% pedidos indeferidos, v) 0,76% pedidos anulados e vi) 19,57% pedidos em análise.

Em termos acumulados, de 2005 a 31 de Dezembro de 2010, foram recebidos um total de 37.427 pedidos no montante de 410,69 milhões de Meticais e foram tratados 28.485 pedidos no montante

Relatório de Actividades Desenvolvidas em 2010 e Perspectivas de Acções para 2011

de 267,79 milhões de Meticaís. Dos pedidos tratados i) foram pagos 26.364 no montante de 250,23 milhões de Meticaís ii) 285 pedidos foram anulados no montante de 3,30 milhões de Meticaís e iii) 1.836 pedidos foram indeferidos no montante de 14,26 milhões de Meticaís. o número de pedidos em análise é de 7.326 no montante de 115,15 milhões de Meticaís.

O nível de prestação global, de 2005 a 31 de Dezembro de 2010, em sede de IRPS e em relação ao solicitado (em termos de quantidade) foi de 76,11%, e a dívida potencial é de 137,96 milhões de Meticaís, equivalentes a 4.181,62 mil USD³.

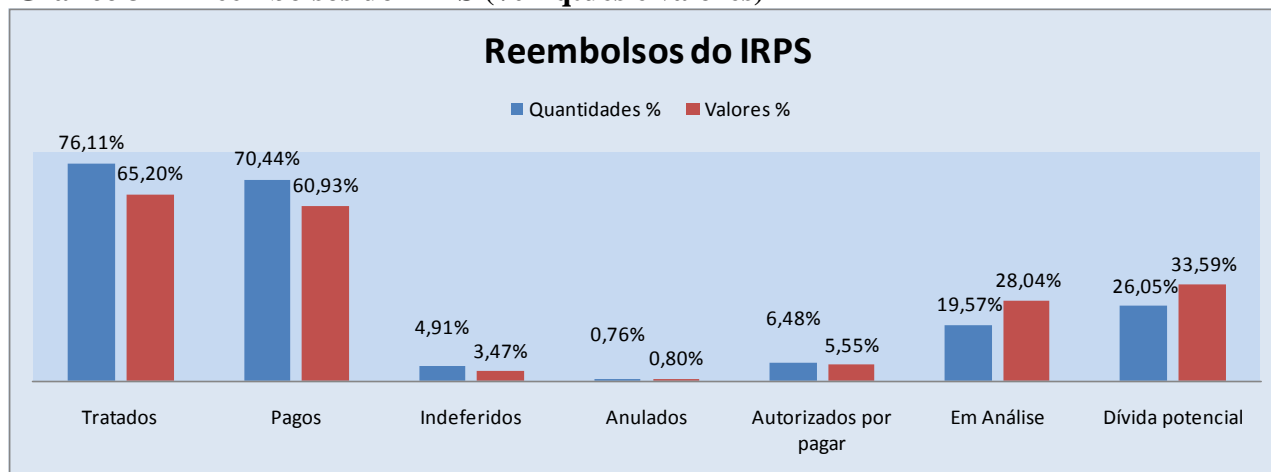
Tabela 32 – Reembolsos do IRPS

Unidade: 10⁶ MT

Descrição	Ano								Totais					
	2010		Jan. à Dez.		%		Acumulado (2005 à 2009)		%		Acumulado e 2010		%	
	Nº	Valor	Qty	Valor	Nº	Valor	Qty	Valor	Nº	Valor	Qty	Valor		
Solicitado	13.939	147,09	100	100	23.488	263,60	100	100	37.427	410,69	100	100		
Tratados	8.696	83,15	62,39	56,53	19.789	184,63	84,25	70,04	28.485	267,79	76,11%	65,20%		
Pagos	8.174	78,62	58,64	53,45	18.190	171,60	77,44	65,1	26.364	250,23	70,44%	60,93%		
Indeferidos	402	3,20	2,88	2,18	1.434	11,06	6,11	4,2	1.836	14,26	4,91%	3,47%		
Anulados	120	1,33	0,86	0,9	165	1,97	0,7	0,75	285	3,30	0,76%	0,80%		
Autorizados por pagar	1.771	17,40	12,71	11,83	653	5,41	2,78	2,05	2.424	22,81	6,48%	5,55%		
Em Análise	3.472	46,54	24,91	31,64	3.854	68,61	16,41	26,03	7.326	115,15	19,57%	28,04%		
Dívida potencial	5.243	63,94	37,61	43,47	4.507	74,02	19,19	28,08	9.750	137,96	26,05%	33,59%		

Fonte: DGI-DCCRF

Gráfico 31 – Reembolsos do IRPS (% - qtdes e valores)



³ Câmbio médio de 32.80 MT/USD

2.5.2.2. REEMBOLSOS DE IRPC

Em relação ao IRPC, durante o exercício de 2010 (Janeiro e Dezembro), foram recebidos um total de 48 pedidos de reembolso no montante de 71,49 milhões de Meticais, tendo sido tratados 22 pedidos dos quais i) Pagos 11 no montante de 12,33 milhões de Meticais, ii) indeferido1 no montante de 0,37 milhões de Meticais, iii) 10 pedidos anulados no montante de 7,35 milhões de Meticais. Os pedidos em análise são 26, no montante de 51,44 milhões de Meticais.

No global (2005 à 31 de Dezembro de 2010), em sede de IRPC, foram Recebidos 197 pedidos no montante de 347,62 milhões de Meticais e Tratados 126 pedidos no montante de 228,57 milhões de Meticais. Dos pedidos Tratados i) foram Pagos 88 no montante de 175,82 milhões de Meticais ii) Anulados 30 pedidos no montante de 35,42 milhões de Meticais e iii) Indeferidos 10 pedidos foram Indeferidos no montante de 17.767,56 mil Meticais e iv) por analisar 69 no montante de 118,61 milhões Meticais.

A prestação do reembolso de IRPC em relação ao Solicitado (em termos de quantidade) é de 63,96 % pedidos Tratados, dos quais i) 44,67% pedidos Pagos, ii) 9,25% pedidos Indeferidos, iii) 15,23% pedidos Anulados e vi) 31,47% Pedidos por analisar.

A dívida potencial em IRPC é 118,61 milhões de Meticais, equivalentes a 3.616,09 USD, correspondentes a 69 pedidos, conforme ilustram a tabela 33 e o gráfico 32.

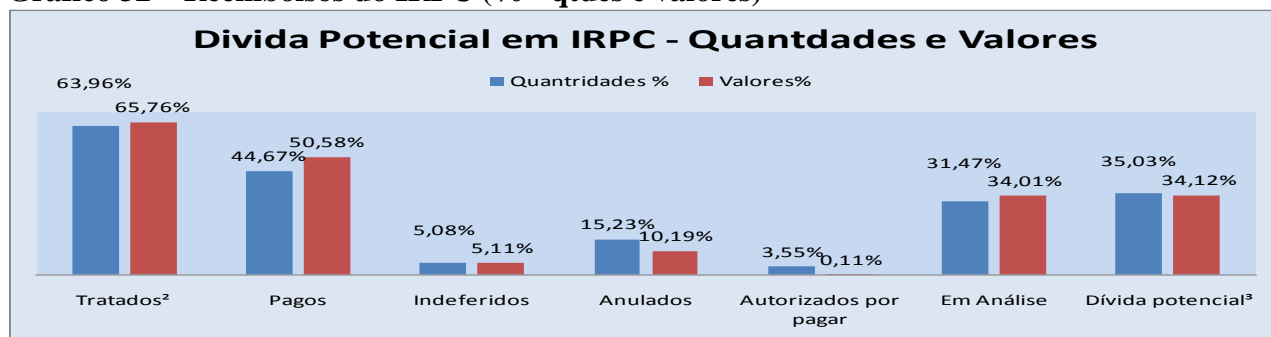
Tabela 33 – Reembolsos do IRPC (% - qtdes e valores)

Unidade: 10⁶ MT

Descrição	Ano								Totais			
	2010		Jan. à		Acumulado		%		Acumulado e 2010		%	
	Nº	Valor	Qty	Valor	Nº	Valor	Qty	Valor	Nº	Valor	Qty	Valor
Solicitado	48	71,49	100	100	149	276,13	100	100	197	347,62	100	100
Tratados ²	22	20,05	45,83	28,05	104	208,52	69,8	75,7	126	228,58	63,96%	65,76%
Pagos	11	12,33	22,92	17,24	77	163,49	51,68	59,21	88	175,82	44,67%	50,58%
Indeferidos	1	0,37	2,08	0,52	9	17,39	6,04	6,3	10	17,77	5,08%	5,11%
Anulados	10	7,35	20,83	10,29	20	28,07	13,42	10,17	30	35,42	15,23%	10,19%
Autorizados por pagar	0	0,00	0	0	7	0,37	4,7	0,14	7	0,37	3,55%	0,11%
Em Análise	26	51,44	54,17	71,95	36	66,79	24,16	24,19	62	118,23	31,47%	34,01%
Dívida potencial ³	26	51,44	54,17	71,95	43	67,17	28,86	24,33	69	118,61	35,03%	34,12%

Fonte: DGI-DCCRF

Gráfico 32 – Reembolsos do IRPC (% - qtdes e valores)



2.6. BENEFÍCIOS FISCAIS – ISENÇÕES ADUANEIRAS

2.6.1. Benefícios Fiscais

Durante o ano de 2010, foram recebidos 260 projectos de investimentos com a seguinte repartição por Regiões: (i) 50 da Região Norte, que representa 19,2% do universo recebido no ano; (ii) 37 da Região Centro, que representa 14,2%; e (iii) 173 da Região Sul, que representa 66,5%, conforme a tabela 34:

Tabela 34 – Processos de Benefícios Fiscais Recebidos

Ordem	Região	Totais	%
1	Região Norte	50	19,23%
2	Região Centro	37	14,23%
3	Região Sul	173	66,54%
Total		260	100,00%

Fonte: RBF – DGI

Em termos de classificação por sector de actividade económica, os 260 projectos de investimentos recebidos em 2010, distribuem-se em (i) agricultura, 6 projectos; (ii) agro-pecuária, 12 projectos; (iii) indústria, 102 projectos; (iv) agro-indústria, 15 projectos; (v) financeiro (Bancos), 1 projecto; (vi) construção civil 13 projectos; (vii) comércio, 10 projectos; (viii) prestação de serviços, 60 projectos; (ix) pesca, 3 projectos; (x) transportes e comunicações, 5 projectos; (xi) turismo, 31 projectos; e (xii) outros, 2 projectos.

Ainda no período em análise, foi apurada a despesa fiscal por ramo de actividade referente ao ano 2009 no valor de 2.676,72 milhões de Meticais, que será reportado na conta Geral do Estado de 2010, conforme ilustra a tabela 35.

Tabela 35 – Despesas Fiscais (Benefícios Fiscais) – Exercício de 2009

Agricultura	Transportes e Comunicações	Turismo e Hotelaria	Aquacultura e Pescas	Industria	Comércio	Construções	Bancos, Seguradoras e	Prestação de Serviços	Outros	Total
2,67	428.978,37	1.761,85	0,22	1.736,01	0,00	13,52	372,74	79,22	41,64	2.676,72

Fonte: RBF – DGI

2.6.2. Isenções Aduaneiras

Comparativamente ao ano de 2009, em que o volume de isenções totalizou 2.208,15 milhões de Meticais, verifica-se um decréscimo do volume global das isenções aduaneiras em cerca de 31,5%, como ilustram a tabela 36 e o gráfico 32, basicamente derivado do facto de terem sido aprovados novos benefícios fiscais e aduaneiros para a área do turismo, sobretudo para importação de barcos de recreio, aeronaves, planadores, material de construção, tecidos, recheios para instalação das unidades hoteleiras tais como electrodomésticos, equipamento de som, equipamento sanitário, equipamento de refrigeração, dentre outro material necessário ao desenvolvimento do sector.

Tabela 36 – Evolução do volume de isenções – 2009/2010

Unidade: 10⁶ MT

Anos	Direitos	IVA	ICE	S/Taxa	TSA	Total
2009	1.010,53	2.043,85	169,20	0,12	0,76	3.224,46
2010	992,85	706,49	240,09	0,00	268,72	2.208,15
Taxa Cresc. 2009/2010	-1,7%	-65,4%	41,9%	-100,0%	35257,9%	-31,5%

Fonte: DGA-DRIVA

Gráfico 32 – Evolução das Isenções – 2009/2010



Da totalidade das isenções concedidas, conforme a tabela 37 e gráfico 33, a maioria foi direccionada para as Regras de Desembarço Aduaneiro em 40,3%, os investimentos em 27,5%, Matérias-primas para o fabrico de óleo e sabões em 9,6%, actividade mineira em 9,6% e actividade petrolífera em 8,9%. Uma percentagem ínfima de incentivos fiscais foi para mineiros em serviço na RSA, promoção de investimentos, zonas francas e Zonas de Rápido Desenvolvimento, açúcar indústria nacional, entre outros.

Relatório de Actividades Desenvolvidas em 2010 e Perspectivas de Acções para 2011

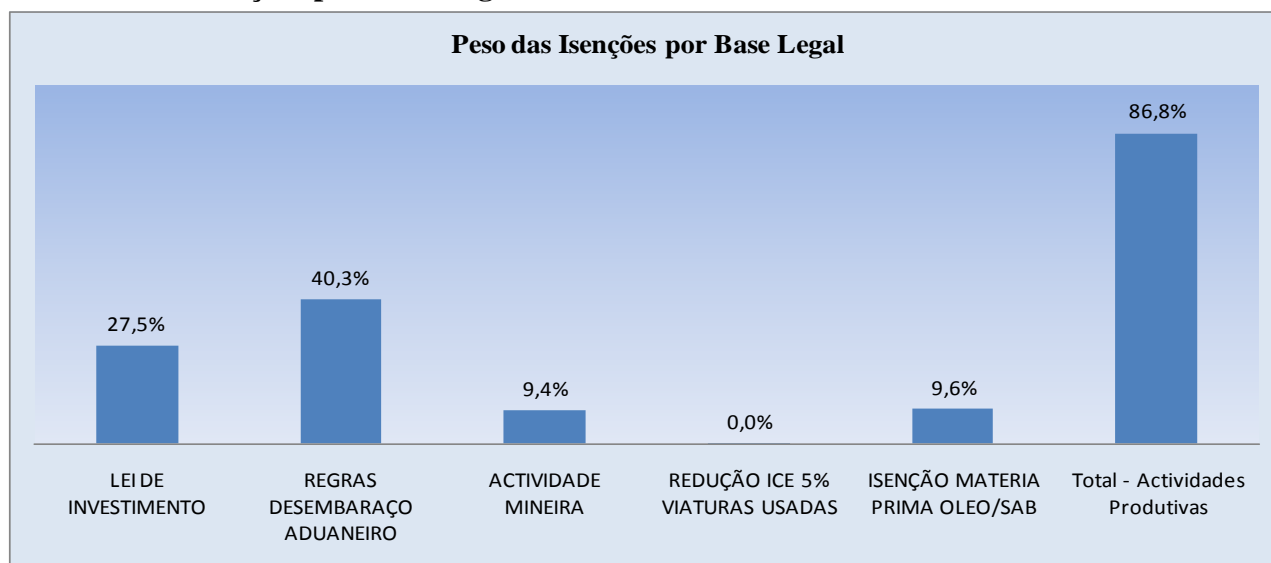
Tabela 37 – Isenções concedidas – 2010

Unidade: 10⁶ MT

Cód.	Base_Legal	CIF	Dtos	Ice	Staxa	Tsa	Iva	Total	Peso por BL
1	DONATIVOS / LEI DE EMERGÊNCIA	0,55	0,12	0,11	0,00	0,09	0,13	0,45	0,0%
2	LEI DE INVESTIMENTO	767,08	158,89	112,75	0,00	112,15	224,05	607,85	27,5%
3	REGRAS DESEMBARAÇO ADUANEIRO	10.566,22	594,41	62,21	0,00	60,25	172,32	889,19	40,3%
4	PARTIDOS POLÍTICOS	11,71	1,33	1,15	0,00	0,00	1,90	4,38	0,2%
5	DEPUTADOS	0,13	0,00	0,01	0,00	0,00	0,01	0,02	0,0%
6	LEI DE MACENATO	1,86	5,83	0,50	0,00	0,00	9,22	15,56	0,7%
7	DIPLOMATAS	21,35	3,43	4,06	0,00	0,08	0,97	8,54	0,4%
9	ACTIVIDADE MINEIRA	278,30	63,18	47,24	0,00	45,54	50,77	206,73	9,4%
10	ACTIVIDADES PETROLÍFERAS	254,25	61,00	0,00	0,00	45,90	89,01	195,91	8,9%
11	PIPELINE COMPANY	6,37	3,18	0,00	0,00	0,00	2,75	5,93	0,3%
13	HIDROELÉTRICA DE CAHORA BASSA	11,20	0,08	0,12	0,00	0,09	0,10	0,40	0,0%
15	ITS	2,95	1,41	0,00	0,00	0,00	1,22	2,63	0,1%
16	SADC	0,09	0,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,08	0,0%
19	ACORDOS/TRATADOS/INTERNACIONAI	34,34	5,90	4,34	0,00	4,06	10,99	25,28	1,1%
20	MINEIROS EM SERVIÇO NA RSA	0,12	0,06	0,00	0,00	0,00	0,06	0,12	0,0%
21	CENTRO/PROMOÇÃO/INVES. (CPI)	0,10	0,03	0,00	0,00	0,00	0,05	0,08	0,0%
22	ZONAS FRANCAS	10,40	2,91	2,43	0,00	0,00	3,46	8,79	0,4%
23	MOZAL	0,05	0,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,05	0,0%
24	ZONAS/RAPIDO/DESENVOLVIMENTO	8,04	2,55	0,00	0,00	0,00	3,42	5,96	0,3%
25	MOTRACO	7,62	2,45	0,00	0,00	0,00	3,43	5,88	0,3%
27	ANTIGOS COMBATENTES	0,02	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,01	0,0%
28	ISENÇÃO ICE ALCOOL USO INDUSTR	0,26	0,00	1,68	0,00	0,00	0,00	1,68	0,1%
29	REDUÇÃO ICE 5% VIATURAS USADAS	0,24	0,24	0,00	0,00	0,20	0,25	0,69	0,0%
30	ISENÇÃO MATERIA PRIMA OLEO/SAB	265,05	85,68	0,00	0,00	0,00	125,62	211,30	9,6%
31	ISENÇÃO IVA AÇUCAR INDUST. NAC	1,16	0,03	3,48	0,00	0,36	6,78	10,65	0,5%
Total		12.249,45	992,85	240,09	0,00	268,72	706,49	2.208,15	100,0%
Peso por Imposto			45,0%	10,9%	0,0%	12,2%	32,0%	100,0%	

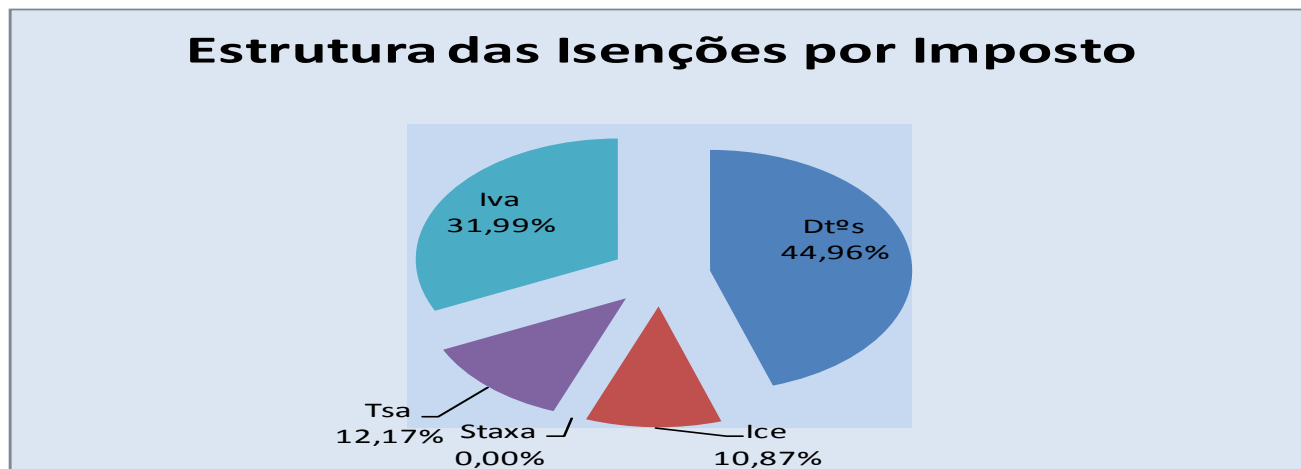
Fonte: TIMS-DTIC

Gráfico 33 – Isenções por Base Legal



Analisando o volume de isenções por imposto, temos a situação ilustrada pela tabela 36 e pelos gráficos 33 e 34, em que claramente o maior volume é concedido no âmbito dos Direitos Aduaneiros, cerca de 45,0%, seguido do IVA com cerca de 32,0% e do TSA com cerca de 12,2% do total das isenções.

Gráfico 34 – Estrutura das Isenções por Imposto



3. ACÇÕES NO ÂMBITO DO ALARGAMENTO DA BASE TRIBUTÁRIA

3.1. Educação Fiscal e Aduaneira e assistência ao contribuinte

Foi, em 2010, formalmente lançada, a campanha de Educação Fiscal e Aduaneira e Popularização do Imposto, sob o lema "*Todos Juntos Fazemos Moçambique*", visando a promoção da cidadania fiscal através da disseminação das matérias sobre a importância do imposto e do seu pagamento, com o recurso aos órgãos de comunicação social.

Sendo uma das estratégias o envolvimento dos órgãos locais e da sociedade civil nas campanhas de educação fiscal e aduaneira e popularização do imposto, foram desenvolvidas acções de capacitação de formadores e disseminadores sobre matérias fiscais e aduaneiras, tendo iniciado na região sul do país, onde foram abrangidos 292 formadores e disseminadores, envolvendo 61 na província de Inhambane, 132 em Gaza e 99 na cidade de Maputo. Estas acções foram acompanhadas da produção e difusão de 4 spots publicitários, 12.000 panfletos, 11.000 cartazes e 11.000 bandeirinhas, 6 actividades recreativas de natureza desportiva e cultural, 29 palestras de Educação Fiscal e Aduaneira, que resultaram na emissão de 5.514 NUIT's e 109 declarações de início de actividade.

Outras actividades realizadas no mesmo âmbito e com impacto na assistência ao contribuinte e cadastração fiscal, foram as seguintes: i) Apetrechamento e reforço dos balcões de atendimento, incluindo os BAU's e unidades de cobrança nas três regiões do País, no âmbito da cooperação com a UTRESP; ii) Harmonização e produção de 2.000 Manuais de Educação Fiscal e Aduaneira para Disseminadores; iii) Produção de 2.000 mapas de Moçambique com a identificação da presença da

AT em todo o País, para anexar aos Manuais de Educação Fiscal; iv) Produção de 1.000 bonés e 1.000 camisetas contendo informação publicitária sobre o imposto e a sua importância.

Nas campanhas realizadas, destaca-se o envolvimento e colaboração das seguintes entidades: Associação Nacional dos Municípios, Concelhos Municipais de Maputo, Matola, Dondo, entre outros, Direcção Provincial da Juventude e Desportos da Cidade de Maputo, STV, TVM, RM, Unilúrio, ISCTEM, Unizambeze, UEM, Grupo Desportivo de Maputo.

Algumas das parcerias que a AT estabeleceu no âmbito da educação fiscal e aduaneira e popularização do imposto, foram estabelecidas por via de celebração de Memorandos de Entendimento. Em 2010, foram assinados 14 Memorandos de Entendimento: com diversas instituições, públicas e privadas, que, somados, aos anteriores, totalizam 28 com o objectivo de promover o ideal da cidadania fiscal e popularização do imposto, por um lado, e divulgar/dissimular a importância de pagar imposto, de ter NUIT, bem como, noções básicas da mecânica dos principais impostos, por outro lado, nomeadamente: (i) Unizambeze, (ii) Jean Piaget; (iii) UCM; (iv) Universidade A Politécnica; (v) TVM, (vi) OMM; (vii) Câmara de Comércio Moçambique; (viii) Magazine Independente; (ix) IPEME; (x) Rádio Moçambique; (xi) Associação do Municípios; e (xii) Soico; (xiii) Associação Industrial de Moçambique; e (xiv) Associação Comercial de Moçambique.

A implementação destes Memorandos, que privilegiam acções tendentes a captação de mais contribuintes por via do aumento da cadastração fiscal, é garantida através de equipa de gestão de memorandos que interage com as contrapartes na planificação e realização das actividades cobertas pelos memorandos.

O processo de atribuição de NUITs e respectivos cartões, foi reforçado com a instalação de um mini - aplicativo informático no Serviço de Assistência ao Contribuinte de Maputo, de forma a responder a crescente demanda destes serviços. Assim, foram emitidos e distribuídos aos respectivos titulares 2.719 cartões de identificação e atendidos 1.114 cidadãos, sendo 645 por via da linha verde e 469 nos respectivos balcões.

3.2. Registo de Contribuintes

No âmbito das acções de captação de contribuintes não inscritos no Regime Geral de Tributação, foi estabelecido um programa anual de 200.000 NUITs.

Em cumprimento deste programa, foram registados durante o ano 2010, 262.561 NUITs, o que representa um nível de realização de 131,3%, conforme tabela 38 e os gráficos 35 e 36. Em termos absolutos, em relação ao programa anual, a Região Sul foi a que melhor prestação teve, com 121.531 NUITs atribuídos correspondentes a uma realização de 138,9%, seguido da Região Centro com 12.415 NUITs atribuídos e 108,9% de realização e Região Norte com 6.810 NUITs atribuídos e 105,8% de realização. Em termos acumulados, de 01.01.1999 até 31 de Dezembro de 2010, foram inscritos 1.221.883 NUITs, dos quais 35.002 são colectivos.

Tabela 38 – Registo Fiscal

Designação	Programa - 2010			Registos - 2010			% Realização		
	Singulares	Colectivos	Soma	Singulares	Colectivos	Soma	Singulares	Colectivos	Soma
Total Regional Norte	43.203	541	43.744	45.445	531	45.976	105,2%	98,2%	105,1%
Total Regional Centro	66.320	1.166	67.486	93.824	1.230	95.054	141,5%	105,5%	140,8%
Total Regional Sul	86.239	2.531	88.770	118.193	3.338	121.531	137,1%	131,9%	136,9%
Total Geral	195.762	4.238	200.000	257.462	5.099	262.561	131,5%	120,3%	131,3%

Fonte: DGI – DRC

Gráfico 35 – Registo de Contribuintes

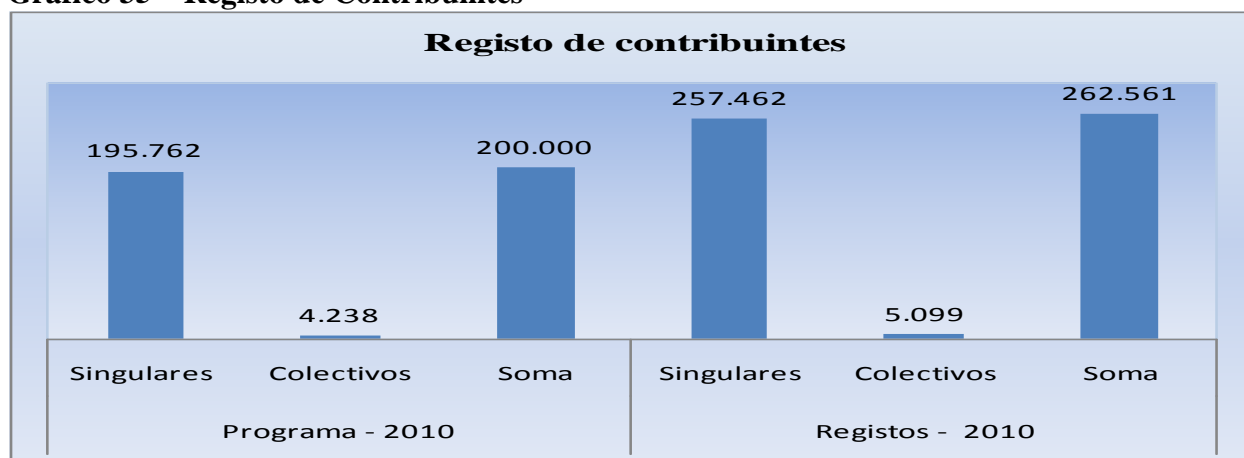
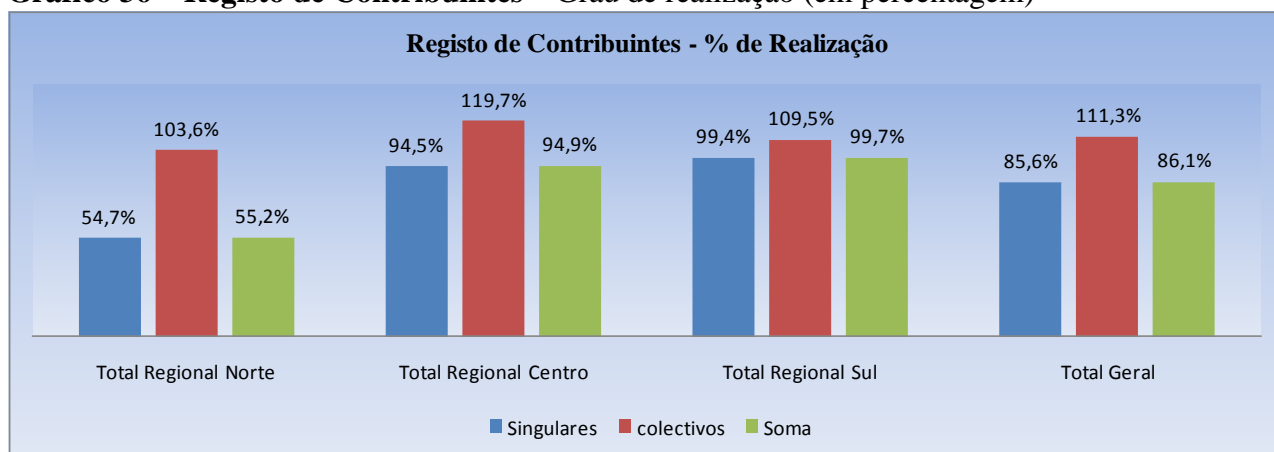


Gráfico 36 – Registo de Contribuintes – Grau de realização (em percentagem)



Deste universo de 262.561, cerca de 42.170 contribuintes foram captados para o ISPC e 44.820 contribuintes possuem actividade económica.

4. GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

4.1. Administração de Recursos Humanos

4.1.1. Total de funcionários por carreira (tributária e aduaneira)

Em 31 de Dezembro de 2010 a AT contava com 3.236 funcionários dos quais 1.804 da carreira aduaneira, 1.409 da carreira tributária e 23 pertencentes ao regime geral, correspondendo a 55,7%, 43,5%, e 0,7% respectivamente. Em termos de género, 2.474 são homens e 762 são mulheres representando 76,45% e 23,55% respectivamente, conforme ilustram a tabela 39 e os gráficos 37 e 38 abaixo indicados.

Dos 3.236 funcionários da AT em 2010, 474 ocupavam cargos de Direcção, chefia e de confiança corresponde a 14,65%, do universo. No que diz respeito ao género, 120 cargos, correspondentes a 25,3% são ocupados por mulheres e 74,7% são homens. (ver o anexo 1).

Tabela 39 – Carreiras da AT

Carreiras	Gênero		Total	Peso no Total dos Funcionários da AT
	Masculino	Feminino		
Aduaneira	1.592	212	1.804	55,7%
Tributária	862	547	1.409	43,5%
Regime Geral	20	3	23	0,7%
Total	2.474	762	3.236	100,0%

Fonte: DGSC/DRH/DGCR

Gráfico 37 – Carreiras da AT – Número

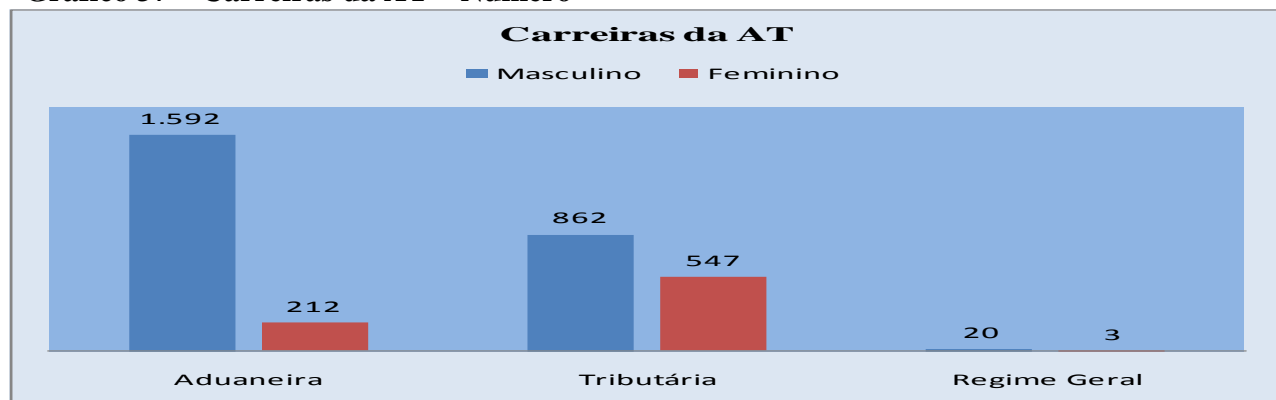
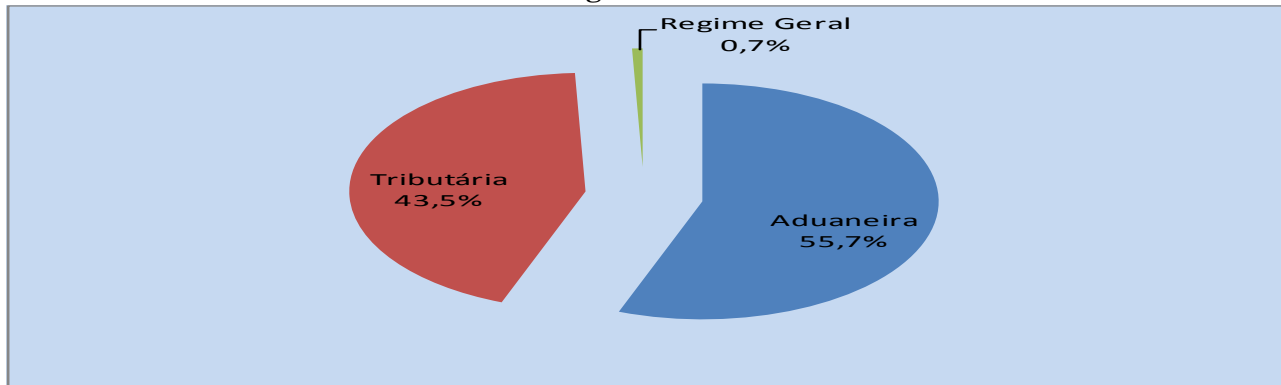


Gráfico 38 – Carreiras da AT em Percentagem



Fonte: DGSC/DRH/DGCR

As tabelas 40 e 41 bem como os graficos 39 e 40, mostram o posicionamento dos funcionários em termos de categorias nas respectivas carreiras, sendo a Tributária aquela que comporta mais categorias (12) que a Aduaneira (10). É de notar que as categorias da área aduaneira, mesmo poucas comparativamente com as da área Tributária, comportam um efectivo maior (53,7 %)

Tabela 40 – Carreira Aduaneira

Ord.	Carreira	Categoria	Gênero		Total	Peso no Total dos Funcionários da AT
			Masculino	Feminino		
1	Técnica Superior Aduaneira da AT	Comissário Geral Aduaneiro	3	0	3	0,1%
		Comissário Aduaneiro	6	1	7	0,2%
		Sub - Comissário Aduaneiro	11	5	16	0,5%
		Supervisor Aduaneiro	55	16	71	2,2%
2	Técnica Profissional Aduaneira da AT	Oficial Aduaneiro	64	24	88	2,7%
		Agente Aduaneiro	163	12	175	5,4%
3	Técnica Aduaneira da AT	Aspirante Aduaneiro	315	43	358	11,1%
		Assistente Aduaneiro	473	40	513	15,9%
4	Básica Aduaneira da AT	Guarda Aduaneiro	452	53	505	15,6%
		Auxiliar Aduaneiro	50	18	68	2,1%
Total			1592	212		
Total de funcionários da área Aduaneira					1804	55,7%

Gráfico 39 – Carreira Aduaneira

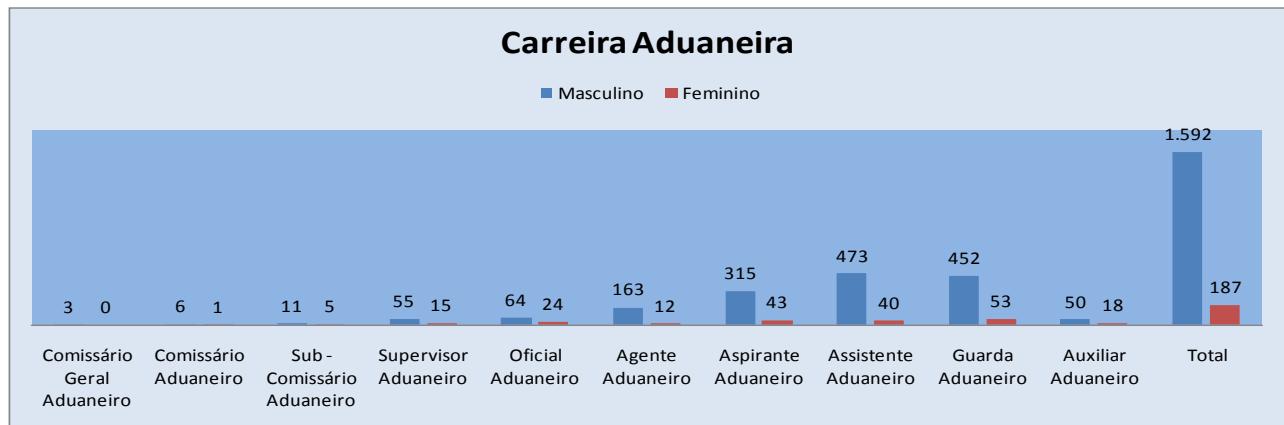
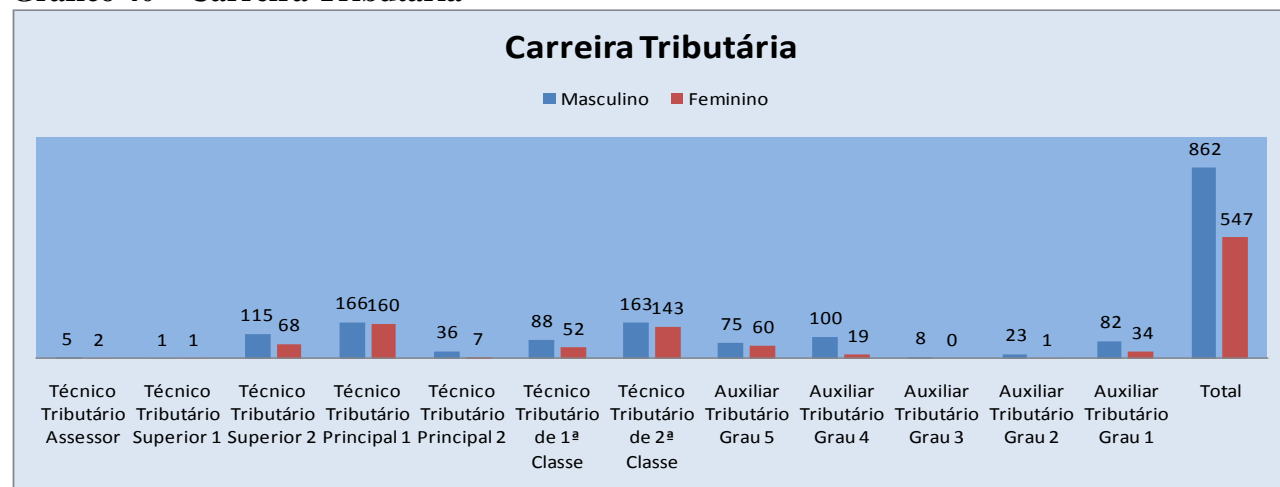


Tabela 41 – Carreira Tributária

Carreira	Categoria	Género		Total	Peso no Total dos Funcionários da AT		
		Masculino	Feminino				
Técnica Superior Tributária da AT	Técnico Tributário Assessor	5	2	7	0,2%		
	Técnico Tributário Superior 1	1	1	2	0,1%		
	Técnico Tributário Superior 2	115	68	183	5,7%		
Técnica Profissional Tributária da AT	Técnico Tributário Principal 1	166	160	326	10,1%		
	Técnico Tributário Principal 2	36	7	43	1,3%		
Técnica Tributária da AT	Técnico Tributário de 1ª Classe	88	52	140	4,3%		
	Técnico Tributário de 2ª Classe	163	143	306	9,5%		
Básica Tributária da AT	Auxiliar Tributário Grau 5	75	60	135	4,2%		
	Auxiliar Tributário Grau 4	100	19	119	3,7%		
	Auxiliar Tributário Grau 3	8	0	8	0,2%		
	Auxiliar Tributário Grau 2	23	1	24	0,7%		
	Auxiliar Tributário Grau 1	82	34	116	3,6%		
Total				862	547		
Total de Funcionários da área Tributária				1.409			43,5%

Gráfico 40 – Carreira Tributária



4.1.2. Total de funcionários por faixa etária (tributária e aduaneira)

No que se refere as faixas etárias, pode se considerar que a AT está servida por funcionários com idade média de 44,23 anos, podendo se considerar óptima para os objectivos da instituição. As faixas de 36-40 e 41-45 agregam 1.379 funcionários, que correspondem 42,61%, do total de funcionários da AT, encontrando o seu pico na faixa etária 36-40, conforme a tabela 42 e gráficos 41 e 42 a seguir indicadas, sendo a menor faixa a de 21 a 25 anos, com 24 funcionários, que corresponde a 0,53%.

Tabela 42 – Faixa etária dos funcionários da AT

Relatório de Actividades Desenvolvidas em 2010 e Perspectivas de Acções para 2011

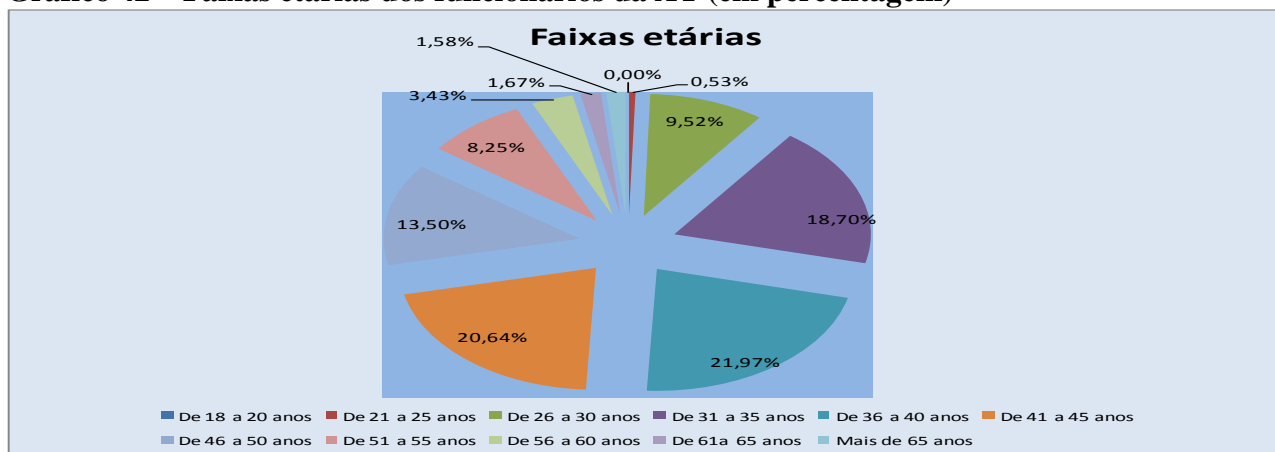
Ordem	Idade	Carreira Aduaneira			Carreira Tributária			Regime Geral			Total Geral	Peso
		Nº de Funcionários			Nº de Funcionários			Nº de Funcionários				
		Masc.	Femin.	Total	Masc.	Femin.	Total	Masc.	Femin.	Total		
1	De 18 a 20 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0.00%
2	De 21 a 25 anos	0	0	0	13	11	24	0	0	0	24	0.53%
3	De 26 a 30 anos	106	8	114	110	84	194	0	0	0	308	9.52%
4	De 31 a 35 anos	345	68	413	80	106	186	3	3	6	605	18.70%
5	De 36 a 40 anos	378	29	407	206	98	304	0	0	0	711	21.97%
6	De 41 a 45 anos	411	43	454	130	81	211	3	0	3	668	20.64%
7	De 46 a 50 anos	219	35	254	115	67	182	1	0	1	437	13.50%
8	De 51 a 55 anos	91	20	111	91	63	154	2	0	2	267	8.25%
9	De 56 a 60 anos	17	5	22	65	24	89	0	0	0	111	3.43%
10	De 61a 65 anos	14	3	17	27	9	36	1	0	1	54	1.67%
11	Mais de 65 anos	11	1	12	25	4	29	10	0	10	51	1.58%
Total de Funcionários		1592	212	1804	862	547	1409	20	3	23	3236	100%

Fonte: DGSC/DRH/DGCR

Gráfico 41 – Faixas etárias dos funcionários da AT



Gráfico 42 – Faixas etárias dos funcionários da AT (em percentagem)



4.1.3. Situação de funcionários por níveis académicos

Dos 3.236 funcionários que se encontram no activo, no que se refere aos níveis académicos, 23,9% têm formação superior, representando um crescimento de 2,5% comparativamente ao ano de 2009; 53,3% com ensino médio; 19,5% ensino básico e 3,3% com nível inferior ao nível básico, como demonstram a tabela 43 e os gráficos 43 e 44 a seguir.

Tabela 43 – Níveis académicos dos funcionários da AT

Nº ordem	Grau Académico	Gênero		Total	Peso no Total de Funcionários da AT
		Masc.	Femin.		
1	Doutoramento	0	0	0	0,0%
2	Mestrado	15	7	22	0,7%
3	Licenciado	321	140	461	14,2%
4	Bacharelato	205	84	289	8,9%
5	Médio Profissional	482	155	637	19,7%
6	Médio Geral	866	223	1.089	33,7%
7	Básico Profissional	49	22	71	2,2%
8	Básico Geral	334	82	416	12,9%
9	EP2	119	26	145	4,5%
10	EP1	83	23	106	3,3%
Total		2.474	762	3.236	100,0%

Fonte: DGSC/DRH/DGCR

Gráfico 43 – Níveis académicos dos funcionários da AT, por género

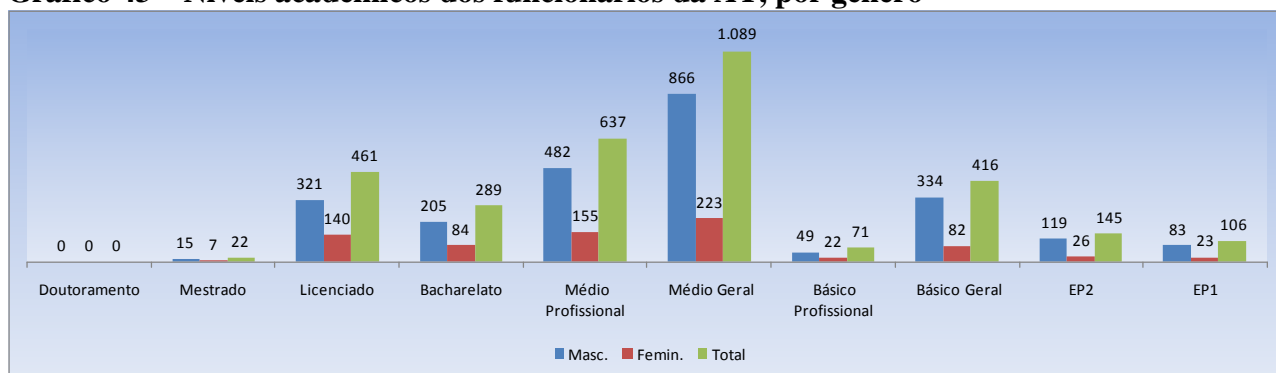
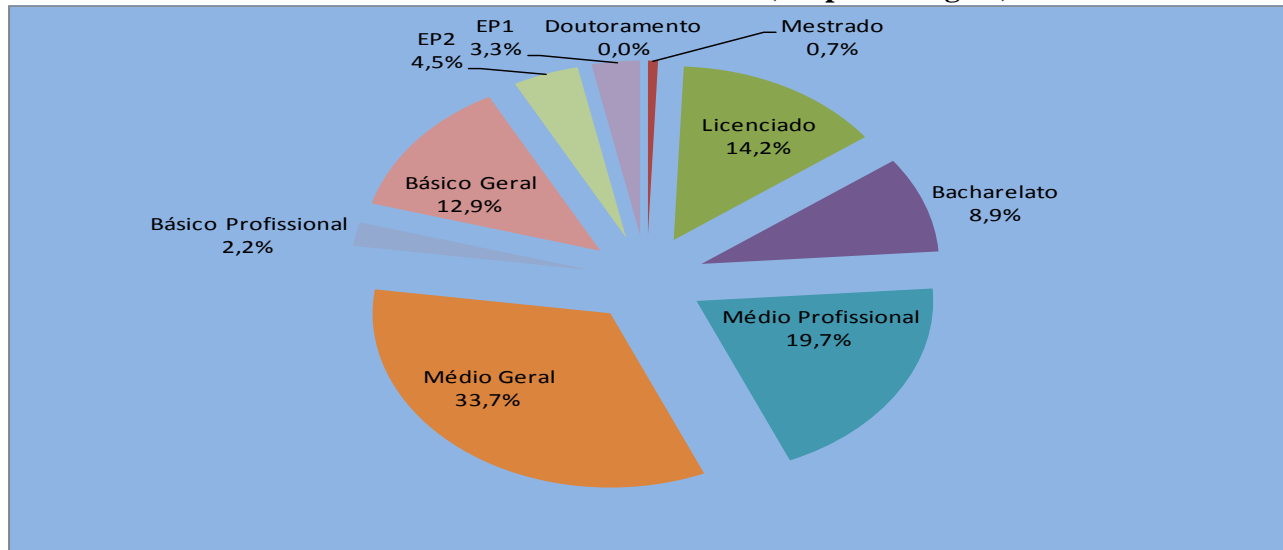


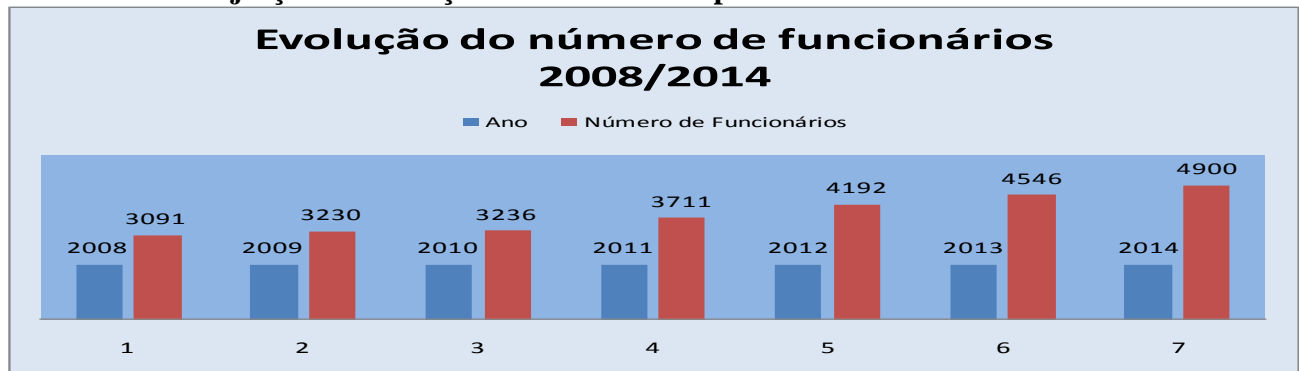
Gráfico 44 – Níveis académicos dos funcionários da AT (em percentagem)



4.1.4. Evolução anual de funcionários

O gráfico 45 indica a evolução do quadro do pessoal da AT, que actualmente comporta um número total de 3.236 funcionários, sendo 1.409 (43,5%) da área tributária e 1.804 (55,7%) da área aduaneira. Prevê-se alargamento do quadro para 4.900 funcionários até 2014, dos quais 2.505 (51,1%) para a área tributária e 2.395 (48,9%) para a área aduaneira, representando um crescimento nominal de 51,4%, correspondente a 1.687 funcionários. Estes dados dão indicações de uma alteração da estrutura de recursos humanos nas duas áreas, tendo em conta que a área tributária passará a assumir um maior peso na colecta de receitas.

Gráfico 45 – Projecção da evolução de funcionários período 2008/2014



Fonte: DRH

4.1.5. Distribuição de funcionários por Regiões

Quanto à localização, 32,0% estão a exercer as suas funções nos órgãos centrais, 37,7% estão a exercer as suas funções na Região Sul; 18,3% na Região Centro e 12,0% na Região Norte, como mostram a tabelas 44 e 45 e os gráficos 46 e 47.

Tabela 44 – Distribuição de funcionários por região e por género

Ordem	Designação	Gênero		Total	Peso no Total
		Masculino	Feminino		
1	Serviços Centrais	748	288	1.036	32,0%
2	Região Sul	918	301	1.219	37,7%
3	Região Centro	490	102	592	18,3%
4	Região Norte	318	71	389	12,0%
Total		2.474	762	3.236	100,0%
Em %		76,5%	23,5%	100,0%	

Tabela 45 – Distribuição de funcionários por grau académico, género e por região

Grau Académico	Serviços Centrais			DRN			DRC			DRS		
	Gênero		Total	Gênero		Total	Gênero		Total	Gênero		Total
	Masc.	Femin.		Masc.	Femin.		Masc.	Femin.		Masc.	Femin.	
Doutoramento	0	0		0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mestrado	12	6	18	1	0	1	1	1	2	1	0	1
Licenciado	184	87	271	36	7	43	38	10	48	63	36	99
Bacharelato	72	11	83	26	11	37	48	13	61	59	49	108
Médio Profissional	102	54	156	73	17	90	88	28	116	219	56	275
Médio Geral	268	84	352	139	28	167	191	31	222	268	80	348
Básico Profissional	15	3	18	9	5	14	11	3	14	14	11	25
Básico Geral	32	27	59	5	3	8	87	12	99	210	40	250
EP2	38	14	52	23	0	23	13	2	15	45	10	55
EP1	25	2	27	6	0	6	13	2	15	39	19	58
Total	748	288	1.036	318	71	389	490	102	592	918	301	1.219

Gráfico 46 – Distribuição de funcionários por região e por género

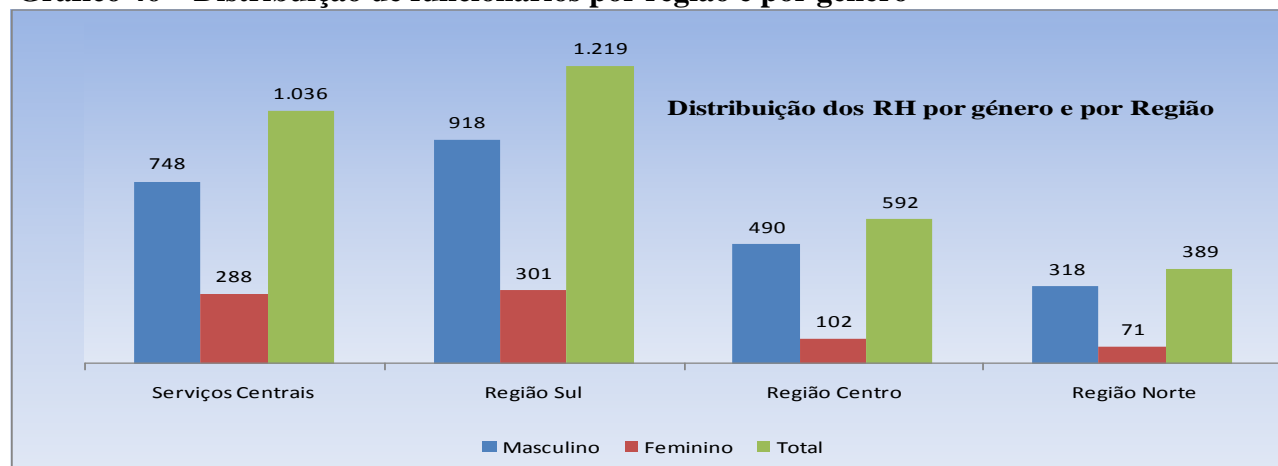
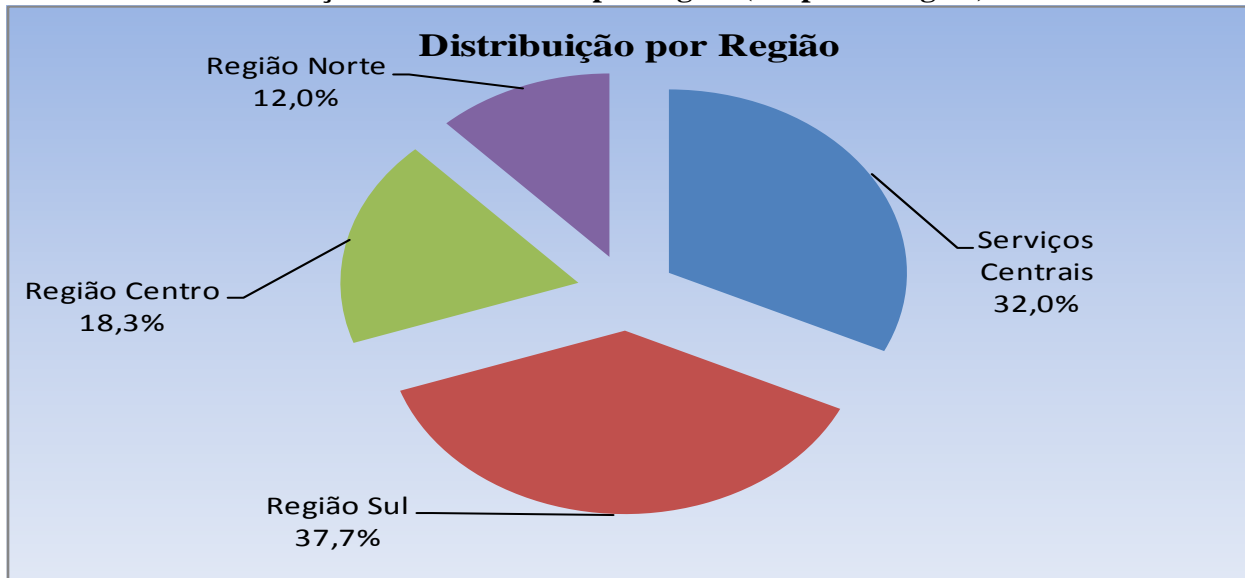


Gráfico 47 – Distribuição de funcionários por região (em percentagem)



4.1.6. Óbitos de funcionários em 2010

Durante o ano de 2010 pereceram 26 funcionários dos quais 15 afectos na Região Sul, 6 na Região Centro e 5 na Região Norte.

De referir que dos 26 funcionários falecidos, 1 foi por assassinato, 22 por doença e 3 por acidente e, em termos comparativos, verificou-se uma redução de 25,7%, correspondentes a 9 óbitos relativamente ao ano de 2009.

4.1.7. Assistência Social aos funcionários

Neste âmbito, foi elaborada a proposta do respectivo regulamento que deverá reger a assistência social ao funcionário em várias vertentes, com particular realce para a assistência médica e medicamentosa e que foi apreciada em Conselho Directivo, estando em processo de enriquecimento e harmonização interna, tendo em conta outras disposições legais e práticas.

No seguimento da assistência social ao funcionário, foram concedidas facilidades de acesso a alguns serviços de utilidade pública, tais como a emissão de novos BI's Biométricos e novas Cartas de Condução igualmente Biométricas, processos iniciados na região sul e em extensão para as outras regiões do País.

Foi ainda assinado um Protocolo do crédito à Habitação e Leasing entre a AT e o Grupo Millenium-Bim, com a particularidade de obtenção de taxas de juros bonificadas para os funcionários. Importa realçar que no período em análise, um número considerável de funcionários

Relatório de Actividades Desenvolvidas em 2010 e Perspectivas de Acções para 2011

beneficiou dos serviços deste grupo, nomeadamente nas linhas de créditos para construção, aquisição e reabilitação de imóveis, assim como, no leasing de viaturas novas e em 2ª mão.

No âmbito do programa de combate e mitigação do HIV/SIDA no seio dos funcionários, durante o período em análise, as actividades de testagem voluntária, o aconselhamento periódico, a atribuição de cestas básicas aos funcionários assim como a distribuição de preservativos pelos diversos serviços, não foram efectivadas em virtude do Conselho Nacional de Combate ao HIV/SIDA (CNCS) não ter disponibilizado a verba correspondente à 3ª tranche do programa destinado a AT, no valor de a 735.200.00MT (Setecentos e trinta e cinco mil e duzentos meticais).

Ainda no âmbito da assistência social, está em estudo a criação de um Fundo Social dos funcionários tendo como fonte as contribuições voluntárias dos mesmos que poderá ser usado entre outros aspectos para questões ligadas à assistência médica e medicamentosa, auxílio complementar aos funcionários em casos de óbitos, acções de responsabilidade social e actividades de carácter cultural, recreativo e desportivo em benefício dos funcionários filiados ao fundo.

4.1.8. Aposentação de funcionários

Na sequência da exortação do Ministério da Função Pública, através do ofício nº 257/MFP/GM/2010, chamando especial atenção à observância do artigo 142 do E.G.F.A.E, que prevê a aposentação obrigatória de funcionários com mais de 35 anos de serviço, foram identificados 29 funcionários a nível da Autoridade Tributária, dos quais 24 da carreira tributária e 5 da carreira aduaneira, a serem abrangidos pelo processo.

4.1.9. Formação

No âmbito de formação, o Plano de 2010, cuja implementação esteve a cargo do Instituto de Finanças Públicas e Formação Tributária e suas Delegações da Beira e Nacala, braços executores do Plano de Formação, previa a realização de 45 acções de formação, nas seguintes áreas: i) Técnica Aduaneira; ii) Técnica Fiscal; iii) Administração e Gestão; e iv) Tecnologias de Informação e Comunicação.

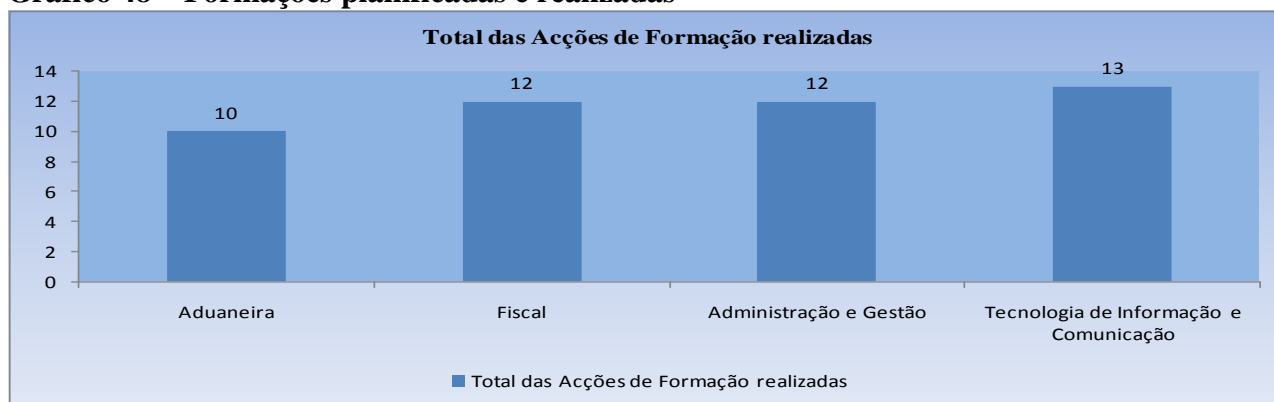
Para enquadrar as necessidades prementes ao longo do ano, decorrentes de mudanças macroeconómicas no País em geral e na AT em particular, foi superada a meta inicialmente prevista em 4,4%, totalizando 47 acções de formação, conforme tabela 46 e Gráfico 48 a seguir.

Tabela 46 - Formações planificadas e realizadas

Nº de Ordem	Área Técnica	Total das Acções de Formação realizadas	Nº total de Formandos			
			Sul	Centro	Norte	Total/ Área Técnica
1	Aduaneira	10	176	149	114	439
2	Fiscal	12	215	174	101	490
3	Administração e Gestão	12	214	67	48	329
4	Tecnologia de Informação e Comunicação	13	92	3	3	98
Totais Gerais		47	697	393	266	1.356

Fonte: DGSC – IFPFT

Gráfico 48 – Formações planificadas e realizadas



Relativamente ao pedido de continuação de estudos no ano de 2010, foram recebidos 53 pedidos e autorizados na sua totalidade, no período pós-laboral e a expensas próprias, compreendendo os graus de Mestrado, Licenciatura, Medio Profissional e Media Geral, onde se nota ainda uma fraca adesão do sexo feminino, 22,64% contra 77,36% dos homens, conforme ilustra a tabela 47 seguinte.

Tabela 47 – Pedido de continuação de estudos

Descrição	Mestrado	Licenciatura	Medio Profissional	Medio geral	Total
Masc.	9	27	2	3	41
Femin.	2	10	0	0	12
Total	11	37	2	3	53

No âmbito de diversas parcerias que a AT mantém com várias instituições, durante o ano de 2010 foram capacitados, em vários países, 26 funcionários, como ilustra a tabela 48.

Tabela 48 – Formações realizadas no exterior

Curso	Qtd	País
Programa de Desenvolvimento de Gestão	6	Botswana
Liderança e Gestão para Gestores Sêniores	1	Quénia
Facilitação do Comércio e modernização da SADC	6	Botswana
Formação de Formadores	2	Zimbabwe
Administração Aduaneira	1	Japão
Avaliação Aduaneira	1	África do Sul
Integridade	2	Angola
Auditoria	2	Lesotho
Administração Fiscal	5	Brasil
Total	26	

Fonte: Direcção de Formação

No âmbito da responsabilidade social, a AT tem vindo a oferecer estágios pré-profissionais para estudantes finalistas do nível médio e superior, de modo a aliar a teoria à prática. Nesse sentido, foram recebidos 249 pedidos, dos quais 126 foram autorizados.

5. GESTÃO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PDTI

Em 2010, a implementação do PDTI teve como enfoque acções no âmbito do projecto da Janela Única Electrónica, com a criação da empresa MCNet numa parceria entre o Estado e o sector privado, após o visto do TA sobre o respectivo contrato de concessão e a preparação do projecto piloto a ser implementado no início de 2011 e do projecto e-tributação, com a aprovação do Plano Estratégico e do Modelo Conceptual, a criação da equipa de trabalho, envolvendo técnicos da AT e do CEDSIF e início do desenho do modelo de negócio na vertente NUIT. Foi igualmente desenhado o projecto do Portal do Contribuinte como um *Quick Win* na implementação do projecto e-tributação.

Outras acções incidiram na manutenção dos sistemas correntes, garantindo a sua disponibilidade e funcionamento normal, como sejam, SICR, NUIT e TIMS.

5.1. Funcionamento e Disponibilidade dos Sistemas Informáticos

5.1.1 Sistemas de Comunicações

No âmbito da funcionalidade e disponibilidade dos sistemas informáticos procedeu-se ao apetrechamento em meios de comunicação às Rotas de Trânsito Internacional nomeadamente Goba, Manica, Machipanda, Cuchamano, Zobué e Milange. O apetrechamento consistiu no fornecimento de computadores e restauração das comunicações electrónicas via RENA, para além de que previa-se estender acesso a Internet em locais mais recônditos de Tete, Cassacatiza e Zóbwé, com objectivo de acompanhar a expansão de acordo com o plano director das TDM para a banda larga, contudo até a data prevista o sinal não está disponível. Espera-se concretizar este objectivo em 2011.

Alternativamente, fez-se a consolidação de comunicações via rádio, melhorando a sua disponibilidade com implementação de painéis solares dedicados a este sistema.

No que diz respeito a manutenção profilática dos sistemas e equipamentos, foram realizadas todas as acções programadas nas três regiões e nos Escritórios centrais, nomeadamente, i) limpeza lógica dos PCs (Disk CleanUP); ii) actualização de antivírus McAfee, acompanhado de Explicação dos técnicos nos locais assim como nos procedimentos de download dos updates e sua execução; iii) incremento de memória virtual e defragmentação de discos duros (HDs); iv) actualização de tabelas de referência e configuração de *Backup* automático no TIMS; v) actualização do Inventário do equipamento informático, acompanhado de levantamento das necessidades de equipamento em cada local; vi) configuração do CAAS para permitir a transferência de dados das notas de rendimento bem como a visualização dos mapas de contabilização de receita; e vii) explicação do processo de acesso WEB aos e-mails da RENA, com recurso à Internet.

A nível das comunicações, de entre várias actividades de monitoria no funcionamento das redes e suporte aos utentes em diversos sectores, maior destaque vai para a implementação do sistema de monitoria dos sites, o que veio melhorar a sua gestão.

Foram ainda disponibilizados os serviços da RENA no novo edifício das Alfândegas da Beira, que funciona junto com o TIMAR e nas novas instalações do TIMAR-Nacala. Foi igualmente feita a interligação lógica segura das redes RENA e SICR com vista à implementação da nova versão NUIT WEB.

5.1.2. Sistema TIMS

O Sistema TIMS manteve-se, no cômputo geral estável, em quase todos os locais onde se encontra instalado, pese embora tenham ocorrido algumas anomalias sanadas prontamente e que não comprometeram o processo de cobrança e de captação de informação estatística.

Com vista a produção de estatísticas do comércio externo fiáveis, no âmbito das transacções realizadas entre Moçambique e o resto do mundo, foi criado um grupo de trabalho, constituído pela Autoridade Tributária de Moçambique (AT), o Instituto Nacional de Estatística (INE), o Ministério do Comercio (MIC), o Banco de Moçambique (BM) e o Instituto para a Promoção das Exportações (IPEX). Este grupo de trabalho levou a cabo uma série de acções que compreenderam na realização sde seminários de sensibilização e de procura de soluções para reverter o quadro actual.

Estas intervenções tiveram lugar em Pemba, Província de Cabo Delgado; em Nacala e Nampula, na Província de Nampula, Tete, na Província de Tete; na Beira, na Província de Sofala e cidade de Maputo, onde o grupo interagiu com os funcionários que lidam com a tramitação dos DUs, Despachantes Aduaneiros e agentes económicos. Projecta-se que as mesmas tenham continuidade em 2011 para abarcar os restantes locais do país, de forma a manter estas acções de forma contínua.

5.1.3. Sistema SICR

O projecto de manutenção evolutiva do SICR foi adoptado pela AT com vista a proporcionar ao sistema algumas melhorias em termos de funcionalidades, para que respondesse às actuais necessidades dos utilizadores. A execução efectiva deste projecto inciou em Dezembro de 2008 com a fase de levantamento inicial dos requisitos, em função do caderno de encargos.

Dada a dimensão e diversidade das matérias envolvidas neste projecto, decidiu-se que o mesmo seria desenvolvido de forma faseada. Nessa perspectiva, foram definidas as fases:

- i) Manutenção evolutiva de ISV, IR e IVA;
- ii) Funcionalidades do ISPC;
- iii) Gestão dos reembolsos;
- iv) Processo de relaxe;
- v) Modelo 51 e conformidade com o esistafe.

Estes produtos foram já concluídos, com excepção da gestão dos reembolsos e o processo de relaxe, que aguardam a decisão superior sobre os adicionais.

5.1.4. Sistema NUIT

O sistema NUIT manteve-se operacional em todos locais onde está instalado, com um nível de resposta aceitável. A meta de 200.000 NUITs programados para 2010 foi superada em 131,3%, que corresponde a 262.561, sendo 257.462 para singulares e 5.099 para colectivos. Em termos regionais as regiões Centro e Sul superaram as metas para si estabelecidas nos dois grupos, singulares e colectivos, enquanto a região norte não cumpriu com o programado nos contribuintes colectivos, tendo ficado em 98,2%.

5.1.5. Sistema PHC

Este sistema constitui o principal sistema administrativo na AT. O mesmo é composto por vários módulos, destacando-se os módulos de Pessoal, Contratos, Património, Contentores e Aprovisionamento por serem os que maior intervenção teve em 2010.

Este produto foi obtido por outsource antes da criação da AT e pelo seu historial, utilidade e relevância na gestão quotidiana da organização, deve ser mantido. Por isso, está-se a trabalhar com outros sectores da AT e com o Tribunal Administrativo visando a celebração e validação de um contrato que prevê a disponibilização de uma bolsa de horas que vão sendo usadas à medida que aparecem pedidos de intervenção.

5.1.6. Outros Sistemas

Neste âmbito, foi feita a expansão do uso do mini-aplicativo de atribuição de NUIT's no BAU de Tete e no Posto de Inchope; foi instalado o sistema de Gestão de Biblioteca no IFPFT da Matola e no Centro de Documentação do Ministério das Finanças; foi desenvolvido o Módulo III do sistema do Juízo de Execuções Fiscais (Dívida do Estado). Este sistema foi concebido para a cobrança da dívida em todos os Juízos de Execuções Fiscais.

Foi desenvolvido o Módulo I do Sistema de Gestão de Auditoria, que tem como finalidade fazer a gestão do processo de auditoria fiscal na AT e fazer o controlo do tempo gasto em actividades directamente ligadas com a auditoria.

Encontra-se na fase final de desenvolvimento o sistema de Gestão dos Operadores Económicos Autorizados.

Foram levantados novos requisitos funcionais e está a terminar a fase de programação do sistema temporário para o controlo de reembolsos em apoio ao secretariado desta Direcção de Serviços.

5.2. Desenvolvimento de sistemas no âmbito do PDTI

5.2.1. E-Tributação

No âmbito da implementação do Plano de Desenvolvimento da Tecnologia de Informação (PDTI), foi aprovado o Modelo Conceptual do e-tributação e realizada a formação de técnicos que irão configurar e parametrizar o aplicativo já adquirido. Actualmente encontra-se em desenvolvimento o modelo de negócio do projecto.

5.2.2. Janela Única Electrónica

No âmbito da implementação do Projecto da Janela Única Electrónica, foi decidida pelo Governo a variante de seguimento que consiste numa parceria envolvendo o Governo, a CTA e um terceiro parceiro identificado por meio de um concurso público internacional. Este concurso culminou com a selecção da SGS em parceria com a Escopil Internacional. O respectivo contrato de concessão foi assinado e homologado pelo Governo e teve o visto do tribunal administrativo.

Foi feita a divulgação do projecto nos vários níveis de direcção da AT, cujo início do piloto está previsto para Maio de 2011, na Terminal Internacional Marítima, em Maputo.

5.2.3. Página WEB

Foi concluído o desenho da página WEB, podendo ser acedida através do endereço www.at.gov.mz, com os seguintes conteúdos: missão, visão, valores e objectivos da AT, legislação fiscal e aduaneira, e outra informação de interesse para o público utente.

6. GESTÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA

Para o ano de 2010 foi fixado o orçamento de despesa para AT no montante total de 2.623,91 milhões de meticais, dos quais 2.339,62 milhões de meticais são provenientes dos fundos internos e 284,28 milhões de meticais dos recursos externos, assim distribuído:

- a) Fundos Internos – Orçamento do Estado
 - i. Despesas com o pessoal 1.378,47 milhões de meticais;
 - ii. Bens e Serviços 459,88 milhões de meticais;
 - iii. Transferências Correntes 1,61 milhões de meticais;
 - iv. Outras Despesas Correntes 38,71 milhões de meticais;
 - v. Despesas de investimento 225,80 milhões de meticais;
 - vi. Projecto de Fronteira de Paragem Única 235,16 milhões de meticais.

- b) Fundos Externos – Fundo Comum
 - i. Outras Despesas com o pessoal 8,86 milhões de meticais;
 - ii. Bens e Serviços 212,64 milhões meticais;
 - iii. Maquinaria e Equipamento 62,78 milhões meticais.

Relatório de Actividades Desenvolvidas em 2010 e Perspectivas de Acções para 2011

6.1. Execução do Orçamento

O Orçamento global da AT para 2010 foi fixado em 2.623,91 milhões de Mt, sendo o montante de 1.878,67 milhões de Mt para despesas de funcionamento, e 225,80 milhões de Mt despesas de investimento, 284,28 milhões de Mt com recursos externos para o Projecto de Suporte à Reforma Tributária (Fundo Comum) e 235,16 milhões de Mt referentes ao Projecto de Fronteira de Paragem Única Ressano Garcia/Lebombo.

Durante o ano de 2010 foram solicitadas libertações de cativos obrigatórios assim como reforços de dotações, para cobrir as despesas em salários e remunerações, bens e serviços e outras despesas correntes. Quanto ao valor orçado para o investimento houve necessidade de se proceder a redistribuição de verba de alguns projectos inscritos. Verificaram-se igualmente algumas alterações orçamentais ao longo da execução tendo a dotação se fixado em 2.623,91 milhões de Meticais conforme a tabela 49, que apresenta o detalhe da execução, que se situou em 90,8%.

Tabela 49 – Balancete de execução do orçamento da despesa – 2010

Unidade: 10⁶ MT

Recursos Internos						
Classificação Económica da Despesa	Descrição	Dotação Disponível Actualizada em 2010	Execução 2010	Saldo	% de Execução	Estrutura da Despesa
1	Despesas com o pessoal	1.378,47	1.377,75	0,72	99,9%	67,4%
12000	Bens e Serviços	459,88	443,11	16,76	96,4%	21,7%
14	Transferências correntes	1,61	1,61	0,00	100,0%	0,1%
16	Outras Despesas correntes	38,71	38,39	0,32	99,2%	1,9%
21	Despesas de Investimento	225,80	182,07	43,73	80,6%	8,9%
Total		2.104,47	2.042,93	61,54	97,1%	100,0%
Recursos Externos - Suporte a reforma tributária						
Classificação Económica da Despesa	Descrição	Dotação Disponível Actualizada em 2010	Execução 2010	Saldo	% de Execução	
112000	Outras Despesas com o Pessoal	8,86	0,95	7,91	10,7%	
120000	Bens e Serviços	212,64	63,33	149,32	29,8%	
212099	Maquinaria e Equipamento	62,78	25,94	36,84	41,3%	
	Valor transferido para o CEDSIF		14,74			
Total		284,28	104,96	179,33	36,9%	
Projecto de Fronteira de Paragem Única Lebombo/Ressano Garcia						
Classificação Económica da Despesa	Descrição	Dotação Disponível Actualizada em 2010	Execução 2010	Saldo	% de Execução	
112000	Outras Despesas com o Pessoal	0,77	0,72	0,04	94,2%	
120000	Bens e Serviços	4,17	3,90	0,27	93,5%	
211002	Construções	218,72	218,12	0,60	99,7%	
212099	Maquinaria e Equipamento	11,50	10,88	0,62	94,6%	
Total		235,16	233,62	1,53	99,3%	

Fonte: DGSC-DF

Relatório de Actividades Desenvolvidas em 2010 e Perspectivas de Acções para 2011

Combinando as duas dotações, recursos internos e externos, temos um total de 2.623,91 milhões de Meticais, do montante de dotação disponível, do qual foi executado o montante de 2.366,77 milhões de Meticais, durante o período em análise, correspondentes a 90,8% da dotação total, como ilustram a tabela 49 e gráficos 49 e 50.

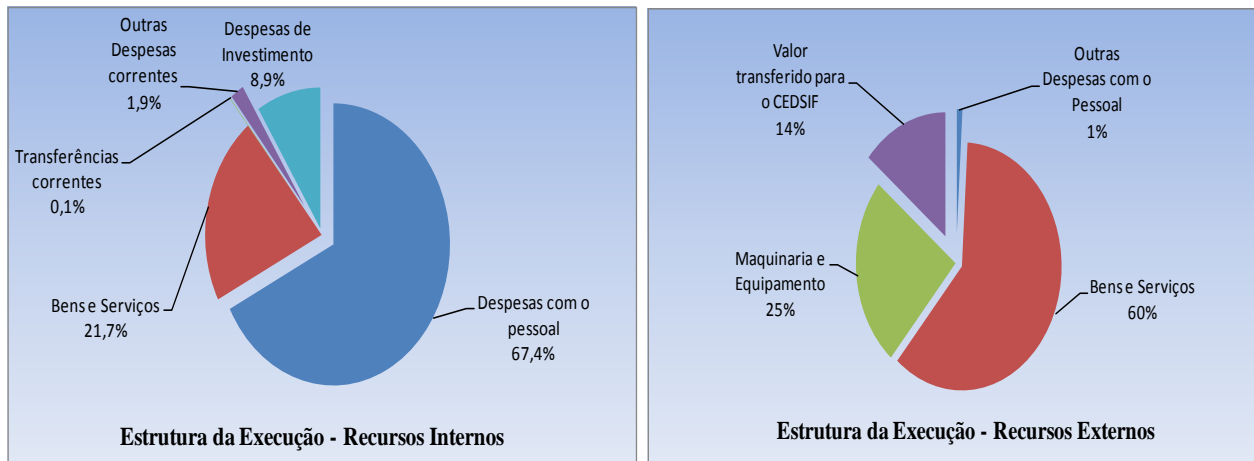
RESUMO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA

Recursos Internos	2.104,47	2.042,93	61,54	97,1%
Recursos Externos - Suporte a reforma tributária	284,28	104,96	179,32	36,9%
Projecto de Fronteira de Paragem Única Lebombo/Ressano	235,16	233,62	1,53	99,3%
TOTAL GERAL	2.623,91	2.381,52	242,39	90,8%

Gráfico 49 – Execução Orçamental Total



Gráfico 50 – Execução do Orçamento: recursos internos e externos



6.1.1. Salários e Remunerações

A despesa com o pessoal, concretamente, a despesa com salários e remunerações, durante o período em análise, foi de 1.377,75 milhões de Meticais, equivalente a 99,9% em relação à dotação aprovada para esta rubrica, no montante de 1.378,47 milhões de Meticais.

No mês de Junho deu-se início à implementação do pagamento de salários por via directa (e-CAF) em cumprimento das orientações da Direcção Nacional da Contabilidade Pública. Devido a

constrangimentos gerados pela incompatibilidade do sistema de pagamento da AT e da UTRAFE, este sistema de pagamento foi interrompido para os ajustamentos técnicos necessários.

De salientar que as medidas de contenção de despesa vigentes na função pública contribuíram significativamente para que a execução nesta rubrica se encontrasse dentro dos limites estabelecidos.

Ainda, durante o período em análise, a execução desta rubrica, por via do Fundo Comum, concretamente na rubrica “outras despesas com o pessoal”, foi de 10,7%, correspondente ao montante de 0,95 milhões de Meticais.

6.1.2. Bens e Serviços

A dotação disponível nesta rubrica foi de 459,88 milhões de Meticais, incluindo receitas próprias e consignadas. O nível de execução foi de 433,11 milhões de Meticais, equivalente a 96,4% da dotação actualizada, terminando assim o exercício com um saldo de 16,76 milhões de Meticais.

Nesta rubrica registou-se uma reprogramação da execução, no âmbito da contenção da despesa, de modo que o valor cobrisse as despesas relevantes, tendo-se para o efeito restringido algumas despesas cuja natureza o permite, com vista a garantir o funcionamento normal da instituição até ao final do exercício. As verbas de combustíveis e lubrificantes, material não duradouro de escritório, comunicações, fardamento e calçado e renda de instalações foram as maiores consumidoras da rubrica.

6.1.3. Despesas de Investimento

A rubrica de investimento (projectos inscritos para 2010), durante o período em análise, foi executada em 80,6% correspondente ao montante de 182,07 milhões de Meticais da dotação total disponível no valor de 225,80 milhões de Meticais, conforme a tabela 49.

Parte deste montante serviu para suportar despesas referentes a aquisição de diversa maquinaria e equipamento e construção e manutenção dos edifícios da AT, incluindo despesas transitadas do exercício de 2009, com destaque para os seguintes projectos: i) conclusão de construção do complexo residencial de Nacala, no valor de 17,80 milhões de Meticais; ii) construção do Terminal Rodoviário de Manica no montante de 6,80 milhões de Meticais; iii) construção do Tiro de Namaacha no valor de 4,50 milhões de Meticais.

6.1.4. Execução do Orçamento da Fronteira de paragem única

No exercício económico de 2010 o projecto teve como dotação final o valor de 235,16 milhões de Meticais para a execução nas rubricas de despesas com o pessoal, bens e serviços e despesas de investimento. Assim, foi executado durante o período em análise um montante total de 233,62 milhões de Meticais, equivalente a 99,3% do total disponível. Este valor foi gasto em: i) outras despesas com o pessoal (ajudas de custo dentro e fora do país) no valor 0,72 milhões de Meticais;

Relatório de Actividades Desenvolvidas em 2010 e Perspectivas de Acções para 2011

ii); bens e serviços, no total de 3,90 milhões de Meticais; iii) construções, no valor 218,12 milhões de Meticais; e iv) outra maquinaria e equipamento, no valor de 10,88 milhões de Meticais.

No que respeita a verba de construções, destacam-se as seguintes actividades: i) Construção da estrada alternativa para a circulação de camiões de carga; ii) Início da construção das 51 casas para o reassentamento das famílias afectadas pelo Projecto; iii) Construção do canal de pedestres; e iv) Construção de escritórios modulares.

6.1.5. Análise do crescimento da Despesa em função da Receita

Da análise da tabela 50, verifica-se que tanto a despesa como a receita de 2010 foram superiores à despesa e receita de 2009. Enquanto em 2009 o rácio despesa/receita foi de 3,8%, em 2010 este conheceu uma redução para 3,2%, não obstante, em termos relativos, a receita tenha registado um crescimento de cerca de 33,4%, a despesa cresceu em apenas 11,4%. A redução do rácio está associada ao esforço empreendido pela instituição no sentido de aumento da arrecadação da receita, combinado com a contenção da despesa.

Tabela 50 – Evolução da despesa em relação a receita

Unidade: 10⁶ MT

Ano de 2009		%	Ano de 2010		%
Receita	Despesa		Receita	Despesa	
47.599,70	1.813,97	3,8%	63.566,10	2.042,93	3,2%

Fonte: DGSC – Dir Fin.

6.1.5. Acções realizadas com recurso ao Fundo Comum da AT

O Fundo Comum da AT representa a contribuição financeira dos Parceiros de Cooperação com vista ao incremento das reformas fiscais levadas a cabo pelo Governo. Para o ano de 2010, a AT contou com uma contribuição de 206,42 milhões de Meticais desembolsados pela Alemanha (KFW), Bélgica (Cooperação Belga), Reino da Noruega, Suíça (SECO) e outros fundos transitados de 2009, não obstante maioria dos desembolsos terem sido efectuados nos últimos dois meses do ano, como ilustra a tabela 51.

Tabela 51 – Desembolsos do Fundo Comum da AT

Nº	Parceiro de Cooperação	Valor Prometido para 2010	Data do Desembolso	Valor Desembolsado em USD conforme borderaux do Banco Moc*	Valor Desembolsado em MT
1	Alemanha (KFW)	1.000.000,00 €	25.11.10	1.396.394,00	49.418.383,66
2	Bélgica (Coop. Belga)	2.000.000,00 €	29.06.10	1.226.262,63	42.490.000,00
			11.11.10	1.387.834,82	49.740.000,00
3	Reino da Noruega	7.000.000,00 Kr	10.12.10	1.168.809,48	40.581.065,15
4	Suíça (SECO)	800.000,00 CHF	22.12.10	727.272,73	24.189.091,00
5	Inglaterra (DFID)	1.000.000,00 £	0	0	
Soma				5.906.573,66	206.418.539,81

Relatório de Actividades Desenvolvidas em 2010 e Perspectivas de Acções para 2011

A tabela 52 retrata o grau de execução do Fundo Comum em 2010, onde se destaca as actividades relativas a promoção da educação fiscal e aduaneira, assistência técnica e financeira no desenvolvimento e manutenção dos sistemas informáticos no âmbito do PDTI, capacitação institucional em equipamentos informáticos e em acções de formação dos recursos humanos e, na gestão da mudança.

Tabela 52 – Grau de Execução do Fundo Comum da AT

Descrição	Saldo transitado de 2009 para 2010 (1)	Valor no Orçamento de 2010 (2)	Total de Recursos para 2010 (3= 1+2)	Desembolsos efectuados até 31 de Dezembro 2010 (4)	Executado até 31.12.2010 (5)	Compromissos já assumidos (6)	Saldo da programação orçamental (7=3-5-6)	Grau de execução financeira face aos valores desembolsados (8=5/(1+4))	Saldo financeiro (9=1+4-5)
DESPESAS DE FUNCIONAMENTO	79,82	175,41	255,23	146,56	73,59	61,12	120,52	32,5%	152,78
Promover a Educação Fiscal		23,56	55,71		42,94	17,78			
Prestar assistência aos agentes económicos e demais contribuintes		1,00	5,55		1,00	0			
Elaborar propostas de Legislação		1,70	1,70		0	0			
Gestão da Dívida Tributária		0,5	0,5		0	0			
Reforçar a estratégia de Cooperação Internacional e Integração Regional		0,9	1,90		0,1292	0			
Disponer de recursos humanos suficientes, qualificados e motivados		4,17	4,17		4,73	3,02			
Desenhar e conceber software moderno para gestão tributária e aduaneira (e-NUIT, e-Tributação e Janela Única)		79,90	116,08		16,63	36,36			
Simplificar os procedimentos nas declarações e no pagamento de impostos		1,35	2,70		1,35	0,17544			
Fornecimento de bens e serviços		4,67	5,33		3,31	0			
Equipamento: Apetrechamento de escritórios		5,41	5,41		0	0			
Inspecções, Fiscalizações e Auditorias		5,55	7,73		0,23938	2,48			
Formação/capacitação especializada para Megaprojectos e Unidade dos Grandes Contribuintes		2,43	3,76		0,20306	0			
Gestão da Mudança e Capacitação do Pessoal		5,40	5,80		3,05	1,30			
Reforço da Capacidade de Auditoria, Fiscalização e Inteligência na AT		38,88	38,88		0	0			
DESPESAS DE CAPITAL	14,89	14,00	28,89	59,86	30,90	0	-2,01	41,3%	43,85
Hardware e Infra-estruturas		14,00	28,89		30,90				
Total Geral	94,70	189,41	284,12	206,42	104,49	61,12	118,51	34,7%	196,63

As acções desenvolvidas e financiadas pelo Fundo Comum da AT permitiram:

- i) Maior intervenção da AT nas acções de educação fiscal e aduaneira e informação ao contribuinte, tendo permitido maior cadastração fiscal com o alcance e superação das metas previstas
- ii) Manutenção correctiva *do SICR.*, com a melhoria dos processo de cobrança de receita, tendo como resultado a redução do tempo de atendimento aos contribuintes, devido a automação dos sistemas com a aquisição e ou reposição dos equipamentos em todos os sectores da AT, com especial destaque para a Direcção de Área Fiscal de Manhíça e Milange, equipados recursos ao Fundo Comum;
- iii) Produção de brochuras, cartazes e panfletos, contendo informação sobre os impostos, procedimentos a eles inerentes e realizados seminários e palestras junto dos potenciais

contribuintes, que permitiram disseminar a informação e sensibilizar o cidadão para a importância social e económica dos impostos, divulgar e popularizar o imposto, criando condições para o alargamento da base tributária, o que contribuiu para o registo de 262.561 novos contribuintes, em particular o engajamento de 42.170 novos contribuintes para o ISPC ora introduzido.

- iv) Garantida continuidade das funcionalidades dos sistemas NUIT, TIMS, SICR, assegurando o normal funcionamento da aplicação e da base de dados, contribuindo para a melhoria qualitativa do funcionamento das Estâncias Aduaneiras e das DAFs em termos de tempos de sincronização dos dados, passando a ser diária, ao invés da semanal.

7. INFRA-ESTRUTURAS

Durante o ano de 2010 foram concluídos e inaugurados 03 novos objectivos em todo o país, designadamente, Posto fiscal de Songo, Posto de cobrança de Zóbwe e Delegação Aduaneira da Matola/UCV, sendo todas reabilitações/remodelações e ampliação de edifícios. (Vide o anexo 4 – Obras inauguradas).

Destacam-se também algumas obras iniciadas em 2009 cuja conclusão teve lugar em Outubro e Novembro de 2010, porém, não inauguradas por constrangimentos ligados a intempéries da época chuvosa e, noutros casos, por razões de agenda bem como da implementação das medidas de austeridade.

Das obras concluídas destacam-se as seguintes:

- i. Construção do canal pedestre, da estrada alternativa e dos escritórios pré-fabricados no Km 4 no âmbito do Projecto de Fronteira de Paragem Única;
- ii. Reabilitação de escritórios para o projecto e-Tributação no edifício 33 andares;
- iii. Reabilitação das antigas instalações da APIE da Polana;
- iv. Instalações do Comando Conjunto – Matola;
- v. Construção da Residência dos Funcionários em Cassacatiza (Tete);
- vi. Construção do Posto Fronteiriço de Mucumbura (Tete);
- vii. Construção do Posto Fiscal de Mambucha (Zambézia);
- viii. Construção do Posto Fiscal de Solija (Zambézia);
- ix. Reconstrução da residência de funcionários e reabilitação de escritórios em Pebane (Zambézia).

Ainda no ano de 2010 foram executadas as seguintes obras:

- i. Reabilitação das instalações do antigo posto da APIE do alto-maé;
- ii. Reabilitação das instalações da DTIC no prédio fonte azul;
- iii. Reabilitação do Complexo Residencial de Ressano Garcia
- iv. Reabilitação do Posto de Cobrança de Magude;
- v. Construção do Instituto de Formação Para-militar de Boane;
- vi. Construção do Posto Fiscal e de Cobrança de Bilene;
- vii. Construção do Posto Fiscal e de Cobrança de Inhassouro;
- viii. Construção do Posto Fiscal e de Cobrança de Morrumbala;
- ix. Construção do Posto Fiscal e de Cobrança de Zumbo;
- x. Construção do Posto Fiscal e de Cobrança de Chiúre
- xi. Continuação da construção do Posto Fronteiriço de Matchedje;
- xii. Continuação da construção do TIRO Machipanda;
- xiii. Continuação da construção do complexo residencial de Tete Fase I;
- xiv. Início da construção das 51 casas em Ressano Garcia.

8. PLANEAMENTO E ESTUDOS

8.1. Planeamento

Deu-se continuidade ao monitoramento do Plano Estratégico da AT 2009 – 2010, com recurso a encontros sistemáticos da equipa de apoio a Equipa Executiva de Gestão de Mudanças do CST, tendo ainda sido realizadas acções de harmonização do Plano de Acção e Orçamento para 2010, bem como o acompanhamento do grau de realzação das acções prescritas.

No âmbito da elaboração do Plano Estratégico 2011-2014, foram realizadas visitas de trabalho às regiões Norte, Centro e Sul com o objectivo de envolver, neste processo, todos os funcionários da AT, de modo a que o exercício de planeamento seja mais realista, e fruto do diagnóstico realizado à nível central e local.

Destas visitas foram acolhidas as recomendações dos colegas tendo permitido a harmonização final do Plano que culminou com a sua aprovação pelo CST no dia 01 de Dezembro de 2010.

Foi também preparado o Plano de Actividades da At para 2011, no qual encontramos as principais acções conducentes ao alcance dos objectivos estratégicos e a correspondente dotação orçamental. Este plano foi também amplamente discutido nas três regiões, e por via de seminários, sistematizadas as contribuições.

8.2. Estudos

Foram realizados estudos diversos, sendo de destacar a avaliação da pertinência do IRN face ao ISPC, bem como o s de determinação do impacto fiscal de proposts de lei a serem submetidas à apreciação do Governo e, subsequentemente, da Assembleia da República.

É também de realçar a participação de quadros da At em diversas equipas de apreciação e elaboração de estudos, ganhando particular destaque o estudo, ainda em curso, sobre receitas próprias e consignadas, já com um resultado intermédio constituído por procedimentos a observar

9. REFORMA DA LEGISLAÇÃO FISCAL E ADUANEIRA

No âmbito da reforma da legislação fiscal e Aduaneira, foram elaboradas propostas de diversos diplomas legais, e que mereceram aprovação dos diferentes órgãos competentes, nomeadamente a Assembleia da República, o Conselho de Ministros e pelo Ministro das Finanças. De entre os diplomas legais referidos, destacam-se os seguintes:

- i. A Lei nº 7/2010, de 2 de Junho, que aprova a Taxa de Sobrevalorização da Madeira;
- ii. O Decreto nº 9/20010, de 15 de Abril, que aprova o Estatuto Orgânico da Autoridade Tributária de Moçambique. Este instrumento permite a consolidação institucional com vista a responder da melhor forma aos desafios da modernidade e à necessidade do alargamento da base tributária e optimização da cobrança de receita;

Relatório de Actividades Desenvolvidas em 2010 e Perspectivas de Acções para 2011

- iii. O Decreto nº 17/2010, de 2 de Junho, que aprova o Estatuto Remuneratório do Pessoal da Autoridade Tributária de Moçambique. Com este instrumento, pretende-se garantir a estabilidade e justiça salarial na instituição e um equilíbrio entre as duas carreiras (aduaneira e tributária), visando a constituição de uma base comum e sólida para a carreira definitiva da AT e permitir a mobilidade dos quadros dentro da instituição garantindo uma maior responsabilização dos funcionários, de forma a responderem com eficácia e eficiência aos desafios que se lhes impõem;
- iv. O Decreto nº 35/2010, de 1 de Setembro, Aprova o Estatuto Paramilitar do Pessoal das Alfândegas de Moçambique, visando desenvolver nos funcionários o espírito de equipa unida e disciplinada, funcionando em obediência a uma única linha de comando, garantindo maior mobilidade do pessoal, de modo a direccionar os recursos humanos e materiais para as áreas de maior risco de perda de receita;
- v. O Decreto nº 45/2010, de 2 de Novembro, que aprova o Regulamento do Pagamento em Prestações de Dívidas Tributárias;
- vi. O Decreto nº 46/2010, de 2 de Novembro, que aprova o Regulamento de Compensação de Dívidas Tributárias;
- vii. O Diploma Ministerial nº 43/2010, de 8 de Março, que define os valores da taxa de segurança aeroportuária, seus mecanismos de cobrança e respectiva distribuição;
- viii. O Despacho de 17 de Março de 2010, que aprova os modelos de impressos de Benefícios Fiscais;
- ix. O Despacho de 14 de Maio que aprova o Plano estratégico de e-tributação;
- x. Diploma Ministerial que aprova o Quadro de Pessoal da Autoridade Tributária de Moçambique
- xi. Resolução nº 33/2010, de 23 de Dezembro, que aprova os Qualificadores das Carreiras Técnica Superior Tributária, Técnica Profissional Tributária, Técnica Tributária, Básica Tributária, Técnica Superior Aduaneira, Técnica Profissional Aduaneira, Técnica Aduaneira e Básica Aduaneira, e os Qualificadores das Funções de Direcção, Chefia e Confiança específicas da Autoridade Tributária de Moçambique

Ainda neste âmbito, foram preparados e aprovados diplomas legais, que serão publicados e entrarão em vigor no ano de 2011, nomeadamente:

- i. A Lei que aprova o Regime Aduaneiro Específico para os Mineiros Moçambicanos na África do Sul;
- ii. A Lei que cria a Câmara dos Despachantes Aduaneiros;
- iii. A Lei que aprova o Regime Excepcional de Regularização das Dívidas Tributárias; e
- iv. O Decreto que aprova os mecanismos de determinação e correcção do valor patrimonial em sede do imposto predial autárquico.
- v. Resolução que aprova o Regime de Transição e Enquadramento dos funcionários da Autoridade Tributária de Moçambique

10. INTEGRAÇÃO REGIONAL E COOPERAÇÃO BILATERAL E MULTILATERAL

10.1. Integração Regional

No âmbito da implementação do Protocolo Comercial da SADC e tendo em vista o acompanhamento da implementação da Zona de Comércio Livre, procedeu-se ao levantamento de dados necessários em todas as estâncias aduaneiras das regiões Norte, Centro e Sul para avaliar as transações comerciais de Moçambique com os países da SADC, mediante o uso do Certificado de Origem bem como o impacto fiscal resultante da aplicação do regime preferencial.

Ainda no período em apreço, Moçambique importou dos países da SADC mercadorias no valor global de 41.025,71 milhões de Meticais, sendo que deste valor, 12.654,50 milhões de Meticais é que beneficiaram do tratamento preferencial da SADC, mediante a apresentação de Certificados de Origem. Este valor corresponde a cerca de 31% do volume de importações de Moçambique provenientes da SADC, conforme ilustram as tabelas 53 e 54, o que representa um decréscimo de 1% em relação ao período homólogo de 2009.

Tabela 53 - Importações Provenientes da SADC com Certificados de Origem referentes ao ano de 2010

Unidade: 10⁶ Meticais

Origem	Valor CIF (a)	CIF Preferencial (b)	Peso CIF Preferencial	b/a
AFRICA DO SUL	36.443,27	11.864,75	94%	33%
ANGOLA	25,32		0%	0%
BOTSWANA	24,25	8,97	0%	37%
LESOTHO	1,28	1,19	0%	93%
MADAGASCAR	3,30	3,30	0%	100%
MALAWI	274,30	102,54	1%	37%
MAURÍCIAS	1.896,46	17,63	0%	1%
NAMÍBIA	673,81	72,46	1%	11%
RDC	2,75	-	0%	0%
SEICHELES	24,20	-	0%	0%
SWAZILANDIA	624,94	333,00	3%	53%
TANZANIA	636,27	54,51	0%	9%
ZAMBIA	62,88	22,24	0%	35%
ZIMBABWE	332,69	173,90	1%	52%
Total	41.025,71	12.654,50	100%	31%

Fonte: TIMS

Tabela 54 – Certificados de Origem

Unidade: 106 MT

Origem	CIF	CIF Preferencial	Peso CIF SADC	% Uso Preferencial
África do Sul	36.443,27	11.864,75	88,8%	32,6%
Outros Países da SADC	4.582,44	789,75	11,2%	17,2%
Total	41.025,71	12.654,50	100,0%	30,8%

Fonte: DIR-GPECI

O valor total de Direitos Aduaneiros e do IVA sobre o comércio externo, que o país deixou de colectar de Janeiro a Dezembro de 2010, como resultado da aplicação do regime preferencial no âmbito da implementação da Zona do Comércio Livre da SADC foi de 1.419,14 milhões de meticais, sendo 1.203,43 milhões de Meticais em Direitos Aduaneiros e 215,70 milhões de meticais em IVA, em virtude da redução da matéria colectável em sede do IVA, como consequência da não cobrança dos Direitos Aduaneiros, que seriam adicionados ao Valor Aduaneiro para o apuramento da Matéria Colectável para efeitos da determinação do IVA a pagar na importação.

10.2. Cooperação Bilateral e Multilateral

No que concerne a esta matéria, foram desenvolvidas acções concretas visando o estreitamento de relações com diversos países, através das organizações e instituições homólogas da AT, das quais se destacam as seguintes acções:

- i) Contactos com o Reino dos Países Baixos visando a mobilização de apoio para o projecto *e-Tributação* em forma de consultoria de assistência técnica especializada, tendo sido realizada uma visita de trabalho aos Países Baixos, em Janeiro de 2010, por Quadros da AT e do CEDSIF. Neste âmbito, dois consultores dos Países Baixos deslocaram-se a Maputo para partilhar sua experiência na implementação do *Enterprise Taxation Management (ETM)*.
- ii) Visitas de trabalho ao Reino da Espanha e a República de Portugal, tendo sido firmados Memorandos de Entendimento relativos a área de formação do pessoal, tendo a AT beneficiado do curso de Gestão Aduaneira ministrado via *internet* pelo Instituto de Estudos Fiscais da Espanha em coordenação com a Fundação CEDET.
- iii) Realização de Missões exploratórias em Moçambique por delegações da Noruega, incluindo a Secretária de Estado para Desenvolvimento Internacional do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Noruega, tendo em vista o estabelecimento de acções de cooperação na área tributária, especialmente para a componente de auditorias e fiscalização tributária focalizada ao sector mineiro, gás e petrolífero, que culminaram na assinatura do Memorando de Entendimento entre a AT e o Reino da Noruega no âmbito do Fundo Comum da Autoridade Tributária, e na assinatura do Memorando de Entendimento entre a AT e a Administração Fiscal da Noruega relativo a Assistência Técnica e Capacitação Institucional, aquando da visita do Director da Administração Fiscal da Noruega.
- iv) Realização de um *Workshop* sobre a Experiência dos Países Africanos na Implementação de Políticas Tributárias, em Maio de 2010, em Maputo, em parceria com o Centro de Pesquisa Internacional sobre Políticas de Desenvolvimento da Noruega, *Chr. Michelsen Institute* da Noruega.
- v) Realização de contactos com o Reino da Dinamarca no sentido deste apoiar a implementação do Projecto *e-Tributação* através do Fundo Comum da AT.
- vi) Implementação do Memorando de Entendimento assinado com a Escola de Administração Fazendária do Brasil, tendo sido realizadas acções concretas de formação e de troca de

Relatório de Actividades Desenvolvidas em 2010 e Perspectivas de Acções para 2011

experiências através de visitas a AT de delegações técnicas da Receita Federal do Brasil, incluindo realização de vídeo-conferência com a Receita Federal do Brasil sobre a Escrituração Digital e Nota Fiscal Electrónica.

vii) Realização de curso de formação para 28 funcionários do Serviço Nacional das Alfândegas de Angola nas áreas de Investigação, Inteligência e Auditoria Pós-Desembaraço, incluindo visita a Moçambique de uma delegação do Serviço Nacional de Impostos de Angola para troca de experiências na área de implementação de Acordos sobre Dupla Tributação Internacional.

10.3. Mobilização de Recursos Financeiros

No âmbito dos esforços para a mobilização dos recursos financeiros com vista ao financiamento dos projectos de reforma da AT, no ano de 2010, face às promessas dos Parceiros de Cooperação, foram desembolsados 206.418, 54 mil meticais, conforme ilustra a tabela 64.

É de referir que o Reino da Noruega aderiu ao Fundo Comum no dia 30 de Novembro de 2010, tendo desembolsado o valor de 7.000.000,00Kr, equivalentes a cerca de 40.581,06 mil Meticais, no dia 10 de Dezembro de 2010.

A tabela 55 apresenta o ponto de situação das promessas e desembolsos efectuados para o Fundo Comum da AT até 31 de Dezembro de 2010:

Tabela 55: Fundos provenientes da cooperação bilateral

Nº	Parceiro de Cooperação	Valor Prometido para 2010	Data do Desembolso	Valor Desembolsado em USD conforme borderaux do Banco Moç*	Valor Desembolsado em MT
1	Alemanha (KFW)	1.000.000,00 €	25.11.10	1.396.394,00	49.418.383,66
2	Bélgica (Coop. Belga)	2.000.000,00 €	29.06.10	1.226.262,63	42.490.000,00
			11.11.10	1.387.834,82	49.740.000,00
3	Reino da Noruega	7.000.000,00 Kr	10.12.10	1.168.809,48	40.581.065,15
4	Suíça (SECO)	800.000,00 CHF	22.12.10	727.272,73	24.189.091,00
5	Inglaterra (DFID)	1.000.000,00 £	0	0	
Soma				5.906.573,66	206.418.539,81

Fonte: GPEC – DCI

Dos desembolsos efectuados pelos parceiros durante o ano de 2010 foi realizada despesa no valor de 104.489,74 mil Meticais conforme ilustram as tabelas 49 e 52 sobre a execução do orçamento do Fundo Comum da AT.

No entanto, existem outras fontes de recursos aos projectos da AT financiadas através da UNIDO, o ICF e o Banco Mundial.

- **UNIDO**- Dos projectos submetidos para financiamento da UNIDO, no total de 856.710,00EUR para o ano de 2010, no âmbito do projecto de implementação de medidas

Relatório de Actividades Desenvolvidas em 2010 e Perspectivas de Acções para 2011

de facilitação do comércio, foi gasto o valor de 432.117,00EUR em diversas actividades acordadas com a UNIDO, conforme a tabela que se segue

Tabela 56: Execução do Financiamento da UNIDO

Item	Actividades	Valor Alocado (Euros)	Valor Executado	Saldo até 31.12.2010
1	Analyst Notebook	111.580,00	18.580,00	93.000,00
2	Cursos de Gestão de Risco	120.000,00	63.023,00	56.977,00
3	Curso sobre Contabilidade e Auditoria	142.048,00	112.664,00	29.384,00
4	Divulgação de legislação e Procedimentos	45.000,00	0,0	45.000,00
5	Informação Classificada e Equipamento Informático para o apetrechamento do IFPFT	92.500,00	69.707,00	22.793,00
6	Seminários de Divulgação da Legislação Aduaneira	5.582,00	5.582,00	0,00
7	Laboratório de Línguas do IFPFT e Formação em Língua Inglesa	170.000,00	152.561,00	17.439,00
8	Projecto Piloto do Operador Económico Autorizado	80.000,00	-	80.000,00
9	Apetrechamento dos Postos fronteiriços remotos	60.000,00	-	60.000,00
10	Equipamento para Melhoramento do Sistema de Comunicação do IFPFT Via Internet	30.000,00	10.000,00	20.000,00
Total		856.710,00	432.117,00	424.593,00

- ICF**- Para financiamento do projecto *e-tributação* foi inicialmente submetido ao ICF, um projecto no valor de 11.252.000,00USD. Após consertações entre a AT e o ICF e tendo em conta os desenvolvimentos havidos no âmbito do financiamento ao projecto, fixou-se o montante de 4.850.000,00 USD, sendo 2.500.000,00 USD a ser suportados pelo ICF e os remanescente 2.350.000,00 USD pelo Governo de Moçambique. Este valor, que se destina ao *portal do contribuinte* está ainda sujeito à aprovação do “*Board*” do ICF, no decurso do primeiro semestre de 2011.
- Banco Mundial** – O presente projecto insere-se no financiamento do Banco Mundial para o apoio à competitividade e desenvolvimento do sector privado, na componente de melhoria do ambiente de negócios e facilitação do comércio num valor de USD3.700.000,00. Este montante, de acordo com os termos acordados, destina ao financiamento de actividades de consultoria e assistência técnica, nas áreas de i) avaliação dos procedimentos aduaneiros; ii) harmonização de procedimentos no âmbito do projecto de paragem única de Ressano Garcia; iii) avaliação do desempenho das Alfândegas e v) consultoria para a gestão do projecto. Foi já lançado em Maio de 2010 um concurso internacional para a contratação de consultoria e assistência técnica, tendo sido apurada uma lista curta de 4 empresas e submetida ao Banco Mundial para efeitos de aprovação e aguarda-se neste momento pela resposta do Banco Mundial.

11. ACÇÕES NO ÂMBITO DO CONTROLO INTERNO

No âmbito do Controlo Interno e tendo como horizonte o Plano Tático da Autoridade Tributária de Moçambique, foi feita uma avaliação do grau de cumprimento das várias tarefas planificadas (e não planificadas) acometidas durante o período em análise.

Quanto à introdução dos novos procedimentos de cobrança e transferência de receitas das tesourarias das estâncias aduaneiras para as DAFs, realizaram-se, em todo o País, cursos de capacitação de funcionários, nomeadamente Directores dos Serviços Provinciais das Alfândegas, Chefes das Operações, Chefes de Postos, Tesoureiros, Encarregados de Receita e de Contabilidade, entre outros, totalizando 143 funcionários, sendo 64 da Região Centro, 58 da Região Norte e 21 da Região Sul.

No âmbito da implementação e realização das inspecções administrativas, constatou-se alguns desvios de aplicação das normas de organização e funcionamento, fundamentalmente, normas de funcionamento dos Serviços da Administração Pública prescritas pelo Decreto n.º.30/2001, de 15 de Outubro, o Estatuto Geral dos Funcionários e Agentes do Estado, aprovado pela Lei n.º.14/2009, de 17 de Março, bem como de outras normas a saber: (i) Existência maior preocupação apenas no cumprimento das metas de receitas, em detrimento do cumprimento das normas de funcionamento dos Serviços da Administração Pública; (ii) Ausência de um classificador de correspondência oficial da AT; fraco estudo colectivo da legislação; fraca qualidade dos serviços de atendimento ao contribuinte em algumas unidades orgânicas.

Quanto às acções de prevenção, em 2010 prosseguiu-se com a divulgação do código de conduta aos funcionários da AT, tendo sido realizadas 13 sessões nos serviços centrais e direcções regionais, abarcando mais de duzentos funcionários. Por outro lado, promoveu-se a realização de cursos de instrutores de processos disciplinares e processos de inquéritos, tendo sido formados 54 funcionários provenientes de todas as regiões do País.

Em termos de acções de repressão de infracções disciplinares, durante o período em análise, foram registados (66) sessenta e seis processos disciplinares e (29) vinte e nove processos de inquéritos, tendo sido concluídos e remetidos à decisão (33) trinta e três processos disciplinares. Foram penalizados (23) vinte e três funcionários e absolvidos (11) onze. As penas aplicadas apresentam o seguinte quadro: (3) expulsões, (3) demissões, (4) despromoções, (5) multa, (7) repreensões públicas e (1) advertência. Por outro lado, foram finalizados (17) dezassete processos de inquéritos, dos quais (16) tiveram matéria para serem transformados em processos disciplinares. Foram remetidos à PGR/GCCC (12) processos de inquérito e 2 processos disciplinares, estando em fase de instrução (33) trinta e três processos disciplinares e 12 (doze) processos de inquéritos.

Foram ainda materializadas acções de cooperação no domínio do combate à corrupção e promoção da integridade com outras instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, que culminaram com a recepção de missões de dois consultores da OTA e a participação na elaboração do Memorando de Entendimento (MdE) entre a AT e Procuradoria-geral da República, que foi assinado em Dezembro último.

12. ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS ÓRGÃOS COLEGIAIS DA AT

As actividades desenvolvidas pela AT, têm como suporte as decisões tomadas pelos órgãos que a compõem, criados nos termos da lei, a quem compete apreciar e deliberar sobre matérias de impacto na reforma do sistema tributário e na gestão corrente. Durante 2010, estes órgãos tomaram importantes decisões, com impacto no aumento das receitas arrecadadas, modernização institucional e implementação das tecnologias de informação e comunicação. As decisões destes órgãos são tomadas num processo interactivo de consulta, com todas as partes interessadas.

Das medidas tomadas por estes órgãos resultou o sobrecumprimento do programa de receitas verificado no ano de 2010, o incremento no registo de contribuintes, a melhoria das condições de atendimento e de comodidade dos contribuintes e dos funcionários, a simplificação da legislação e dos procedimentos, abrindo perspectivas para uma maior aderência ao sistema, criando condições para mais investimentos em áreas prioritárias, melhorando o ambiente de negócios no País. No desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, particular ênfase é dada as acções realizadas para a implementação do projecto da JUE já decidida pelo Governo e do e-Tributação, cujo plano estratégico e respectivo modelo conceptual foram aprovados, e nomeado a gestão do projecto.

12.1. Conselho Superior Tributário

Este órgão máximo da AT, em 2010, reuniu 3 vezes em sessões ordinárias e 41 em sessões extraordinárias, para analisar e acompanhar a evolução do sistema fiscal e das políticas tributárias, bem como definir os objectivos e as prioridades das actividades da AT, tendo apreciado e aprovado diversos documentos, para posterior submissão ao órgão competente, onde se destacam:

- Mecanismos de implementação do Regulamento do Código dos Benefícios Fiscais;
- Estatuto Orgânico da Autoridade Tributária de Moçambique;
- Plano Estratégico do e - Tributação;
- Estatuto Remuneratório das carreiras e funções de direcção, chefia e confiança da Autoridade Tributária de Moçambique;
- Taxa de Sobrevalorização da Madeira;
- Estatuto Paramilitar do Pessoal das Alfândegas de Moçambique;
- Regulamento do Pagamento em Prestações de Dívidas Tributárias;
- Regulamento de Compensação das Dívidas Tributárias;
- Plano Estratégico da AT para 2011-2014;
- Proposta do Orçamento da AT;
- Memorandos de Entendimento com diversas instituições;
- Critérios de Enquadramento nas Carreiras Profissionais da Autoridade Tributária; e
- Projecto de Formação de Disseminadores de Matéria Fiscal e Aduaneira, e Popularização do Imposto.

12.2. Conselho Directivo

Durante o período em análise este órgão, realizou 16 sessões ordinárias e 2 extraordinárias, onde foram propostos, analisados e aprovados, dentre vários, os seguintes documentos e projectos:

- Proposta do plano de actividades do CEDOTI, para 2010;
- Modelo de Vídeo Conferencia;
- Projecto e- Tributação – Submissão do Memorando de Entendimento;
- Lançamento da Campanha de Educação Fiscal e Popularização do Imposto, através dos Órgãos de Comunicação Social, na Primeira Semana do mês de Março de 2010.

12.3. Conselho de Fiscalidade

O Conselho de Fiscalidade, como órgão consultivo e participativo da AT, em observância ao estabelecido no Regulamento Interno do Conselho de Fiscalidade, reuniu-se, no ano de 2010, no dia 02 de Julho, em Chimoio, Província de Manica, na VII Sessão, sob o lema “*Todos Juntos promovendo a sustentabilidade da carreira fiscal, fazemos Moçambique*”, com o objectivo de analisar e acompanhar a evolução do sistema fiscal e das políticas tributária e aduaneira, com vista a que se mantenham como instrumento decisivo de justiça social.

Nesta sessão foram abordados, entre outros, os seguintes temas:

- Contributo dos Órgãos da Administração local do Estado na Popularização do Imposto em geral e do ISPC em particular;
- O Papel da Industria mineira, no incremento das receitas do Estado, o caso particular da província de Manica; o Subsídio de gásóleo para os transportadores semi- colectivos e sua contribuição para o PIB nas receitas do Estado;
- Os Contabilistas como Colaboradores Fieis do Estado na Declaração de Rendimentos das Empresas;
- Zona Económica Especial;
- Conceito e Impacto Especial;
- Incentivo Fiscal e Procedimentos;
- Receitas de Capital: Que Estratégia para sua Recuperação;

12.4. Seminário Nacional

O IV Seminário Nacional Sobre a Execução da Política Fiscal e Aduaneira realizou-se no dia 05 de Março, no Centro Internacional de Conferências Joaquim Chissano, sob o Lema “*Por Uma Administração Tributária cada vez mais Interventiva na Redução do Défice Orçamental.*” Neste Seminário foi feito o balanço das actividades realizadas em 2009 e perspectivadas as acções para o ano de 2010.

12.5. Outros eventos

Dando prosseguimento ao programa de palestras para 2010, foram, no período em análise, proferidas palestras pelos seguintes oradores, convidados para o efeito: (i) General Raimundo

Relatório de Actividades Desenvolvidas em 2010 e Perspectivas de Acções para 2011

Pachinuapa, subordinada ao tema: Dia dos Heróis Moçambicanos; (ii) Exma Senhora Paulina Mateus - 7 Abril dia Mulher Moçambicana; (iii) Dr. Venâncio Massingue – O papel da Ciência e da Tecnologia na Modernização da Administração Tributaria; (iv) Sexa Joaquim A. Chissano – O papel da Diplomacia na Independência Política e Económica: Lições de Moçambique; (v) Dr. Joaquim Ribeiro de Carvalho – Acordos de Lusaka. Os Contornos do Dossier Económico e Financeiro; (vi) Dra. Sandra Sequeira – O papel das Alfândegas no crescimento Económico de Moçambique; (vii) Dra. Nhelete Mondlane – O Impacto da Participação da Mulher nos Órgãos de Decisão Política; (viii) Teodato Hunguana e Dr. Tomás Vieira Mário – 4 de Outubro: Dia do Acordo Geral de Paz: Contornos a Volta do A.G.Paz: Premissas para Estabilidade; (ix) Dr^a. Benvinda Levi – A Gestão do Sistema Prisional: Impactos na Estabilidade de Orçamento do Estado; (x) Dra. Nhelete Mondlane – O Impacto da Participação da Mulher nos Órgãos de Decisão Política; e (xi) Dr. Jussub Nurmamade – Bolsa de Valores de Moçambique como Factor de Re-capitalização Empresarial: e Que Desafios para Moçambique.

Foram, ainda, desenvolvidas outras actividades e apreciados outros documentos e assuntos, de entre os quais se destacam os seguintes:

i) Visitas de trabalho externas e internas

• Visitas externas

No âmbito dos acordos e no prosseguimento da missão e objectivos estratégicos aprovados para a AT, foi programada uma missão à Republica Portuguesa que foi chefiada pelo P-AT, entre 17 a 19 de Março, com o propósito de estreitar relações de cooperação no domínio tributário e aduaneiro, bem como, (i) a troca de experiências sobre matérias de Administração Tributaria nas áreas de Impostos e Alfandegas; (ii) a troca de experiências nas áreas de formação e capacitação de quadros em matérias específicas; e (iii) a Assinatura de Memorandos de Intenções entre AT e algumas universidades.

• Visitas internas

- a. Com Objectivo de Inaugurar os Sistemas de Inspeção não Intrusiva dos Sites Ferroviários da Frigo e da Sonefe e Re - Inauguração do Site Portuário de Maputo – dia 28 de Abril de 2010;
- b. Visita a Ressano Garcia (PFU) e a Terreno das futuras Instalações do IFPFT em Moamba – dia 09 de Junho 2010;
- c. Deslocação a Província de Nampula para cerimónia de tomada de posse quadros locais
- d. Visitas, à Direcção Regional Sul, Fronteiras, Terminais, DAF's e Direcções de Serviços Centrais (DAFI);
- e. Visita as DAF's e serviços Provinciais das Alfandegas de Gaza, Quissico e Inhambane;

ii) Participação nas Reuniões do Conselho Consultivo do Ministro das Finanças; ii) Diversas reuniões de trabalho fora da instituição; iii) Participação em diversos seminários, a convite de outras instituições, sendo de destacar:

- O XIII Conselho Consultivo do IGEPE
- II Conferência Internacional sobre Integração Internacional e o Direito da SADC;
- I Seminário Nacional dos Delegados da AT;
- XXV Reunião do Conselho de DG das Alfândegas da CPLP; e

13. PERSPECTIVAS DE ACÇÕES PARA 2011

Na implementação dos objectivos previstos no Plano Estratégico 2011 – 2014, a Autoridade Tributária tem como principais acções para 2011,

- i) a colecta de 73.274,81 milhões de MT para as receitas do Estado, sendo 27.268,14 milhões de Meticais pelas Alfândegas e 46.006,67 milhões de MT pela área dos Impostos Internos;
- ii) o enquadramento dos funcionários nas carreiras definitivas, e a completa implementação do Estatuto Orgânico da AT;
- iii) a extensão dos postos fiscais e estâncias aduaneiras;
- iv) a implementação do Piloto do projecto do e-tributação;
- v) o início da implementação do projecto da JUE; e
- vi) o início da implementação do Projecto de Fronteira de Paragem única em Ressano Garcia.

Destaca-se ainda, o registo de cerca de 300.000 novos NUITs, incluindo 50.000 do ISPC, a continuidade da reforma legislativa, dando primazia a sua simplificação e actualização de acordos com as necessidades de desenvolvimento do País e as práticas internacionais.

Serão também realizadas as seguintes acções:

13.1. No âmbito da Cobrança de Receitas

- i. Aumentar o conhecimento do auditor fiscal no uso de técnicas de auditoria especializadas para mega projectos e proceder ao acompanhamento, de modo sistemático e rigoroso dos Grandes Contribuintes⁴, de forma a garantir o cumprimento voluntário das respectivas obrigações fiscais;
- ii. Intensificar as auditorias, inspecções e operações de fiscalização, incluindo o controlo das mercadorias em circulação, de acordo com a análise de risco para reduzir os níveis de evasão fiscal;
- iii. Intensificar as campanhas de educação fiscal e aduaneira no âmbito da divulgação e da popularização do imposto, com enfoque para o ISPC.

13.2. No âmbito da modernização e fortalecimento da Administração Tributária

- i. Consolidar a carreira única da AT e proceder a integração de todo o pessoal;
- ii. Implementar os Estatutos Orgânico e Remuneratório da AT e a política de rotação do pessoal de modo a garantir a mobilidade do pessoal;

⁴ Incluindo Mega Projectos e Instituições Financeiras

- iii. Intensificar as acções de formação de acordo com o plano aprovado e dar continuidade aos processos para a criação do Instituto Superior Politécnico de acordo com “*o Racional do Instituto Superior Politécnico da AT*”;
- iv. Dar continuidade a construções e reabilitação de infra-estruturas da AT e seu apetrechamento com mobiliário e equipamentos adequados;
- v. Implementar a estratégia de promoção da integridade e combate à corrupção ou outro tipo de irregularidade na AT;
- vi. Desenvolver acções que contribuam para a melhoria da vida e estabilidade social e profissional dos funcionários da AT, com especial ênfase para as acções no âmbito de prevenção e combate ao HIV-SIDA;
- vii. Continuar a harmonização das políticas fiscais e aduaneiras com as práticas regionais e internacionais, em particular no âmbito da SADC e da União Africana.

13.3. No âmbito de Desenvolvimento das Tecnologias de Informação

- i. Implementar o piloto do projecto e-Tributação, após a conclusão da elaboração do modelo de negócio dos impostos;
- ii. Dar início a implementação do projecto da Janela Única Electrónica;
- iii. Assegurar a manutenção regular das plataformas actuais (SICR, TIMS, NUIT), modernizar a infra-estrutura física de comunicações e ampliar a abrangência geográfica e a capacidade da RENA.

ANEXO

RESUMO FUNCIONÁRIOS COM FUNÇÕES DE DIRECÇÃO E CHEFIA

Nº de Ordem	Funções	Gênero		Total
		Femin.	Masc.	
1	Presidente da AT	0	1	1
2	Director Geral	1	4	5
3	Director Geral Adjunto	2	9	11
4	Director Regional	0	3	3
5	Director de Serviços	8	19	27
6	Director de Unidade de Grandes Contribuintes	2	1	3
7	Delegado Provincial	3	8	11
8	Chefe de Gabinete do PAT	0	1	1
9	Director Adj. Unidade de Grandes Contribuintes	3	1	4
10	Juizes do Juizo Privativos das Execuções Fiscais	2	1	3
11	Directores de Serviços Provinciais das Alfandegas	0	10	10
12	Chefes de Terminais ou Fronteiras de Nível B	0	5	5
13	Adj. Juizes do PEF	1	1	2
14	Secretario do PAT	1	0	1
15	Chefe de Terminias ou Fronteiras do Nível A	0	5	5
16	Chefes Adj. de Terminais ou Fronteiras de Nível A	0	3	3
17	Chefes de Secretariado Técnico	1	4	5
18	Chefes de Divisão dos Serv. Centrais	31	99	130
19	Chefe de Divisão de Área Fiscal	10	16	26
20	Chefe de Repartição Serv. Central	24	86	110
21	Director de Area Fiscal de Nível A	0	5	5
22	Director Adj. de Área Fiscal de Nível A	2	3	5
23	Director de Área Fiscal de Nível B	4	8	12
24	Director de Área Fiscal de Nível C	3	9	12
25	Recebedores de Fazenda de Nível A	4	3	7
26	Recebedores de Fazenda de Nível B	8	21	29
27	Recebedores de Fazenda de Nível C	10	28	38
Total		120	354	474
	Total em %	25,5%	74,5%	100,0%